



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA ANGÉLICA CHAGAS PARAIZO

Populismo e o projeto de desenvolvimento do governo Lula

Marília, SP.

2017

MARIA ANGÉLICA CHAGAS PARAIZO

Populismo e o projeto de desenvolvimento do governo Lula

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP (campus de Marília) para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho

Discente: Maria Angélica Chagas Paraizo.

Orientador: Prof. Dr. Jair Pinheiro.

Marília, SP.

2017

Paraizo, Maria Angélica Chagas.
P222p Populismo e o projeto de desenvolvimento do governo
Lula / Maria Angélica Chagas Paraizo. – Marília, 2017.
117 f. ; 30 cm.

Orientador: Jair Pinheiro.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Filosofia e Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 108-117

1. Classes sociais. 2. Populismo. 3. Desenvolvimento
econômico e população. 4. Brasil - Presidente (2003-2006 :
Lula). 5. Brasil - Presidente (2007-2010 : Lula). I. Título.

CDD 329.981

Banca examinadora

Prof. Dr. Jair Pinheiro (orientador)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA FFC-UNESP

Prof. Dr. Armando Boito Jr. (membro)

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH - UNICAMP

Prof. Dr. Anderson Deo (membro)

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA FFC-UNESP

Suplentes:

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UEL – LONDRINA

Prof^a. Dr^a. Angélica Lovatto

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA FFC-UNESP

Aos meus avós, Nazaré Miranda Chagas e Sebastião Chagas (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de inicialmente agradecer aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP de Marília, principalmente à equipe da Secretaria de Pós-Graduação, pois sempre me ajudaram em todas as questões burocráticas que surgiram durante a realização do meu mestrado.

Agradeço também meu orientador, Jair Pinheiro, por sua dedicação. Também sou grata aos professores Anderson Deo e Armando Boito Jr. pelas importantes observações e sugestões feitas em meu exame de qualificação.

Demonstro aqui também minha gratidão aos meus amigos. À Marília e Ellen, minhas amigas de infância, pela presença sempre constante em minha vida. À Thaylize, pelos bons momentos que vivenciamos na “Fortaleza Vermelha”. À Carol, pelo incentivo mútuo, pelas horas que passamos conversando sobre questões teóricas e também por nossas conversas aleatórias. À Anne, por ser sempre tão presente e companheira. Ao Rodrigo, por compartilharmos as angústias da vida acadêmica. À Fran, por sempre ter uma palavra de conforto nas horas difíceis. À Jéssica, pela torcida e companheirismo de sempre, mesmo que distante. A todos e todas queridos e queridas que se fizeram presentes nesta etapa da minha vida!

Além da minha gratidão, todo meu amor, ao meu companheiro Wagner, por sempre estar ao meu lado, segurando minhas barras e me dando forças, por toda a sua compreensão, por seu constante incentivo e por ler meus textos milhões de vezes. À minha família. À minha avó Nazaré, por todo seu amor e preocupação. À tia Sueli, pelo eterno carinho. Aos meus pais, Vera e Geraldo Paraizo, por fazerem juntos o possível e o impossível para me manter em uma universidade pública. À Fernanda Paraizo, minha Tata, obrigada por estar sempre ao meu lado, desde minha alfabetização. À minha sobrinha, Isabela, por me fazer ter fé na vida. À Adelaide, por trazer fofura aos meus dias. Amo-os sem limites.

Por fim, agradeço à CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

*Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?
O mar da história
é agitado.
As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.*

Vladimir Maiakovski.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de análise diferentes interpretações a respeito das políticas implementadas pelo governo Lula para as classes dominantes e para as classes dominadas. Seu objetivo consiste em realizar uma leitura crítica da bibliografia apresentada a fim de examinar como o atendimento de interesses seletivos das classes trabalhadoras foi funcional para o projeto de desenvolvimento deste governo, sendo estes interesses limitados à manutenção dos interesses fundamentais das classes burguesas. Deste modo, procuramos refletir sobre a ocorrência de algumas alterações sociais e econômicas durante o referido governo, entretanto, circunscritas às determinações do modelo neoliberal periférico. Com base no debate contido na bibliografia apresentada nesta pesquisa e na teoria de Estado de Nicos Poulantzas, buscamos, assim, expor as particularidades do cumprimento da função geral do Estado capitalista pelo governo Lula. Intentamos, ainda, demonstrar como as classes populares tornaram-se apoio do projeto neodesenvolvimentista que estava em curso por intermédio de uma ilusão ideológica com fundamentos materiais, resultando em uma relação do tipo populista destes setores sociais com o governo.

Palavras-chave: Governo Lula; Classes Dominadas; Classes Dominantes; Populismo; Neodesenvolvimentismo.

ABSTRACT

This research has as object of analysis different readings about the policies implemented by the Lula government for the dominant classes and for the dominated classes. Its purpose is to present a critical review of the bibliography presented to demonstrate how the selective interests of the working classes served to the development project of the government and how these interest were limited to the maintenance of the fundamental interests of the bourgeois classes. Thus, we try to reflect about the occurrence of some social and economic changes during that government, however, circumscribed to the determinations of the peripheral neoliberal model. Through the discussion contained in the bibliography used in this work and based on the State theory of Nicos Poulantzas, we seek to expose the particularities of the fulfillment of the general function of the capitalist State by the Lula government. We also try to demonstrate how the popular classes have become the support of the neodevelopmentalist project through an ideological illusion with material foundations, resulting in a populist relationship between these social sectors and the government.

Keywords: Lula government; Dominated classes; Dominant classes; Populism; Neodevelopmentism.

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 – As políticas sociais do governo Lula para as classes populares	16
1.1 - A ascensão presidencial de Luís Inácio Lula da Silva	17
1.2 – Reformas e contrarreformas	21
1.3 – O governo Lula e os movimentos sociais	27
1.4 – Os programas sociais de transferência de renda	32
1.5 – O vínculo do presidente-operário com as classes populares	36
1.6 – Para além das políticas sociais focalizadas	41
Capítulo 2 – O favorecimento das frações burguesas	47
2.1 – O delineamento inicial do governo Lula	48
2.2 – O favorecimento da burguesia interna	52
2.3 – A polêmica do projeto de desenvolvimento brasileiro do século XXI	60
2.4 – Neodesenvolvimentismo e pós-neoliberalismo	64
2.5 – A defesa do novo desenvolvimentismo do governo Lula	68
2.6 – Análise crítica do novo desenvolvimentismo	71
Capítulo 3 – Notas sobre a particularidade política do governo Lula	75
3.1 – O governo Lula e os interesses de classe	76
3.2 – A inter-relação entre as políticas do governo Lula para as classes dominadas e para as classes dominantes	79
3.3 – Neodesenvolvimentismo e classes dominadas	86
3.4 – Populismo: política e ideologia de Estado	88
3.5 – O governo Lula corresponderia a uma forma de neopopulismo?	92
3.6 – A particularidade da política populista de Lula e o projeto neodesenvolvimentista	95
Considerações finais	101
Referências Bibliográficas	108

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Aumento da renda familiar <i>per capita</i> (R\$) no período de 2003 – 2009	42
Gráfico 2 – Evolução do crédito pessoal e do consignado (dez/2004 – dez/2010) – (Em % do PIB)	43
Gráfico 3 – Comparativo entre as décadas de 1990 e 2000 sobre a criação média anual de postos de trabalho (Em %)	44
Tabela 1 – Evolução do salário mínimo durante o primeiro e o segundo mandato de Lula	42
Tabela 2 – Comparação da expansão das profissões com base na remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo entre as décadas de 1990 e 2000 (Em valores absolutos)	45
Tabela 3 – Evolução do PIB do agronegócio brasileiro	58

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EC – Emenda Constitucional
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNT – Fórum Nacional do Trabalho
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação
MP – Medida Provisória
MPS - Ministério da Previdência Social
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBF – Programa Bolsa Família
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PSL – Partido Social Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

SAT – Sistema de Administração Tributária

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação trazemos enquanto objeto de análise diferentes interpretações das políticas desenvolvidas pelo governo Lula para as classes dominantes e para as classes dominadas. O objetivo desta pesquisa consiste em demonstrar, por meio de um balanço bibliográfico, como as políticas sociais e econômicas destinadas às camadas populares da sociedade brasileira foram funcionais para o projeto de desenvolvimento do governo em questão, projeto este que favoreceu sobremaneira as classes burguesas, com destaque para o restabelecimento do compromisso do Estado brasileiro com os grupos econômicos nativos.

Antes de realizarmos uma explanação introdutória a respeito dos temas que iremos abordar neste trabalho, é importante destacar que esta pesquisa de mestrado se originou de questões inconclusas de nossa iniciação científica, intitulada *O Governo Lula: entre o neoliberalismo e o “neopopulismo” – Políticas sociais e econômicas num governo de difícil caracterização*, na qual realizamos uma síntese bibliográfica sobre as diferentes abordagens a respeito do caráter assumido pelo referido governo.

A primeira questão consistiu no fato de que as políticas sociais e econômicas deste período se atrelaram, em certa medida, ao modelo neoliberal em vigência no Brasil; contudo, assumiram uma forma particular diante do projeto neodesenvolvimentista do governo Lula. A segunda questão suscitada referiu-se ao vínculo estabelecido entre as classes populares beneficiárias dos programas sociais do governo e a imagem pública de Lula, elemento que resultou na retomada do debate a respeito da existência de uma nova forma de populismo na política brasileira. A partir destas duas questões, uma terceira indagação ganhou forma, relacionada ao fato de que o presidente Lula, ao mesmo tempo em que incentivou o capital financeiro nacional e internacional por meio de políticas que favoreceram o bloco no poder, promoveu uma série de medidas que procuraram atender às necessidades dos setores mais pauperizados da população brasileira.

Devido à característica meramente descritiva e pautada nas diferentes leituras a respeito da caracterização do governo Lula de nosso trabalho monográfico, as questões supracitadas não foram exploradas. Desta forma, originou-se a presente pesquisa de mestrado, na qual buscamos explorar o debate em torno das relações de

classe no governo em questão. Tendo como base teórico-metodológica os fundamentos marxistas, sobretudo a teoria de Estado de Nicos Poulantzas (1976; 1977), nossa dissertação busca expor, por meio de uma leitura crítica dos títulos abordados, as particularidades do cumprimento da função geral do Estado capitalista pelo governo Lula.

Isto posto, destacamos que o presente trabalho é dividido em três capítulos distintos, mas que dialogam entre si, nos quais buscamos fundamentar o objetivo já mencionado. No primeiro capítulo, intitulado *As políticas sociais do governo Lula para as classes populares*, realizamos um balanço bibliográfico sobre os avanços e os limites das políticas desenvolvidas pelo referido governo em favor destes setores sociais.

Todas as leituras apresentadas neste debate não refutam o fato de que as políticas implementadas pelo governo Lula proporcionaram uma melhor condição de vida às classes populares. Entretanto, divergem na concepção sobre as alterações que estas políticas teriam realizado na estrutura social brasileira, marcada pela secular desigualdade social. As análises que denominamos enquanto “governistas” ressaltam a importância das políticas do governo Lula na construção de seu projeto de nação pautado no crescimento sustentado com base na justiça social. Já as interpretações críticas avaliam que as políticas do referido governo, em favorecimento de certos interesses econômicos das classes dominadas, mantiveram-se limitadas aos interesses fundamentais das classes burguesas. Ademais, neste primeiro capítulo, passamos pela discussão a respeito de como se alterou a relação do governo Lula com os movimentos sociais, de modo que estes também tiveram suas demandas contempladas dentro dos limites impostos pelos interesses políticos das classes dominantes.

Em nosso segundo capítulo, sob o título de *O favorecimento das frações burguesas*, apresentamos o debate em torno da forma como o governo Lula beneficiou as classes dominantes. Mediante a exposição de diversos títulos que abordam esta temática, buscamos demonstrar como este governo lidou com uma política macroeconômica austera em seu primeiro mandato, atendendo as demandas do capital financeiro; e como a conjuntura do momento favoreceu a produção de *commodities* destinadas ao mercado internacional, o que provocou saldos positivos na balança comercial brasileira e reduziu sua vulnerabilidade externa.

Seguimos a discussão acerca do aumento da produção de *commodities*, fato que foi impulsionado pelo governo por meio de uma série de medidas que proporcionaram a ascensão de frações da burguesia brasileira no interior do bloco no poder, embora circunscritas pelos limites impostos pelo capital financeiro e pelas intempéries do mercado externo. Disto deriva as explicações a respeito de um novo projeto de desenvolvimento orientado pelo governo, que teve como principal favorecida a grande burguesia interna. Por fim, problematizamos as limitações do neodesenvolvimentismo do governo Lula no que se refere à superação da situação de dependência e subdesenvolvimento do país.

Tomando como base o debate bibliográfico examinado nos capítulos anteriores, em nosso terceiro capítulo, *Notas sobre a particularidade política do governo Lula*, buscamos demonstrar – recorrendo a uma discussão teórica e empírica – a inter-relação existente entre as políticas desenvolvidas em favor dos interesses imediatos das classes dominadas e a contemplação dos interesses fundamentais das classes dominantes.

Na realização deste debate, trazemos o polêmico e controverso conceito de populismo. Comumente o populismo é apresentado na literatura em sua acepção funcionalista, perspectiva que descaracteriza e/ou secundariza a luta de classes, de modo que a explicação da problemática apresentada se encontra nas supostas ou reais “distorções institucionais” da consolidação da moderna sociedade latino-americana.

Entretanto, de acordo com as bases teóricas assumidas em nossa pesquisa, apresentamos o populismo enquanto uma política e ideologia de Estado, desenvolvida por determinado governo conforme a autonomia relativa do Estado capitalista. Deste modo, buscamos discutir como o governo Lula constituiu-se enquanto um governo populista por atuar enquanto promotor de uma série de medidas que favoreceram institucionalmente a grande burguesia interna, incluindo de maneira subordinada as classes populares em seu projeto de desenvolvimento.

Destacamos que a pertinência de nossa pesquisa consiste em sistematizar os elementos encontrados na bibliografia aqui analisada, de modo a contribuir para a compreensão do governo Lula, visando colaborar com as reflexões a respeito desta complexa conjuntura que se apresenta na política brasileira nos dias atuais.

CAPÍTULO 1 - AS POLÍTICAS SOCIAIS DO GOVERNO LULA PARA AS CLASSES POPULARES

Com a ascensão de Lula ao Executivo Federal no ano de 2002, antigos pontos programáticos que possuíam nuances de esquerda, antes defendidos pelo Partido dos Trabalhadores, foram substituídos por políticas sociais adequadas aos interesses do capital. Aliás, os interesses do capital passam a ser o eixo estruturante das políticas do governo em questão, fato já anunciado durante a campanha eleitoral de 2002 na chamada “Carta ao povo brasileiro”, documento cujo objetivo foi transmitir segurança ao bloco no poder, trazendo em seu corpo elementos que denotam a valorização do agronegócio, redução da taxa de juros de forma sustentada, manutenção do equilíbrio fiscal e do superávit primário¹.

A apreciação destes fatos leva à constatação sobre como a modificação gradual da postura política assumida pelo Partido dos Trabalhadores incidiu na relação estabelecida pelo governo Lula com as classes sociais, as quais diz representar, e com as classes que este concretamente se comprometeu. Em outras palavras, esta análise ilustra a correspondência entre a efetivação de uma política de atendimento seletivo dos interesses imediatos (WRIGHT, 1981) das classes dominadas e a promoção dos interesses gerais das classes dominantes.

Durante o governo Lula houve a melhora gradual e progressiva do salário mínimo, a redução do índice de desemprego no país, a facilitação do crédito aos setores populares, sendo estes elementos que contemplaram interesses imediatos das classes dominadas como um todo. Ao mesmo tempo, direitos eram suprimidos (como a Reforma Previdenciária - E.C. nº 41/03) e outros debatidos que não chegaram a se efetivar (a exemplo das reformas sindical e trabalhista), com o objetivo de corresponder à priorização dos interesses das classes dominantes.

No debate apresentado neste trabalho, um dos fatores de maior destaque refere-se às políticas destinadas à população mais pobre do país. É inegável que houve certa melhora em termos de distribuição de renda e qualidade de vida das frações de classe mais pauperizadas durante o governo Lula, como o ilustre exemplo

¹ Como trecho literal expresso na *Carta*: “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança e na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.”.

do Bolsa Família. Todavia, tais avanços no campo social não abalaram as bases do poder político, tampouco foram mudanças de significativo impacto estrutural.

Assim, as políticas sociais que tiveram maior impacto durante o governo Lula, por seu caráter de focalização, seguiram as diretrizes impostas pelas agências multilaterais e relacionaram-se diretamente com a política econômica implementada pelo governo, sem abalar os interesses das classes dominantes brasileiras, nem descontentar o capital monopolista.

Devido ao grande impacto causado pelo programa de transferência direta de renda deste governo, ganhou destaque a polêmica sobre como tais políticas teriam incidido num vínculo pessoal entre o “presidente-operário” e as classes populares atendidas por seus programas sociais, elemento que fomenta o debate a respeito do “lulismo” e de postura “populista” por parte do presidente em questão.

1.1 – A ascensão presidencial de Luís Inácio Lula da Silva

Antes de iniciarmos uma análise sobre as políticas desempenhadas pelo governo Lula que impactaram as classes populares, se faz necessário realizarmos uma breve digressão a respeito da origem do PT e de suas modificações que conduziram à ascensão de sua principal figura à chefia do Estado brasileiro. Acreditamos que a breve exposição destas questões contribui para uma melhor reflexão a respeito do debate central apresentado neste trabalho, concernente às particularidades deste governo diante do cumprimento da função geral do Estado capitalista.

O Partido dos Trabalhadores surgiu no final da década de 70 e início dos anos 80 numa conjuntura marcada pela resistência ao regime ditatorial que se arrastava por longos anos, tolhendo as liberdades democráticas da sociedade brasileira. Neste mesmo período, destacam-se as greves operárias no ABC paulista, região onde o PT iniciou a sua atuação.

Em sua origem, embora o Partido dos Trabalhadores apresentasse um programa vinculado aos interesses da classe trabalhadora, ao agregar em sua formação diversos setores, desde a esquerda católica, sindicalistas, intelectuais, pequenos proprietários e organizações operárias, nota-se que o partido não possuía uma política homogênea. Não obstante, encontra-se alusões ao socialismo em

documentos originários do partido, a exemplo da *Carta de Princípios do PT* datada de 1º de Maio de 1979, sendo esta uma forma de lançamento do PT ao público, antes da oficialização do partido em 1980:

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas. [...] O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se programaticamente como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. (Carta de Princípios do PT, In. GADOTTI; PEREIRA, 1989, pp. 37-38)

Além dos elementos contidos nesta citação, a *Carta de Princípios do PT* apresenta pontos como a erradicação dos latifúndios improdutivos, a estatização de empresas que prestam serviços públicos, bem como de empresas estrangeiras, grandes empresas nacionais e bancos. Apesar de ser composto por várias correntes, o que o caracteriza enquanto um partido de massas, o Partido dos Trabalhadores, dado o contexto de sua origem e devido à sua atuação nos movimentos sociais, pode ser considerado como um partido que pertence ao espectro da esquerda.

Problematizando a noção de socialismo petista, Lincoln Secco (2011) afirma que, o *Manifesto do PT*, documento aprovado em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion, local onde o partido fora de fato fundado, não falava em socialismo, diferentemente de sua *Carta de Princípios*. O autor ainda alega que o socialismo petista figurava em um “horizonte distante”, uma vez que o que o partido defendia era um programa democrático-popular:

(...) o *Manifesto do PT*, aprovado naquela reunião, não falava em socialismo (ao contrário da *Carta de Princípios* divulgada no ano anterior), todavia era patente que se tratava de uma organização de esquerda e radicalmente favorável aos interesses imediatos dos trabalhadores, até então impedidos de ter voz na sociedade civil (...) O partido nascia fora da órbita do comunismo soviético, portanto do Partido Comunista Brasileiro (PCB); afastava-se do “populismo” e negava oficialmente a herança Social-Democrata. Os petistas afirmavam o socialismo num horizonte distante enquanto defendiam um “programa para a democracia”. (SECCO, 2011, pp. 35-36)

Tragtenberg, em um artigo escrito no ano de 1988², apresenta as contradições existentes no bojo do Partido dos Trabalhadores no que se refere às suas várias correntes internas, dando destaque à Articulação, corrente composta por sindicalistas oriundos do ABC paulista e intelectuais independentes. Esta corrente, que viria a se tornar hegemônica no interior do PT, originou-se em 1983 com o nome de Articulação dos 113 por meio do lançamento de um manifesto que reunia 113 assinaturas. De acordo com o autor, o conteúdo presente neste documento – a defesa de um partido de massas, combatendo as posições internas tanto de caráter liberal, quanto as posições que assumiam a necessidade de se construir um partido de vanguarda de caráter marxista-leninista – denotam um posicionamento socialdemocrata. Após assumir a hegemonia no interior do partido, a Articulação colocou à margem a discussão tanto com setores à direita, quanto à esquerda (TRAGTENBERG, 2009, pp. 59-60).

Luís Inácio Lula da Silva sempre foi uma das principais figuras do Partido dos Trabalhadores. Iniciou sua militância política nas greves do ABC paulista como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, vindo a atuar na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em meados dos anos 80 e também da fundação do próprio PT. Alinhado à Articulação, Lula compactuava com as feições sociais-democratas desta corrente. No pleito eleitoral de 1989 Lula disputou pela primeira vez a presidência da República, ascendendo historicamente ao segundo turno, contudo, derrotado por seu oponente, Fernando Collor de Mello. Posteriormente, nas eleições de 1994 e 1998, Lula concorreu novamente enquanto presidenciável, perdendo em ambos os pleitos para Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Após sucessivas tentativas e fracassos eleitorais nos pleitos posteriores, Lula da Silva vence as eleições presidenciais de 2002 com significativa margem de votos válidos no segundo turno: 61%, derrotando o peessedebista José Serra. A vitória do presidente-metalúrgico representaria um marco histórico na política do país e condensou a esperança contida nos setores que compunham a base petista e que ansiavam por uma mudança no panorama político-social brasileiro: teria sido a

² TRAGTENBERG, M. O dilema da estrela: branca ou vermelha? In. A falência da Política. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 54-64.

chegada da esquerda ao poder, que se oporia ao projeto neoliberal que se espalhava pela América Latina na década anterior.

Contudo, com o desenrolar do primeiro mandato de Lula, toda expectativa por rupturas e mudanças profundas que permeavam o sentimento de esperança por parte daqueles que acreditavam no projeto político petista tornaram-se decepções ou ficaram aquém do esperado.

De acordo com Pinheiro (2003), esta virada em direção aos propósitos antes refutados pelo PT já havia sido sinalizada durante a campanha de 2002. Para o autor, o referido pleito foi marcado por um baixo grau de polarização política e ideológica, reflexo das estratégias dos candidatos envolvidos que disputavam a corrida eleitoral.

As pesquisas realizadas com o eleitorado indicavam certo desejo por mudança, entretanto, o período de instabilidade financeira conduzia os candidatos a tomarem uma postura que passasse segurança ao capital financeiro. Diante deste contexto, os presidenciáveis buscavam trabalhar em suas campanhas propostas que apresentavam mudanças para o eleitor e também estabilidade ao capital:

Cada candidato procurou, à sua maneira, acenar com mudanças, para o eleitor, e com estabilidade financeira, para o capital. Daí resultou uma competição pelo figurino de oposição entre Ciro (como preparado e experiente), Lula (como maduro e conhecedor do Brasil profundo) e Garotinho (como religioso e comprometido com os pobres), ao mesmo tempo em que flertavam com o continuísmo. Serra, por sua vez, flertava com o figurino de oposição enquanto vestia o de continuísmo (continuidade sem continuísmo). (PINHEIRO, 2003, p. 3)

A queda das intenções de voto no presidenciável do PSDB fez com que o comando da campanha de Lula viesse a trabalhar mais proficuamente para que não ressurgisse o “espírito anti-Lula”. O PT intensificou seu contato com empresários e banqueiros nacionais e internacionais, bem como com as organizações multilaterais. Com a chegada ao segundo turno, Serra e Lula buscavam ampliar suas bases eleitorais. Além de sua base social já consolidada, agora o PT tinha a tarefa de consolidar o apoio conquistado no setor empresarial.

O pleito eleitoral de 2002 figurava, assim, num contexto de crise de hegemonia, resultando em candidaturas híbridas, ao passo que os candidatos assumiam uma retórica distinta das bandeiras esperadas. A ambiguidade foi o elemento principal destas eleições e com a vitória de Lula chegar-se-ia, assim, num final ambíguo: o candidato petista, sempre identificado como oposição, assumira em sua campanha

aspectos e compromissos continuístas, para “catalisar a tendência oposicionista; movimento que é confirmado pelas primeiras medidas do governo Lula.” (PINHEIRO, 2003, p.9). Não restam dúvidas de que este pleito foi um marco na história política brasileira.

De acordo com Iasi (2006), ao assumir a presidência, o Partido dos Trabalhadores se distanciou tanto de conotações socialistas, quanto da socialdemocracia europeia. Com base nos apontamentos de Diniz (1982), a respeito das características dos partidos que assumem-se enquanto máquinas no processo político, consideramos que o PT operou uma transformação gradual de um partido de origem popular, que outrora fora atuante nas bases e munido de uma postura questionadora da realidade social brasileira, para uma *máquina política* cujos objetivos centrais passariam a ser a maximização de sua capacidade de atrair votos por meio da concessão de amplos benefícios a distintos e diversos grupos sociais. A título de exemplo, a já citada *Carta ao povo brasileiro*, datada do pleito de 2002, convivendo conjuntamente com a expectativa dos setores populares na vitória de Lula nesta eleição. Tal fato denota uma postura estritamente pragmática por parte do partido e a sua disposição em se adequar ao *status quo*³.

O Partido dos Trabalhadores transformou-se, assim, em um partido da ordem e sua mais emblemática figura, Luís Inácio Lula da Silva, tornou-se um chefe de Estado com boa conduta governamental diante da outrora criticada, contudo tão folgadoamente abraçada, política institucional. Ao mesmo tempo, a empatia direta entre Lula e as massas foi mantida, fato que colaborou para a configuração de “um governo que fala para os pobres, vivencia as benesses do poder e garante a boa vida aos grandes capitais.” (ANTUNES, 2007).

1.2 – Reformas e contrarreformas

A realização de medidas favoráveis às classes dominantes, sobretudo visando os interesses do capital financeiro foram recorrentes durante o primeiro governo Lula, o que resultou em dissidências e diversas críticas por parte de militantes e intelectuais da esquerda brasileira. As políticas neoliberais, duramente criticadas durante a

³ Para uma discussão mais aprofundada sobre a conceituação de máquina política: Cf. DINIZ, E. Voto e Máquina Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

década de 90, passaram a figurar na agenda da governabilidade petista. Um exemplo concreto para ilustrar este fato está na reforma previdenciária proposta no mês de abril de 2003, poucos meses depois de o Partido dos Trabalhadores alcançar o mais alto cargo da política brasileira com amplo apoio, sobretudo, de sua base na classe trabalhadora organizada oriunda do setor público.

A reforma previdenciária assumiu um caráter impopular na medida em que passou a limitar os direitos previstos nas normas de seguridade social dos servidores públicos. Esta reforma estava na agenda do FMI e do Banco Mundial e foi realizada de maneira rápida, aprovada em agosto de 2003 pelo Congresso e em dezembro do mesmo ano pelo Senado. Marques e Mendes (2007) destacam que tal medida retomara pontos que haviam sido derrotados durante o governo de FHC⁴. Contraditoriamente, durante o regime do presidente peessedebista, o PT se posicionou contra as propostas de retirada de direitos dos servidores.

O discurso governista avalia que esta medida é positiva e mal interpretada pelos críticos do governo à esquerda. Nesta interpretação, o novo modelo previdenciário seria similar à previdência pública básica (INSS) para salários de até R\$ 2.801,56. Ultrapassando este teto o servidor faria uso dos chamados fundos de pensão, ou uma “previdência complementar pública não estatal”:

Sobre a natureza dos fundos de pensão, acreditamos que não há dúvida: se o patrocinador será o governo, se os participantes serão servidores públicos e se a gestão será pública, tais fundos serão públicos, ainda que não estatais. Vale ressaltar também que, na reforma da previdência, o governo Lula propôs que o Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT) fosse um monopólio do INSS, o que não passou devido às articulações da oposição – PFL e PSDB. (ARAÚJO, 2006, p. 25)

Para Mercadante (2010, pp. 27-28), a reforma previdenciária seria uma forma de eliminar “privilégios e distorções”, atuando como um mecanismo eficiente em termos de distribuição de renda e proteção previdenciária para os trabalhadores que aderissem aos fundos de pensão. O autor fundamenta o caráter positivo dos fundos privados ressaltando o exemplo sobre fundos da Previdência Complementar Fechada, que contavam com ativos na ordem de 189,4 bilhões de reais em 2002, dando um salto para 500 bilhões no ano de 2009, cerca de 17% do PIB.

⁴ Segundo Marques e Mendes (2007), as propostas derrotadas durante o governo FHC e colocadas em prática durante o primeiro governo Lula consistiram no estabelecimento de um teto para a aposentadoria de servidores, pondo fim à sua integralidade, assim como o início de medidas que conduzirão à unificação do RGPS dos trabalhadores do setor privado e do setor público.

O governo enfatizou que por meio da concretização desta reforma haveria a possibilidade de realocação de recursos para o serviço público, como na área da saúde (MARQUES e MENDES, 2007). Ademais, para explicar a reforma da previdência evocou-se a tão aclamada noção de “justiça social”, sob a alegação de que a média dos benefícios do RGPS são muito menores do que a média dos benefícios dos servidores:

O governo Lula, para indicar a enorme injustiça social consubstanciada no regime previdenciário dos servidores civis, comparou, na Exposição de Motivos que encaminhou a proposta de reforma ao Congresso Nacional, a média dos benefícios do RGPS, de R\$ 362,00, ao benefício de R\$ 50 mil de um servidor. Não fosse pelo fato de esses dados terem sido exaustivamente repetidos na mídia, num arroubo de ingenuidade seria possível pensar que se tratou de um “equivoco”. Afora que não se compara uma média a um valor absoluto, fato conhecido por qualquer pessoa um pouco familiarizada com os “mistérios da distribuição”. Para o cálculo da média do RGPS foram indevidamente incluídos os benefícios dos rurais (de um salário mínimo) e as aposentadorias por idade, todos de caráter assistencial, com valores baixos, que “puxam” a média para baixo. Segundo os dados do próprio MPAS, a média de aposentadoria por tempo de contribuição é de R\$ 812,30, bastante acima dos R\$ 362,00 utilizados para respaldar a retórica. Já a média da aposentadoria da maioria dos servidores federais fica em torno de R\$ 1.038,00, conforme divulgado pela CUT, no mesmo seminário mencionado acima. (MARQUES e MENDES, 2007, p. 10)

Com a implementação da reforma, o teto das aposentadorias dos servidores públicos garantido pelo RGPS passou a ser de R\$ 2.400,00. Assim, os servidores seriam levados a buscar a previdência privada, estimulando, conseqüentemente, a ampliação dos fundos de pensão. Com o estabelecimento do teto para a aposentadoria dos servidores, mais recursos poderiam ser direcionados à meta do superávit primário, voltados para o pagamento da dívida externa do país, imposição feita pelas agências multilaterais (MARQUES e MENDES, 2007, pp. 11-12).

É importante destacar que a construção da proposta referente à reforma previdenciária por parte do governo Lula não teve participação plena do Partido dos Trabalhadores em sua elaboração, o que resultou na falta de discussão da proposta e na expulsão dos deputados membros do partido que votaram contra a reforma, bem como na suspensão daqueles que se abstiveram⁵. A alegação do governo para a

⁵ Os então deputados federais Orlando Fantazzini (SP), Ivan Valente (SP), Maninha (DF), João Alfredo (CE), Chico Alencar (RJ), Paulo Rubem (PE) e Mauro Passos (SC) e Walter Pinheiro (BA) foram desligados temporariamente da bancada do PT após se absterem na votação sobre a Reforma Previdenciária. Já a então senadora Heloísa Helena e os deputados federais João Batista de Araújo

reforma previdenciária consistia na existência de um possível déficit nas contas da previdência social, fato que foi posteriormente desmentido (MARQUES e MENDES, 2007, pp. 9-10).

Além da reforma da previdência, houve também a proposta da realização de uma reforma sindical e trabalhista. Esta proposta foi desmembrada, centrando-se primeiramente na reforma sindical que viria a se tornar um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 369/05, com origem no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), foi criado pelo Decreto n. 4.796, datado de 30 de julho de 2003. O FNT possuía caráter tripartite, isto é, reunia representantes dos trabalhadores (lideranças sindicais), representantes do empresariado (confederações empresariais) e do governo (sobretudo ex-sindicalistas em cargos de confiança).

O propósito do Fórum Nacional do Trabalho consistia em modernizar as instituições de regulação do trabalho, buscando estimular o diálogo e o tripartismo “assegurando a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução dos conflitos e das garantias sindicais” (ALMEIDA, 2007, p. 57). A PEC 369/05, seguindo os propósitos do FNT, preconiza a negociação coletiva tanto no setor privado, quanto no público, incentivando a arbitragem para a resolução de conflitos no âmbito das relações trabalhistas (BRASIL, 2005).

O fato de a reforma sindical ter assumido um status prioritário no governo Lula, ao ser prontamente encaminhada para votação no legislativo, causou certo descontentamento nos setores industriais, uma vez que estes ansiavam primeiramente por uma reforma de caráter efetivamente trabalhista e não unicamente sindical. De acordo com Paulo Skaff – presidente da FIESP no período considerado – uma grande mobilização deveria ser feita por parte dos empreendedores, com a finalidade de demonstrar que a reforma sindical deveria ser concomitante à trabalhista. Nas palavras de Jorge Gerdau Johanpeter, um dos mais influentes empresários brasileiros, as empresas no momento precisariam “de funcionários valorizados e não de funcionários politizados”⁶.

“Babá” (PA), João Fontes (SE) e Luciana Genro (RS) foram considerados a ala “rebelde” do partido e expulsos por votarem contra a polêmica proposta.

⁶ O posicionamento do empresariado brasileiro diante da proposta da reforma sindical que expressamos neste trabalho foi retirado da reportagem “Indústria quer barrar reforma sindical no Congresso” do jornal Folha de São Paulo, em matéria publicada no dia 15 de março de 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u94393.shtml>. Acessado em: 15 fev. 2016.

Uma observação imediata do posicionamento dos setores do empresariado brasileiro pode levar ao equívoco de se supor que a reforma sindical resultaria em benefícios aos trabalhadores, pois os empresários se posicionaram contra as modificações que tal reforma traria ao âmbito das relações de trabalho. Entretanto, uma análise crítica sobre esta reforma denota o engodo existente por trás das modificações das leis sindicais. Galvão (2007) destaca que a reforma sindical limitaria a liberdade e autonomia dos sindicatos, devido à intervenção estatal direta nas organizações sindicais:

A intervenção do Estado ocorre em diversos aspectos: em primeiro lugar, por meio do estabelecimento de rígidos critérios de representatividade para que as entidades sindicais possam adquirir existência legal. Essas exigências compreendem um número mínimo de filiados que é fixado, no caso do sindicato de trabalhadores, em 20% de sua base de representação. Em segundo lugar, a intervenção estatal se dá por meio da atribuição de personalidade sindical aos que preencherem os requisitos de representatividade: é o Estado, por meio do Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT) – cuja criação constava do projeto e, posteriormente, foi instituída pela MP 294/2006, que veio a ser rejeitada – que reconhece oficialmente as entidades sindicais. Em terceiro lugar, a intervenção estatal se manifesta através da definição de um estatuto padrão para os sindicatos com direito de representação exclusiva. (GALVÃO, 2007, pp. 13-14)

Ademais, a autora assevera que esta série de critérios não são verdadeiramente efetivos no que tange à representatividade dos trabalhadores por parte dos sindicatos, pois a forma de intervenção estatal presente nesta relação impõe limites que determinam a maneira como os trabalhadores devem se organizar. Esta reforma favoreceria o estabelecimento de acordos entre a cúpula dos sindicatos – que centralizariam o poder decisório – e a patronal. Mediante este fato, a reforma sindical poderia facilitar a reforma trabalhista, tão esperada pelos empresários brasileiros, ao invés de impedi-la⁷ (GALVÃO, 2007, p.15).

Neste debate é importante destacar a ocorrência de uma série de discussões a respeito da revisão e flexibilização das leis trabalhistas. Embora não tenha ocorrido grandes alterações em termos de uma efetiva reforma trabalhista durante o governo Lula, o referido presidente chegou a defender uma mudança na CLT, alegando que o panorama das relações de trabalho na atualidade seria outro, distinto do que vigorava em 1943. Lula enfatizava que as mudanças que defendia não correspondiam a uma

⁷ Devido à sua característica de emenda constitucional, a PEC 369/05 ainda não foi aprovada, mantendo-se em tramitação no Congresso Federal.

flexibilização das leis trabalhistas, mas sim a uma ampliação de direitos com a criação de mecanismos de combate ao trabalho informal, com a finalidade de desburocratizar e retirar a oneração de contratações informais⁸.

No discurso governamental as reformas trabalhistas seriam um modo de incluir e assegurar direitos trabalhistas àqueles que não pertencem ao mercado de trabalho formal, não significando a retirada de direitos dos trabalhadores abarcados pela lei. Como contra-argumento desta posição, destacamos as observações de Galvão (2007) a respeito dos infortúnios que a flexibilização das leis trabalhistas traz à classe trabalhadora. A autora cita a lei 10.748/2003, a lei do Primeiro Emprego⁹, que propugna um contrato de trabalho limitado a no mínimo 12 meses, e questiona se tal medida seria uma forma de solucionar superficialmente as taxas de desocupação por meio da flexibilização dos contratos de trabalho. Ademais, Galvão também menciona a lei 1.1196/2005, que permite a contratação de prestadores de serviços enquanto pessoas físicas, e a lei de falências como exemplos de medidas promovidas pelo governo Lula na contramão dos direitos trabalhistas, medidas que favoreceriam a precarização das condições de trabalho¹⁰.

Embora com uma aparência progressista, uma vez que apregoa a noção de inclusão dos setores formalmente excluídos do mercado de trabalho, a proposta de flexibilização das leis trabalhistas tem princípios claramente neoliberais, pois se fundamenta no combate aos direitos universais. Isto incide na fragmentação da classe trabalhadora: são leis “especiais” para tipos “especiais” de trabalhadores. Implicitamente a reforma trabalhista inculca nos trabalhadores “desprotegidos” pela universalidade das leis trabalhistas a ideia de que a desigualdade social, o desemprego e a informalidade são resultado da proteção excessiva concedida aos

⁸ Estas afirmações encontram-se na reportagem “Lula afirma que CLT precisa ser flexibilizada” no jornal O Estado de São Paulo, referente à edição do dia 18/05/2007, Nacional, p. A12. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/327604/noticia.htm?sequence=1>. Acessado em: 15 fev. 2016.

⁹ A Lei do Primeiro Emprego abrange a parcela da população entre 16 e 24 anos, faixa etária na qual o desemprego atinge um maior índice.

¹⁰ Segundo a autora, a lei 11.196/2005 teria institucionalizado “ (...) o que antes era uma forma de burlar os direitos trabalhistas, pois possibilita a dissimulação da existência de vínculo empregatício. Além de isentar-se do pagamento de férias, 13º salário, FGTS, horas extras, aviso prévio, o empregador transfere ao empregado contratado como pessoa jurídica a responsabilidade de recolher os impostos decorrentes de sua atividade e de contribuir integralmente para a previdência. ”. Com relação a lei de falências, esta assume a característica de outro contrassenso, uma vez que em caso de falência de uma empresa, as dívidas trabalhistas priorizadas seriam as de até 150 salários mínimos, além de não haver garantia de estabilidade para os empregados durante o processo de uma possível recuperação da empresa. (GALVÃO, 2007, pp. 7-8).

trabalhadores em regime de CLT. O efeito deletério desta combinação de fatores abala a solidariedade de classe, favorecendo o avanço no desmonte dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição (GALVÃO, 2007, p. 11).

Neste debate é importante ressaltar que mesmo tomando e discutindo medidas contrárias e prejudiciais à classe trabalhadora, o vínculo estabelecido pelo governo em questão para com estes setores não foi completamente esgarçado. O movimento sindical, por exemplo, manteve seu apoio ao governo Lula, agindo de maneira titubeante frente às questões mais polêmicas. Observemos a seguir alguns elementos que denotam como o governo Lula lidou com os movimentos pertencentes à classe trabalhadora organizada.

1.3 – O governo Lula e os movimentos sociais

Como anteriormente mencionado, o Partido dos Trabalhadores foi fruto do movimento operário que conduziu as grandes greves do ABC paulista no final da década de 70¹¹. A intensa mobilização e a postura atuante dos trabalhadores neste período resultaram no que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”. Sinteticamente, podemos dizer que a novidade consistia no posicionamento combativo das lideranças sindicais frente às demandas e reivindicações dos trabalhadores, numa atuação totalmente desvinculada do Estado, algo distinto da forma vigente de atuação sindical até aquele momento.

Num contexto marcado pela repressão militar, as lutas operárias ultrapassavam o campo das reivindicações econômicas, resultando em uma mobilização de caráter político. Discussões sobre direitos e cidadania passaram a compor a agenda das lideranças sindicais e das bases operárias. Os trabalhadores começaram a reconhecer a sua importância enquanto agentes políticos. Neste processo inicia-se o debate entre as lideranças do novo sindicalismo de que somente a atuação sindical não seria suficiente para maiores avanços políticos e surge a ideia da necessidade de organizar um partido para catalisar esta mobilização (KECK, 2010). Estavam lançadas as bases para o surgimento do Partido dos Trabalhadores.

¹¹ Embora o setor de vanguarda das greves citadas localizava-se na região metropolitana de São Paulo, as mobilizações de trabalhadores se estenderam por todo o país. No ano de 1979 as greves se alastraram por quinze estados, indo além do setor metalúrgico, mobilizando trabalhadores dos setores de serviços urbanos, da indústria têxtil, da mineração, da construção civil, professores, bancários e até mesmo trabalhadores agrícolas (KECK, 2010, p. 101).

Posteriormente ao lançamento do PT, toda a efervescência e mobilização resultante desta nova postura sindical fomentou a criação de uma central que seria responsável por reunir todos os sindicatos combativos e organizar os trabalhadores: no ano de 1983 surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que no decorrer dos anos viria se tornar a maior central sindical da América Latina. Destaca-se que neste mesmo contexto de ascensão das lutas operárias, num panorama mais amplo de resistência e mobilizações por demandas democráticas que ocorriam no país, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984.

De acordo com Keck (2010) a relação entre o PT e o movimento sindical é complexa e difícil de ser analisada, pois não havia um vínculo institucional entre os dois. Entretanto, existia uma relação informal entre o partido e os sindicatos agregados pela CUT. O mesmo pode-se dizer do MST: embora autônomo e com maior abrangência pelo fato de sua pauta de reivindicação pela reforma agrária impactar o conjunto da sociedade brasileira (FONTES, 2003), é possível observar uma grande aproximação do movimento com o Partido dos Trabalhadores. Interpretamos este vínculo existente entre o PT e os movimentos sociais como resultante de uma conjuntura de lutas e reivindicações populares que foram condensadas e agregadas pelo referido partido em sua forma originária. O apoio dos movimentos sociais ao PT consistia na crença de que este poderia conduzir politicamente as demandas das classes dominadas, crença esta derivada do fato de que estes movimentos participavam efetivamente do partido.

Durante a campanha eleitoral de 2002, ao discursar sobre a priorização das questões sociais como a tão almejada reforma agrária e o prometido crescimento com distribuição de renda, o PT recorria ao maciço apoio dos movimentos sociais. E estes depositavam suas esperanças na ascensão de Lula ao Executivo Federal. Contudo, a vitória de Lula não resultou numa efetiva vitória para a classe trabalhadora, o que se evidenciou com a escolha de uma equipe econômica com nítido caráter neoliberal para conduzir o seu governo. O espraiamento do neoliberalismo e da reestruturação produtiva que ocorreram no Brasil durante a década de 90 deterioraram sobremaneira a situação de trabalho e as condições de vida da classe trabalhadora e o governo Lula não reverteria totalmente este processo.

A CUT, por sua vez, após passar por sucessivas transformações durante a década de 90, aderiu ao sindicalismo propositivo, aproximando-se cada vez mais do

sindicalismo de resultados da Força Sindical, assumindo um posicionamento conciliatório diante das reivindicações das classes trabalhadoras e dos interesses patronais (GALVÃO, 2009). A combatividade de outrora da Central Única dos Trabalhadores cedeu espaço para a cautela ao realizar críticas às medidas governamentais. Para exemplificar esta questão, destacamos o recuo da Central frente à polêmica reforma da previdência implementada pelo governo Lula:

A situação é completamente diferente num governo que a CUT considera seu aliado: a proximidade entre a central e o partido afastou a CUT de manifestações e críticas ao governo, mesmo quando este ameaça direitos dos trabalhadores. Isso fica claro quando se observa a posição que a central assumiu em relação à reforma da previdência, implementada em 2003. Essa reforma gerou grande insatisfação nos servidores públicos, contrários à taxaço dos inativos, ao fim da aposentadoria integral e da paridade entre ativos e inativos, bem como à criação de fundos de pensão. Embora a cúpula da central criticasse alguns pontos da reforma, como a taxaço dos inativos, e fosse favorável a um benefício de valor mais elevado e a uma previdência complementar pública, procurou preservar o governo de qualquer desgaste, opondo-se à greve que havia sido convocada por entidades de servidores, muitas delas ligadas à CUT, e defendendo, em seu lugar, a negociação dos pontos polêmicos. (GALVÃO, 2009, p. 182)

De acordo com Mattos (2003), em sua trajetória, a CUT teria optado pela institucionalização, uma vez que:

[...] a Central que nasceu da crítica ao sindicato oficial, à burocracia, à perspectiva corporativista, ao controle do Estado sobre os sindicatos, à estrutura criada na época de Vargas não só se adaptou a essa estrutura (...) como também criou novos vínculos institucionais através da opção por participar de fóruns de gestão de recursos públicos, muitas vezes recursos dos próprios trabalhadores, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou mesmo o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)¹².

Todavia, embora o movimento sindical de caráter combativo tenha se afastado de seus princípios originais durante a década de 90, Boito Jr. e Marcelino (2010) apontam a existência de uma grande mobilização por parte dos sindicatos durante a década de 2000, período que abarca sobretudo o governo Lula. De acordo com os autores, o sindicalismo neste contexto foi um importante agente na política nacional, ao passo que ao apoiarem o governo em questão, recebiam o reconhecimento enquanto força política aliada, o que proporcionava a interlocução entre os sindicatos

¹² Trecho referente à entrevista de Marcelo Badarós Mattos sobre o papel da CUT durante o governo Lula In. Demier, F. *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora, 2003. pp. 90-93.

e o governo. Neste processo houve a política de recuperação do salário mínimo, a redução do desemprego, o reajuste salarial dos servidores públicos – setor que promoveu diversas greves durante o governo Lula – além da reativação dos concursos públicos (BOITO JR., 2013). Deste modo, podemos afirmar que o governo Lula não virou as costas para as demandas dos setores da classe trabalhadora organizados no movimento operário. A contradição residia no fato de que o sindicalismo que outrora tinha como princípio ser desatrelado ao Estado, ousando ultrapassar os limites das reivindicações meramente econômicas, agora encontrava-se atrelado ao Estado, consistindo numa das principais bases de apoio ao governo em questão, atendendo as reivindicações das classes dominadas nos limites do possível dentro da lógica do capitalismo brasileiro.

Outro ponto que merece destaque no âmbito deste debate sobre a relação política do governo Lula com os movimentos sociais, é a forma sobre como este governo lidou com a antiga bandeira da reforma agrária, apregoada outrora pelo PT, fator correspondente ao vínculo do partido com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Após assumir a presidência, o governo Lula criou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), cujas principais metas seriam implantar, num prazo de cinco anos, 500 mil novos assentamentos, regularizar 500 mil posses, assentar mais de 150 mil famílias, além de atuar na demarcação de terras quilombolas. Todavia, passados cinco anos, o governo Lula teria assentado apenas 163 mil famílias em novos assentamentos, 30% da meta proposta no II PNRA, e regularizado a situação de 113 mil famílias, correspondendo a 33% da meta proposta¹³.

Oliveira (2008) aponta que durante o governo Lula as medidas direcionadas à reforma agrária ou foram realizadas em áreas que não teriam ligação com o agronegócio, ou foram implementadas de maneira compatível à expansão do *agribusiness*. Deste modo, embora a esperança depositada na eleição de Lula como presidente fosse a de que a tão almejada e necessária reforma agrária fosse realizada, a fim de romper com os entraves históricos no desenvolvimento econômico e social

¹³ Realizando esta problematização, Oliveira (2008) destaca que o MDA/INCRA, por meio da divulgação de dados confusos e contraditórios, divulgam que no período de 2003-2007 foram assentadas um total de 448.954 famílias. Todavia, o autor refuta estes dados, ao passo que estes números englobam tanto a relação de beneficiários antiga e aos assentamentos referentes à regularização fundiária, quanto a relação de beneficiários novos. Ao desmembrar estes dados, o autor demonstra que os dados concretos da política de reforma agrária do governo Lula estão aquém do proposto no II PNRA.

brasileiro, tal esperança foi diluída diante da complacência do governo petista para com os agronegocistas.

Nos anos iniciais do governo Lula, o MST teria identificado o caráter conservador assumido pelo PT no que se refere ao favorecimento do agronegócio, em detrimento de uma efetiva política de reforma agrária. Conquanto, esta conclusão por parte do movimento não teria sido suficiente para que o apoio a Lula fosse retirado. A hipótese para tal fato, de acordo com Barreira (2014), consiste no crescimento da renda – por meio das políticas compensatórias – e do emprego, verificados a partir de 2006. Assim, setores que compõem o MST, sobretudo a direção nacional do movimento, passaram a acreditar na postura “neodesenvolvimentista” por parte do governo Lula e as críticas desferidas ao modelo econômico foram substituídas por críticas ao modelo de gestão agrícola vigente¹⁴. Barreira (2014) ainda destaca que as políticas sociais focalizadas foram importantes para a contenção dos movimentos sociais por parte do governo, na medida em que certos benefícios às classes populares foram concedidos. Ademais, a manutenção do apoio ao governo Lula por parte do movimento camponês também pode ser justificada pelo implemento da ampliação do crédito à agricultura familiar com baixas taxas de juros, por meio da ampliação da função do PRONAF.

Isto posto, podemos afirmar que não houve um distanciamento factual entre o governo Lula e os movimentos sociais, movimentos estes que sempre foram a principal base de apoio do Partido dos Trabalhadores durante as décadas de 80 e 90. No contexto após a eleição de Lula da Silva como chefe do Executivo, em 2002, o que se observou foi outra forma de empenho para a manutenção do apoio pelos movimentos sociais. A interlocução foi um dos pontos centrais da relação que foi construída entre governo e movimentos sociais, numa forma de reiterar o vínculo existente entre o Partido dos Trabalhadores (agora como partido da situação) e os movimentos populares. Todavia, as ações governamentais de caráter prático se mostraram muito aquém das bandeiras levantadas pelo PT em seus primeiros anos.

Com relação ao MST, as políticas via PRONAF foram de grande importância, porém abarcaram apenas uma parcela do movimento camponês, enquanto outros setores mantiveram-se marginalizados e dependentes dos programas de renda

¹⁴ BARREIRA, M., Movimentos sociais e reforma agrária: um balanço crítico, In. Revista Outubro, ed. 22, 2014. pp. 73-74. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/movimentos-sociais-e-reforma-agraria-um-balanco-critico-dos-governos-lula-e-dilma/>. Acessado em: 24 abr. 2016.

mínima. O movimento operário vinculado às principais centrais sindicais do país, por sua vez, embora tenha sido contemplado por uma série de medidas que favoreceram os interesses imediatos da classe trabalhadora organizada, viu-se estritamente atrelado ao Estado, fator limitador para o desenvolvimento da luta política desta fração de classe.

O vínculo entre o PT e os movimentos sociais foi mantido, entretanto, com nuances distintas da sua proposta de outrora, uma vez que as políticas que foram efetivadas pelo governo Lula em prol destes setores organizados mantinham-se nos limites impostos pelos interesses políticos das frações dominantes.

1.4 – Os programas sociais de transferência de renda

Indubitavelmente as ações mais marcantes do governo Lula figuraram no campo dos programas sociais destinados às classes populares, sobretudo à sua parcela mais pauperizada. Contudo, estas políticas carregam em si polêmicas e contradições no que se refere à abrangência e efetividade de tais medidas diante da imensa desigualdade social brasileira.

De acordo com a literatura que pensamos ser conveniente enquadrar na perspectiva governista, os anos em que Lula esteve à frente da presidência da República foram anos de mudanças e avanços democráticos. Milhares de brasileiros teriam mudado suas condições de vida, saindo da faixa de miséria mediante as políticas sociais desenvolvidas pelo PT. Já as abordagens que realizam uma análise crítica deste tema destacam que as políticas sociais do governo Lula, mesmo que trazendo benefícios reais às classes populares, mantiveram-se nos limites da lógica neoliberal devido às suas características de assistencialismo, focalização e inclusão via mercado.

No Brasil, na década de 90, a extrema pobreza e a fome crônica mostravam-se como problemas que necessitavam ser superados. No ano de 1999 mais de um quarto da população brasileira (27,4%) vivia abaixo da linha da pobreza definida pelas organizações mundiais. Deste montante, a maior parte se concentrava nas regiões Norte e Nordeste: 36,2% e 48,8%, respectivamente, sobretudo nas áreas rurais. Projeções realizadas na época indicavam que, se nenhuma medida efetiva fosse realizada, a desnutrição infantil no país persistiria por um longo período de tempo,

existindo por mais dez anos na zona urbana do Nordeste, vinte e oito anos na zona urbana da região Norte, trinta e dois anos nas áreas rurais do Centro-Sul e por um período maior que sessenta e dois anos na zona rural nordestina (MONTEIRO, 2003).

No ano de 2003 o governo Lula cria o Programa Fome Zero com o objetivo de combater a fome e suas causas estruturais, buscando garantir a segurança alimentar da população mais pobre. O Fome Zero constituiu-se enquanto um conjunto de trinta programas que visavam solucionar as causas imediatas e oriundas da insegurança alimentar no país. Vale destacar que este programa condensou outros programas de renda mínima como a Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás, entre outros, já existentes no governo Cardoso, porém agora centralizados numa única agência: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A unificação dos programas teve o intuito de aumentar a eficácia da distribuição de renda, acabando com a distribuição desigual de renda entre as famílias que faziam jus aos benefícios.

O Programa Bolsa Família teve sua origem no Programa Fome Zero. Foi implementado pelo governo Lula em outubro de 2003 e seus fundamentos seriam o combate à extrema pobreza e exclusão social, promovendo a melhora na qualidade de vida das famílias em situação de pobreza crônica. Assim, tornou-se o programa social do governo petista, por excelência. Para as famílias receberem o benefício, além de comprovar a carência¹⁵, devem acompanhar a saúde e o estado nutricional de seus filhos, bem como matricular e acompanhar a frequência escolar das crianças que cursam o ensino fundamental. De acordo com os fundamentos do programa, tais critérios tinham o intuito de promover o rompimento do ciclo da pobreza para as gerações futuras, por meio de oportunidades que visem à inclusão social.

Segundo Ananias (2010), políticas públicas como o programa Bolsa Família promovem a superação da falsa dicotomia entre crescimento econômico e

¹⁵ Até o impeachment da presidenta Dilma, golpe parlamentar que colocou fim ao seu segundo mandato, os parâmetros do Bolsa família consistiam em: a) benefício básico para famílias com renda de até R\$ 77,00 per capita mensais; b) benefício variável de R\$ 35,00 por beneficiário, para famílias com renda per capita de até R\$ 154,00 por pessoa, cujos membros sejam gestante, nutrízes e crianças de 0 a 15 anos mediante identificação e acompanhamento destes últimos na área de saúde local, bem como adolescentes na faixa etária de 16 a 17 anos regularmente inseridos na rede educacional e com frequência escolar comprovada e c) famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita inferior a R\$ 77,00 per capita tem direito ao benefício básico e ao benefício variável. As normas para a elegibilidade do programa pautam-se em um critério de renda, que define famílias pobres e extremamente pobres. As famílias que têm interesse em participar do programa devem se cadastrar no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e os municípios e o Distrito Federal são os responsáveis pela realização do cadastramento. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Bolsa Família: O que é – Benefícios. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios>. Consultado em: 14 mai. 2016.

desenvolvimento social, ao garantirem certa dignidade humana à população que faz uso desse benefício, associadas à sustentabilidade do crescimento econômico. O consumo deste setor mais pauperizado da população passa a aquecer as economias locais e regionais.

Em uma análise da formação histórica da pobreza no Brasil, Weissheimer (2006) avalia que décadas de desigualdade social, bem como concentração de renda, configuraram uma profunda violência institucional e não-institucional¹⁶. Ressalta também que os dados demonstram que a grande maioria da população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade social são jovens na faixa dos 15 aos 24 anos, membros de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a até um quarto do valor do salário mínimo. Deste modo, o programa Bolsa Família viria para colaborar com a superação da desmedida desigualdade social do país.

De acordo com Mercadante (2010), o programa Bolsa Família foi o mais exitoso nos termos do combate às situações de pobreza, por melhorar de maneira imediata a vida das famílias beneficiárias, bem como por melhorar o acesso destas aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social. Além do mais, o autor, figura notável do PT, destaca que o programa contribuiu para a geração de renda e melhoria do bem-estar das camadas mais pobres da população brasileira.

O fato de que o referido programa promoveu melhoras na vida das populações mais pobres do país é inegável, como ilustrado pela pesquisa de Rego (2013), realizada com famílias beneficiárias do Nordeste. A autora entrevistou uma ampla gama de mulheres¹⁷ de diversos estados, como Alagoas, Piauí, Maranhão e Recife, e constatou que o benefício é direcionado para a obtenção de alimentos. De uma maneira geral, a avaliação das entrevistadas sobre o Bolsa Família é positiva, todavia, as reclamações centram-se no valor baixo do benefício:

De modo geral, essas mulheres, ao mesmo tempo em que louvaram o BF, reclamaram que seu valor é insuficiente. Mas reconheceram que com o valor atual podiam comprar comida para a família e já não

¹⁶ O autor faz uma avaliação de como a pobreza e a desigualdade social no Brasil influem diretamente nos quadros de violência e criminalidade. O comportamento criminoso, na leitura apresentada pelo autor, encontra seu fundamento na desigualdade social. Apoiando-se na pesquisa de Enid Rocha e Luseni Maria de Aquino, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Weissheimer expressa o fato de que a violência cometida por jovens não é causada unicamente por necessidades materiais, mas também devido a sentimentos de injustiça e não reconhecimento social, potencializados pela convivência com pessoas e ambientes diametralmente opostos à realidade que pertencem. (2006, pp. 19-20)

¹⁷ Destaca-se que a titularidade do Bolsa Família é concedida diretamente às mulheres.

passavam *tanta* “necessidade” (termo este muito usado na sua linguagem para falar de carências e privações. (REGO, 2013, p. 96).

Embora o Bolsa Família tenha seu efeito positivo, diversas são as críticas existentes quanto à forma deste programa. Os apontamentos de Filgueiras e Gonçalves (2007) acerca das políticas sociais do governo Lula são de grande valor para uma leitura crítica sobre a gestão petista. Primeiramente, os autores estabelecem uma diferenciação entre políticas sociais de governo e políticas sociais de Estado, destacando que as primeiras são oriundas de forças políticas partidárias que ocupam em determinado momento o aparelho de Estado; já as segundas são associadas aos direitos sociais garantidos por meio da Constituição, tornando-se direitos de cidadania. A diferença fundamental entre essas duas formas de medidas sociais está no fato de que as políticas sociais de governo são vulneráveis a cortes orçamentários, alterações e/ou extinção de programas mediante eventuais mudanças de governo e orientação política e as políticas sociais de Estado, para serem extintas ou modificadas, demandam uma operação política mais complexa e difícil, através da proposição e aprovação de emendas constitucionais.

Considerando estas observações, estes autores explanam sobre aquilo que denominam de “lógica perversa” das políticas sociais focalizadas. Por meio da implementação de políticas sociais – sobretudo das “de governo” – as questões referentes à desigualdade social deslocam-se do âmbito das relações capital-trabalho e rumam para o âmbito individual da classe trabalhadora, ou seja, deixam de ser questões estruturais, tornando-se questões isoladas. A pobreza torna-se exógena aos mecanismos econômicos e sociais, sendo desconsiderados os fatores relativos à propriedade privada e poder, inerentes ao sistema capitalista. Este conceito de pobreza foi criado e difundido pelo Banco Mundial, de acordo com a noção de que a dificuldade e diferença de obtenção de capital humano está na desigualdade entre os indivíduos e família – maior ou menor acesso à saúde e educação, por exemplo (FILGUEIRAS e GONCALVES, 2007, p. 144).

Nesta lógica, a pobreza (variável dependente) resultaria da baixa escolaridade (variável explicativa), devido à falta de estímulo em investimento no capital humano/escolaridade. Para a superação da desigualdade, bastaria a atuação das políticas focalizadas. A opção pela focalização exige um gasto reduzido da receita federal, se comparado ao investimento necessário para a implementação de políticas universais. E, de acordo com Filgueiras e Gonçalves, mediante este formato de

políticas públicas, adotado pelo molde neoliberal e ratificado pelo governo Lula como ponto nevrálgico de sua política, dado o enxugamento dos gastos públicos, mais recursos são liberados para a obtenção de superávits primários, tendo como fim o pagamento da dívida pública.

O conjunto de políticas sociais vive há anos o embate entre duas correntes com orientações ideológicas e teórico-metodológicas distintas. Uma vertente vê avanços na redistribuição das políticas sociais que começaram a ser implantadas a partir da Constituição de 1988, com caráter universal; outra atribui às políticas sociais e aos gastos públicos ali investidos a causa dos inúmeros males da economia brasileira (FILGUEIRAS E GONÇALVES, 2007, pp. 146-147).

A forma pela qual buscou-se superar a desigualdade social, pelo governo Lula também, viria a atuar no sentido de camuflar e ignorar as causas estruturais da pobreza, numa negação da existência de classes sociais no Brasil. Assim, conceitos inapropriados são criados para se definir ricos e pobres. Os ricos são identificados a partir de uma “linha de riqueza”, através de uma renda mensal familiar *per capita* baseada no total de R\$ 2.170,00. Já os pobres e indigentes são incluídos numa estimativa de renda per capita de $\frac{1}{2}$ ou $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Por este viés, a definição de linha de pobreza com valores bastante reduzidos decorre do objetivo principal de adequar a seguridade social nos limites da focalização das políticas públicas, tendo como meta a redução dos gastos (FILGUEIRAS E GONÇALVES, 2007, p. 149).

O Programa Bolsa Família está imerso em controvérsias e contradições, devido ao seu formato e abrangência. Porém, outra questão polêmica em torno do referido programa consiste na criação de um vínculo entre os seus beneficiários e a imagem pública de Luís Inácio Lula da Silva. Esta questão, certamente, é de grande relevância e necessita ser apreciada. Entretanto, é preciso ressaltar que o inegável vínculo que se constituiu entre Lula e estes setores sociais não reside unicamente em uma identificação pessoal, uma vez que elementos concretos embasam esta relação.

1.5 – O vínculo do presidente-operário com as classes populares

No pleito eleitoral de 2002, as variáveis que ilustravam o perfil daqueles que votaram em Lula correspondiam ao eleitorado vinculado à base originária do Partido dos Trabalhadores: o setor operário, sobretudo o localizado na região Sudeste do

país, com renda de até 5 salários mínimos. Todavia, após seu primeiro mandato, este perfil teria mudado. Nas eleições de 2006 os eleitores com renda de até 2 salários mínimos corresponderam a 55% dos votantes em Lula, 40% alocados na região Nordeste do país. Destaca-se o fato de que este percentual de eleitores ultrapassou a somatória entre aqueles que possuíam uma maior renda salarial¹⁸.

De acordo com Singer (2012), o fato de o maior número de votantes em Lula no pleito presidencial de 2006 se concentrar na base da pirâmide social brasileira foi resultado da melhora nas condições de vida destes setores populares: por meio dos programas sociais do governo Lula, com destaque para o Bolsa Família, mais de 12 milhões de famílias teriam saído da linha da extrema pobreza¹⁹. Deste modo, esta fração de classe, que o autor denomina como “subproletariado²⁰”, teria se tornado o principal sustentáculo do governo Lula.

Singer ainda destaca que o sucesso obtido pelo governo Lula, para além da manutenção da ortodoxia econômica, foi ter focado na realização das demandas do subproletariado, fator que fomentou a construção de uma política de aquecimento do mercado interno. Nas palavras do autor:

No entanto, se tivesse se limitado a conceder ao capital as garantias necessárias para manter a estabilidade, Lula só repetiria o sucesso do primeiro mandato de FHC [...] O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, *corresponde a nada mais nada a menos que a realização de um completo programa de classe* (ou fração de classe, para ser exato). Não da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira “a ruptura com o atual modelo econômico”, mas o da fração de classe que Paul Singer chamou de “subproletariado” ao analisar a estrutura social do Brasil no começo dos anos 1980. (SINGER, 2012, pp. 76-77. Grifos do autor.)

¹⁸ De acordo com pesquisa realizada pelo IBOPE, disponível na 2ª edição do “Giro Ibope”, os eleitores de Lula com renda de mais de 5 salários mínimos corresponderiam a um total de 12%, e os votantes com rendas de 2 a 5 salários mínimos, 27%. Ademais, a região Sudeste, lugar de origem do PT, possuía 37% dos eleitores neste pleito, valor inferior ao contabilizado na região Nordeste. Disponível em: <http://www4.ibope.com.br/giroibope/2edicao/atualidades.htm>. Consultado em: 22 mai. 2016.

¹⁹ O autor também destaca que outros setores populares, não tão pauperizados, também teriam aumentado o seu padrão de consumo, devido aos ganhos salariais e empréstimos consignados (SINGER, 2012, p. 11-12.)

²⁰ Termo criado por Paul Singer para analisar a estrutura social do Brasil no início dos anos 1980. Para o autor o subproletariado seriam aqueles trabalhadores que oferecem sua força de trabalho sem ter quem os assegure um preço digno para que reproduzam suas condições, estando também apartados da efetiva luta de classes. (SINGER, P. *Dominação e desigualdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 22.).

Assim, o programa realizado por Lula, associado à sua recepção por parte setores mais pauperizados da população, teriam engendrado o fenômeno do “lulismo”. O lulismo seria, então, a representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue se constituir enquanto classe social mediante as próprias formas de organização. Nesta relação, o subproletariado se empolga com a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade sem ameaçar a ordem estabelecida (SINGER, 2012, p. 52).

Para fundamentar o fenômeno do lulismo, Singer se apropria do termo “bonapartismo” ao estabelecer uma comparação entre o subproletariado durante o governo Lula e os camponeses parcelares sob o governo de Luís Bonaparte. A justificativa para esta fundamentação e comparação reside no fato de que tanto o subproletariado (base lulista), quanto os camponeses parcelares (base bonapartista) são apartados da luta política de classes por serem desorganizados e não se reconhecerem enquanto classes sociais. Cabe aqui mais uma citação do autor:

As classes podem transformar-se em classes para si, isto é, conscientes de seus interesses e dispostas a lutar por eles no plano da política. No caso de classes em si que não logram se unificar e conscientizar-se para a ação coletiva, tendem a aparecer na luta política como massa, estruturada de fora para dentro, como acontece em O 18 Brumário. As classes fundamentais, por serem portadoras de um projeto histórico, como é o caso da burguesia e do proletariado no capitalismo, tenderiam a se organizar enquanto classes; as demais, a surgir na política como massa. O funcionamento da consciência, nas frações de classe que aparecem como massa, assemelha-se ao da pequena burguesia, isto é, seriam incapazes de perceber o contexto real em que estão situadas, pois este lhes é adverso. (SINGER, 2012, pp. 23-24)

Contra-pondo-se a esta explicação de Singer, Boito Jr. (2013) aponta como problemática a comparação entre o lulismo e o bonapartismo francês. Para Boito Jr., mesmo de maneira difusa e desorganizada, o subproletariado brasileiro aspira à distribuição de renda, sendo esta uma demanda progressista e popular e não conservadora, se comparada às aspirações dos camponeses parcelares franceses do século XIX que serviram de base a Luís Bonaparte. Acreditamos que esta crítica à afirmação de Singer é coerente, uma vez que os camponeses parcelares viram em Bonaparte a possibilidade de este restaurar a velha ordem que se encontrava ameaçada pela efervescência da luta de classes na França. Suas demandas residiam

na garantia da propriedade privada pelo Estado, sendo este um interesse bem distinto dos interesses do subproletariado brasileiro. Nas palavras de Marx (2011, p. 144):

A dinastia Bonaparte não representa o camponês revolucionário, mas o camponês conservador; não o camponês que se projeta para além da parcela, mas, antes, aquele que quer consolidá-la; não o povo do campo que quer subverter a velha ordem com a sua própria energia em aliança com as cidades, mas, pelo contrário, aquele que, apaticamente encerrado nessa velha ordem, quer ver a si mesmo posto a salvo e favorecido junto com a sua parcela pelo fantasma do Império. Essa dinastia não representa o esclarecimento, mas a superstição do camponês, não o seu parecer, mas o seu preconceito, não o seu futuro, mas o seu passado, não a sua moderna Cévennes, mas a sua moderna Vendée.

Boito Jr. (2013, pp. 176-179) também critica a supervalorização dos subproletários na análise de Singer, uma vez que ao se comparar as melhorias destinadas às classes populares com os ganhos obtidos pelo capital no período considerado, é possível observar que o montante dos investimentos governamentais em políticas voltadas aos interesses populares é muitíssimo menor que o valor lucrado pelas classes dominantes. Deste modo, apesar das melhorias que ocorreram em função dos mais pobres, suas condições de vida e de trabalho ainda se mantiveram precárias, sobretudo pelas opções do próprio governo Lula em privilegiar os interesses burgueses.

Como é possível notar no debate aqui exposto, embora Singer (2012) e Boito Jr. (2013) apresentem pontos dissonantes em suas reflexões, concordam que as políticas sociais implementadas pelo governo Lula fomentaram um vínculo de reconhecimento entre o referido governo e os setores para os quais tais políticas se destinam. A distinção entre estas duas abordagens encontra-se, de um lado, na interpretação de que a relação estabelecida entre o governo Lula e as classes dominadas caracterizar-se-ia enquanto uma forma de bonapartismo (Singer), e de outro, que tal relação seria uma forma de populismo (Boito Jr.).

Para além das pequenas benesses materiais que garantiriam o apoio dos setores populares mais pauperizados ao governo Lula, a origem pobre do presidente em questão é citada como outro fator que colaborou para o exercício do despertar da simpatia da camada popular pobre e desorganizada ao então presidente. Marques e Mendes (2006) descrevem o governo Lula como um governo populista em um cenário neoliberal. Os autores igualmente alegam que este governo teria lançado bases para uma nova forma de apoio, fundamentada nas camadas mais pauperizadas da

população, as quais os programas de transferência de renda se destinam, engendrando, desta forma, um novo populismo²¹ na política nacional.

Para fundamentarem a discussão sobre a característica do novo populismo do governo Lula, Marques e Mendes retomam criticamente os apontamentos de Francisco Weffort no que tange ao vácuo político para a emergência de uma liderança populista. Nesta problematização, enfatizam que durante a eleição de Lula não havia um vácuo político que culminasse na ascensão de um governo populista, fator preponderante na conceituação da teoria populista de Weffort. O contexto em questão consistia num impasse por parte das oligarquias brasileiras, pelo fato de que estas não conseguiam ir mais longe na agenda do Banco Mundial e FMI. Deste modo, somente um representante do povo conseguiria ir além nas medidas prescritas pelas organizações mundiais, ao passo que no plano discursivo enfatizaria sua atuação em nome do povo. Assim, por intermédio do apelo à sua origem popular, além de seu passado militante em favor das lutas operárias, o ex-presidente Lula fez com que os objetivos populares se confundissem com os objetivos do capital imperialista²².

Todavia, na realização de uma análise pautada no materialismo dialético, o vínculo que se estabeleceu entre Lula e as classes populares não pode ser fundamentado como expressão de mero carisma e demagogia por parte da liderança, uma vez que tal acepção assumiria uma conotação nitidamente weberiana²³, que desconsidera as determinações de classes.

As realizações políticas do governo Lula voltadas aos setores mais pauperizados da população são assinaladas por Boito Jr. como uma forma de populismo de caráter regressivo. O autor estabelece a diferenciação entre o novo populismo e o populismo clássico, pelo fato deste último ter apresentado um projeto desenvolvimentista e de defesa do capitalismo nacional por meio da industrialização, buscando resistir às investidas do capital imperialista, além de fomentar alguma

²¹ Os autores ressaltam que o termo “populismo” presente neste artigo é utilizado em sua acepção política, diferente da acepção usada na dimensão econômica: “O termo populismo aqui utilizado se funda na sua acepção política: “ação política que toma como referência e fonte de legitimidade o cidadão comum, cujos interesses pretende representar” ou “política fundada no aliciamento das classes sociais de menor poder aquisitivo” (Aurélio, 1999). Não se trata, portanto, do uso atualmente corrente na ciência econômica, em que populismo está associado ao governo que gasta mais do que arrecada.” (MARQUES e MENDES, 2006, p. 70).

²² MARQUES, R.M. e MENDES, A., O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. In. Revista de Economia Política, vol. 26, n. 1 (101), 2006, p. 71.

²³ WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores no plano constitucional. Já o novo populismo é caracterizado como regressivo por não realizar reformas de caráter estrutural, mas sim medidas que se enquadram no âmbito do neoliberalismo, por ser compatíveis com as imposições das organizações multilaterais (BOITO JR., 2006, pp. 25-26).

Contudo, ao expandirmos o foco de análise, observamos que, embora as políticas de transferência direta de renda tenham tido um enorme destaque no período considerado, o atendimento dos interesses das classes dominadas não se limitou a este tipo de política. Outras medidas foram efetivadas em função dos interesses econômicos das classes dominadas, elemento que deve ser levado em consideração neste debate.

1.6 – Para além das políticas sociais focalizadas

O vínculo existente entre os estratos mais pauperizados da população brasileira, bem como de outros setores da classe trabalhadora com o governo Lula, é inegável. Assim como também é inegável o fato de que embora o referido governo tenha se afastado do programa inicial do Partido dos Trabalhadores, tomando diversas medidas impopulares e a favor das classes dominantes, outras medidas realizadas estimularam o seu recorde de aprovação popular.

Neste item do trabalho, buscaremos ilustrar através de alguns dados empíricos a contemplação de certos interesses econômicos das classes populares neste período. Objetivamos, desta forma, enriquecer o debate bibliográfico que ilustra as políticas implementadas pelo governo Lula para as classes dominadas.

Um exemplo a ser dado sobre as medidas implementadas pelo governo Lula responsáveis por sua ampla aprovação popular, para além das políticas sociais focalizadas, está na progressiva valorização do salário mínimo durante seus oito anos de mandato. Ao compararmos o valor de R\$ 200,00 do salário mínimo em vigência no ano de 2002, último ano do governo FHC, e o total de R\$ 510,00 referente ao último ano do governo Lula, chegamos à conclusão de que o salário mínimo teve um significativo aumento de aproximadamente 155% em seu valor nominal²⁴ no período

²⁴ O aumento real do salário mínimo durante o período considerado correspondeu a 53,6% com o desconto da inflação. Fontes: IBGE. Sistema nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Disponível

citado, dos quais cerca de 112,5% ocorreu durante os dois mandatos de Lula, conforme expresso na tabela a seguir:

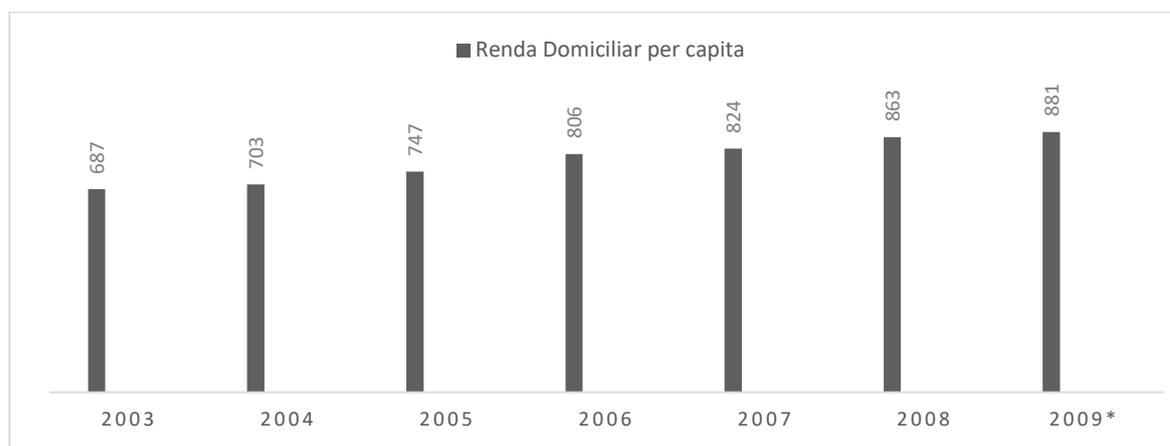
Tabela 1 – Evolução do salário mínimo durante o primeiro e o segundo mandato de Lula

Ano	Valor	Ano	Valor
2003	R\$ 240,00	2007	R\$ 380,00
2004	R\$ 260,00	2008	R\$ 415,00
2005	R\$ 300,00	2009	R\$ 465,00
2006	R\$ 350,00	2010	R\$ 510,00

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social. Elaboração própria. Via: <http://www.mtps.gov.br/salario-minimo>, consultado em 22 de março de 2016.

As melhoras dos índices salariais corresponderam, conseqüentemente, ao progressivo aumento da renda da população assalariada, figurando uma elevação de aproximadamente 25,32% da renda familiar *per capita*, como ilustrado no gráfico 1, em valores absolutos:

Gráfico 1 – Aumento da renda familiar *per capita* (R\$) no período de 2003-2009²⁵



Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/central-de-conteudos/publicacoes/idb-portugues.pdf>, p. 12. Elaboração própria.

em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaulttab.shtm. Acessado em: 14 de out. 2016.

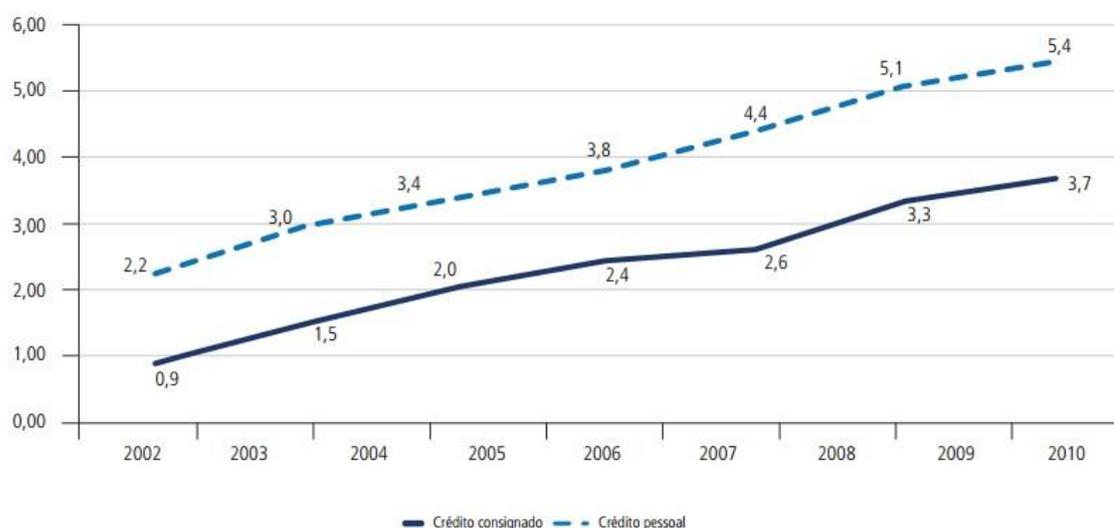
²⁵ O período de análise limita-se até o ano de 2009 uma vez que o PNAD não fora realizado em 2010 devido à realização do CENSO no mesmo ano.

Soma-se à elevação da renda da população brasileira, que se deu por meio tanto do aumento do salário mínimo, quanto, das políticas de transferência direta de renda, a facilitação do crédito pessoal durante o governo Lula. De acordo com Mora (2015), o crédito concedido à pessoa física correspondia a 9% do PIB no ano de 2002, atingindo 21% do PIB em dezembro de 2010. A trajetória do aumento do crédito à pessoa física deve ser atribuída, principalmente, à implementação do crédito consignado, bem como ao financiamento de veículos e, sobretudo, às mudanças institucionais que facilitaram o posicionamento do sistema financeiro nacional em aumentar a oferta de crédito a estes setores. Nas palavras da autora:

O crédito consignado – introduzido, em 2003, pela Lei no 10.820/20036 – possibilitou aos trabalhadores vinculados a determinados sindicatos e aos servidores públicos e aposentados o acesso ao crédito bancário a taxas de juros proporcionalmente mais baixas (que, vale frisar, ainda se mantinham elevadas, em termos absolutos), que já representavam 3,7 p.p. do PIB, em dezembro de 2010 (ou seja, um quarto dos empréstimos livres oferecidos a pessoas físicas), e explicavam o comportamento do crédito pessoal [...]. Mesmo a eclosão da crise em 2008 não reduziu o ritmo de expansão desta modalidade de crédito [...] (MORA, 2015, p. 14).

Os dados ilustrados no gráfico 2 retratam a evolução tanto do crédito pessoal, quanto do crédito consignado em relação ao PIB, demonstrando um progressivo aumento destes valores durante o governo Lula.

Gráfico 2 - Evolução do crédito pessoal e do consignado (dez./2004-dez./2010) - (Em % do PIB)



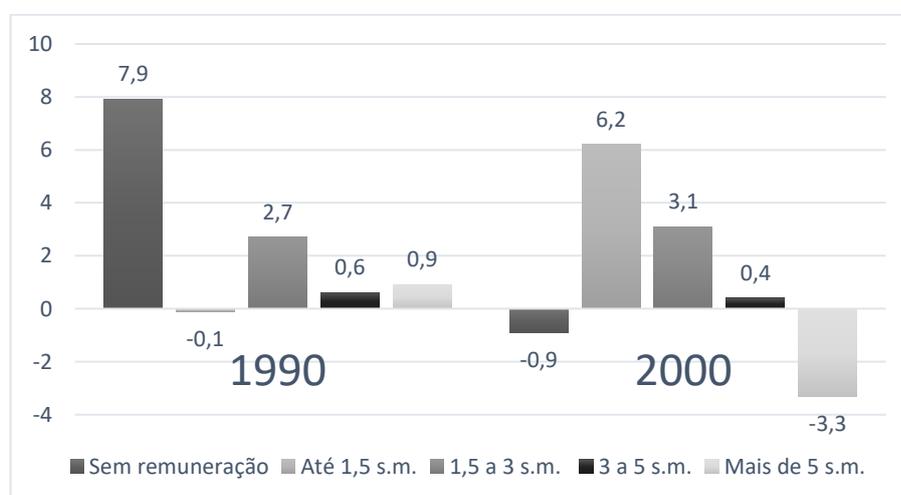
Fonte: MORA, M., 2015, p. 16.

Ainda segundo Mora (2015), a implementação do crédito consignado teria repercutido tanto na taxa média de juros anual, com numa expressiva queda de 40% desta taxa ao ano. Além disso, o aumento do prazo para o pagamento dos empréstimos consignados teria reduzido o custo do crédito à pessoa física, pois com o prolongamento das prestações o valor destas também seriam reduzidos, não comprometendo expressivamente a renda daqueles que recorrem aos créditos.

De acordo com os dados destacados acima, é possível observar que além dos programas sociais anteriormente mencionados – com destaque para o programa Bolsa Família – houve também a elevação real do valor do salário mínimo e a oferta de crédito para parcelas da classe trabalhadora. Estas medidas impulsionaram o consumo destes setores, proporcionando-lhes uma melhor condição de vida.

Associado aos fatores supracitados houve o fortalecimento do mercado de trabalho através da expansão do número de postos de trabalho atrelados aos setores da economia que tiveram grande projeção no período. Este fator também contribuiu para a geração de emprego e ampliação da renda das camadas populares. Pochmann (2012) assevera que os novos postos de empregos formais que foram criados, mesmo correspondendo a postos de baixa remuneração, foram compatíveis para a absorção do grande excedente de força de trabalho ociosa resultando do período neoliberal posterior aos governos Lula. Os dados contidos no gráfico 3 e na tabela 2, nas páginas a seguir, ilustram estas afirmações.

Gráfico 3 – Comparativo entre as décadas de 1990 e 2000 sobre a variação média anual dos postos de trabalho de acordo com a faixa de remuneração (em %)



Fonte: POCHMANN, 2012, p. 31. Elaboração própria.

Por meio da análise dos dados ilustrados no gráfico acima é possível aferir que na década de 2000, período sob vigência do governo Lula a partir de 2002, a mais significativa variação nos postos de empregos formais ocorreu na faixa correspondente à remuneração de até 1,5 salário mínimo. Em comparação com a década de 1990, observamos a ocorrência de um pequeno crescimento nas ocupações correspondentes às remunerações maiores de 1,5 a 3 salários mínimos. Notamos também uma relevante queda nos valores referentes aos postos de trabalho não remunerados, além de um significativo declínio nos índices referentes às ocupações cuja remuneração é superior a 5 salários mínimos.

Tabela 2 – Comparação da expansão de profissões com base na remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo entre as décadas de 1990 e 2000 (Em valores absolutos)

	1990	2000
Setor de Serviços	489.528	6.119.193
Comércio	768.701	2.153.691
Indústria Extrativa e Construção Civil	18.016	1.998.033
Escriturários	- 473.544	1.605.324
Funções Transversais	-52.362	1.598.636
Atendimento ao Público	86.279	1.326.737

Fonte: POCHMANN, 2012, pp. 33-34. Elaboração própria.

Ademais, observa-se que os setores que mais alocaram este crescimento do emprego foram os relativos ao setor de serviços e comércio, além da indústria ligada à construção civil e atividades extrativas. Isto reitera a afirmação de que durante o governo Lula a evolução do emprego se deu na base da pirâmide social brasileira, de maneira consubstanciada ao crescimento de setores econômicos que foram favorecidos neste período (POCHMANN, 2012).

De acordo com os elementos empíricos apresentados, reforça-se a afirmação de que o governo Lula não apenas contemplou os interesses da imensa massa marginal brasileira por meio dos programas de transferência de renda, como também favoreceu amplos setores das classes populares por meio de uma série de medidas que assumiram ares progressistas se comparadas ao retrocesso neoliberal da década de 1990.

Antes de concluirmos esta seção, frisamos, mais uma vez, que o reconhecimento político do governo Lula pelas classes populares não se deve unicamente a um vínculo destes setores para com a imagem pessoal do presidente, tampouco ao carisma do mesmo, uma vez que há elementos concretos que embasam a relação. E estes elementos concretos, ou seja, a contemplação de certos interesses das classes dominadas pelo governo em questão, correspondem a duas características, que embora soem contraditórias, são inerentes às lutas de classes no interior do Estado capitalista: ao jogo de subordinação de classes inerente à forma constitutiva deste tipo de Estado, que no atendimento dos interesses econômicos das classes dominadas, visa a manutenção dos interesses políticos das classes dominantes; e a não passividade das classes dominadas, que mesmo subordinadas, imprimem sua marca contra os efeitos deletérios do modo de produção capitalista.

Deste modo, as críticas a serem realizadas ao governo de Lula da Silva devem ter como foco as limitações destas medidas, levando em consideração a articulação destas políticas ao atendimento dos interesses das classes dominantes, cujo favorecimento foi incontestado durante o período em questão. Para o aprofundamento deste debate, torna-se necessária a análise sobre quais forças constituíram-se enquanto hegemônicas durante o governo Lula, elemento que será discutido na síntese bibliográfica apresentada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 – O FAVORECIMENTO DAS FRAÇÕES BURGUESAS

Conforme os fundamentos do Estado capitalista, cabe ao governo, enquanto representante eleito do “povo-Nação”, o exercício da função de coesão da formação social própria deste Estado. Ainda segundo os mesmos fundamentos, destacando o caráter, bem como a função de classe cumprida por este Estado, para além da desorganização política das classes populares, também são necessárias ações por parte desta instituição para organizar as distintas frações da classe burguesa que compõe o bloco no poder.

Em suas formulações acerca do conceito de bloco no poder, Nicos Poulantzas (1977, pp.224-229) aponta que este é constituído enquanto uma “unidade contraditória particular” de distintas frações pertencentes à classe dominante diante da sua relação com “uma forma particular do Estado capitalista”. E partindo desta premissa, o autor ressalta que a organização do bloco no poder é resultante do ordenamento político das classes e frações de classe que o compõem, através da fixação de limites da luta política de classe.

Para o autor grego, a relação entre o Estado capitalista e as frações dominantes funciona por meio da unidade política sob a égide de uma fração hegemônica. Esta fração polariza os interesses contraditórios específicos de outras classes ou frações no interior do bloco no poder, de modo que seus interesses econômicos e políticos passam a ser representados como o interesse geral comum das frações ou classes que compõem este bloco; interesses estes que consistem na exploração econômica e dominação política (POULANTZAS, 1977, p. 234).

Considerando esta perspectiva teórica, o presente capítulo tem o intuito de expor e problematizar através de um balanço bibliográfico as políticas desenvolvidas pelo governo Lula no atendimento dos interesses burguesia brasileira. Inicialmente, exporemos a discussão sobre como foi a atuação deste governo em seus primeiros anos ante o que se convencionou chamar, de acordo com a interpretação governista, de “herança maldita do governo anterior”. Abordamos, assim, o fato de o governo Lula ter mantido uma política macroeconômica pautada na austeridade e seus consequentes impactos para o delineamento da política econômica do país.

Em seguida, buscaremos retratar a maneira como a política deste governo favoreceu setores da burguesia brasileira, sobretudo os correspondentes à burguesia

interna, por meio de programas de incentivo, como o PAC, bem como medidas de fomento a estes setores por meio do BNDES. Entretanto, problematizamos o fato de que as frações da burguesia beneficiadas pelo governo Lula pertencem, majoritariamente, aos setores vinculados à produção primária, proporcionando o modesto desenvolvimento do país. Em sequência, exporemos as observações em defesa da postura político-econômica do governo cujos argumentos se concentram na importância das decisões governamentais na construção de um projeto de país pautado no crescimento embasado pela noção de justiça social. E como forma de concluir este debate, realizaremos uma abordagem crítica a respeito do novo desenvolvimentismo de Lula, problematizando o fato de que a produção nacional pautada majoritariamente na produção de produtos de baixa tecnologia tem seus antecedentes históricos na configuração específica do capitalismo na América Latina.

2.1 – O delineamento inicial do governo Lula

Os primeiros anos em que Lula esteve à frente do Executivo Federal foram marcados por uma política econômica austera alinhada à ortodoxia liberal, de modo que o presidente “(...) nomeou uma equipe econômica indiscutivelmente ortodoxa no Banco Central e no Ministério da Fazenda, que elevou ainda mais a taxa de juros e fez cortes no investimento público para atingir um superávit primário maior do que o próprio FMI havia recomendado” (ANDERSON, 2011, p. 24), sob a justificativa de solucionar a vultuosa dívida pública resultante da “herança do governo anterior”.

A justificativa da austeridade dos anos iniciais do governo Lula residia na necessidade de reduzir o risco-país para que o Brasil não perdesse sua credibilidade no exterior. A literatura de viés governista se esforça para apresentar a política econômica dos anos iniciais do governo como um remédio amargo, contudo necessário, para a reestruturação das finanças do país. Nesta linha de reflexão, medidas como a manutenção da estabilidade e do superávit das contas externas são apresentadas como necessárias para um projeto nacional pautado no desenvolvimento e autonomia econômica do Brasil:

O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o regime de metas inflacionárias, o câmbio flutuante, o superávit primário e o respeito aos contratos foram claramente incorporados ao Programa de Governo. Essa opção por uma transição progressiva revelou-se acertada e fundamental para assegurar a governabilidade democrática, administrar

politicamente a condição de minoria no parlamento, especialmente no Senado Federal, e acumular forças para que pudéssemos avançar em direção ao novo modelo de desenvolvimento. (MERCADANTE, 2010, p. 32)

Destacando a explicação das medidas realizadas pelo governo petista, com a intenção de justificá-las, além de reforçar pontos distintivos entre Lula e FHC, Araújo (2006, pp. 55-58) afirma que a política econômica desenvolvida por Cardoso, Pedro Malan e Gustavo Franco, sobretudo no primeiro mandato de FHC, promoveu forte abertura comercial e valorização do câmbio, com o valor do real equiparado ao valor do dólar. As exportações brasileiras encareceram e as importações baratearam, resultando num superávit comercial, que logo se transformou em déficit comercial. Por meio destas medidas, a economia brasileira foi colocada em situação de vulnerabilidade de maneira consciente pelo governo do PSDB.

Rememorando as crises que atingiram o Brasil, o autor afirma que somente durante os oito anos do governo Cardoso, o país “quebrou” três vezes: em 1997-1998, com a crise asiática e russa que culminou num empréstimo por parte do FMI ao governo brasileiro; no ano de 2001, com a crise econômica argentina e por fim em 2002, ano eleitoral, quando aquilo que o autor caracteriza como “terrorismo tucano/pefelista” promoveu grande estrago na economia, prejudicando sobretudo os primeiros anos de Lula na presidência:

Neste período, o Brasil se transformou no maior devedor do Fundo Monetário Internacional e recebeu três empréstimos: US\$ 14,3 bilhões em 1998; US\$ 17,2 bilhões em 2001; e US\$ 26 bilhões em 2002. Com toda a razão, os partidos de esquerda e os sindicatos combateram as políticas do FMI para o Brasil. Mas é bom lembrar que o FMI é causa e consequência de nossos problemas. Ou seja, as políticas do Fundo foram extremamente prejudiciais ao crescimento da economia. Mas o Brasil só chegou ao Fundo devido aos enormes equívocos da política econômica tucano/pefelista. (ARAÚJO, 2006, p. 56).

Paulani (2003, pp. 59-61) avalia como coerente a primazia da tônica do governo sobre a necessidade da implementação de medidas que garantissem a credibilidade brasileira frente à economia internacional, pois no âmbito das discussões econômicas, a prática macroeconômica avaliada enquanto neutra, administrada de maneira técnica e, portanto, correta, é a perspectiva preeminente. Deste modo, o governo Lula teria seguido a mesma postura do governo FHC, como se não houvesse outra alternativa.

Entretanto, a ênfase na recuperação da credibilidade é funcional para a manutenção da vulnerabilidade do país e implica no protelamento de medidas sociais efetivas e estruturais, que passam a ser relegadas a segundo plano, podendo ser realizadas apenas se houver espaço para tal diante dos ditames macroeconômicos. Assim, a decisão por uma política macroeconômica que priorize unicamente o debate em torno da “credibilidade/vulnerabilidade” do país fomenta o processo de acumulação do poderoso capital especulativo (PAULANI, 2003, p. 61 - 63).

Por conseguinte, observa-se que durante os primeiros anos do governo Lula houve uma grande valorização de princípios da economia voltados aos interesses do grande capital financeiro internacional. Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 33) a restrição ao processo de desenvolvimento brasileiro tem se dado, historicamente, pela grande vulnerabilidade externa nos âmbitos monetário-financeiro, produtivo-real, comercial e tecnológico. Devido a isto, o país não é imune às desestabilizações e choques externos, de modo que toda estratégia e desempenho da economia internacional tem como ponto determinante o contexto internacional.

Durante o governo Lula, o Brasil passou a apresentar uma dinâmica nova em termos de comercialização externa, dando origem assim a superávits comerciais. Reiterando o fato do característico atrelamento do país à economia internacional, Filgueiras e Gonçalves (2007) afirmam que esta melhora nas contas comerciais externas é resultante da favorabilidade da conjuntura internacional durante o primeiro mandato do governo, sobretudo após o ano de 2003. Os autores destacam que o dinamismo das principais “locomotivas” do sistema econômico internacional – EUA e China – favoreceram as melhoras na balança comercial brasileira por meio da abertura do comércio para a exportação das *commodities*, mais especificamente, matérias-primas e produtos agrícolas²⁶.

A melhora na dinâmica comercial brasileira pode ser observada de acordo com a análise de dados presentes na Pesquisa Industrial Mensal de Produção realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativa ao mês de dezembro de 2003. Este documento apresenta um crescimento de 2,9% da produção industrial geral brasileira em comparação com o mesmo período referente ao ano de 2002. Todavia, o setor industrial que lidera o *ranking* de crescimento é o vinculado à produção de bens de consumo intermediários, ou seja, à produção de matérias-primas

²⁶ FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 38 et. seq.

processadas, totalizando um crescimento de 4,8% no final de 2003, quando utilizada como base de comparação a avaliação realizada em dezembro de 2002. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de Produção de dezembro de 2003, o melhor desempenho do setor industrial referente à produção de matérias-primas reside no comportamento favorável dos setores produtivos que se vinculam à agroindústria e à indústria extrativa mineral articulados à exportação (IBGE, 2003, p.7).

A conjuntura internacional favorável propiciou melhoras em termos gerais nos países periféricos, sobretudo no que se refere aos índices de vulnerabilidade externa. Novamente de acordo com Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 58), a redução da vulnerabilidade externa brasileira tem caráter conjuntural – um fenômeno de curto prazo e dependente dos ajustes externos – o que teria resultado na boa onda dos primeiros anos de Lula enquanto presidente. No entanto, quando esta melhora da situação do país é observada mais de perto, nota-se que não houve um avanço efetivo da situação de vulnerabilidade do país, tanto em termos comparativos internacionais, quanto em comparação com o governo de FHC:

Entretanto, não há evidência de que durante o governo Lula tenha havido progresso, comparativamente ao resto do mundo. Os índices de vulnerabilidade externa comparada para distintos indicadores mostram diferentes padrões de comportamento. E o indicador-síntese de vulnerabilidade externa (IVEC) não mostra qualquer tendência nítida de evolução. Portanto, não houve melhora (ou piora) na vulnerabilidade externa da economia brasileira, comparativamente ao resto do mundo, durante o governo Lula.

Contraopondo o desempenho do governo Lula ao do governo Cardoso (média dos dois mandatos), a evidência também mostra que não houve progresso em relação a situação de vulnerabilidade externa do país. Na realidade, o índice médio de vulnerabilidade externa do governo Lula é maior que o índice médio do governo Cardoso. Portanto, na média, a situação de vulnerabilidade externa é maior no governo Lula do que no governo Cardoso, quando se levam em conta os indicadores convencionais de vulnerabilidade externa (...) (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 58)

Deste modo, esses autores asseveram que mesmo com o contexto internacional favorável ao Brasil, o governo Lula teria fracassado ao manter o modelo liberal periférico através da política macroeconômica assumida, fator responsável por limitar o processo de desenvolvimento dinâmico do país e retirá-lo, assim, de sua trajetória de crises e instabilidades. Em vista disso, a postura política assumida pelo governo Lula em seu primeiro mandato coaduna-se de maneira objetiva com os interesses dos grupos dominantes. Os grupos dominantes, por sua vez, são

compostos por frações do capital financeiro internacional e grandes conglomerados econômico-financeiros nacionais. Há também outras frações que integram o grupo dominante, compostas por setores especializados no agronegócio, setores industriais e de serviços, mas ocupando posições subordinadas na economia (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 179).

Isto posto, observamos que durante o primeiro mandato do governo Lula, as frações burguesas que mais tiveram seus interesses contemplados neste período foram aquelas vinculadas ao capital financeiro nacional e internacional. Contudo, é preciso levar em consideração o fato de que a situação favorável do contexto mundial para as exportações de *commodities* beneficiou também frações burguesas responsáveis por estes setores produtivos. Deste modo, torna-se importante a apreciação sobre como o governo em questão lidou especificamente com os setores produtivos brasileiros responsáveis pela melhora da balança comercial brasileira em concomitância com sua política macroeconômica destinada a não desagradar o capital financeiro.

2.2 – O favorecimento da burguesia interna

Embora o governo Lula tenha mantido uma política macroeconômica claramente neoliberal, é errôneo afirmar que este governo foi mera continuidade de seu antecessor, principalmente quando o foco da análise realizada se direciona para a relação estabelecida pelo governo petista com a burguesia nativa e a grande importância dada por seu governo à exportação de *commodities* como chave para a melhora da balança comercial brasileira. De acordo com Boito Jr. (2006, p. 239) a valorização de setores da burguesia vinculados à produção de *commodities* foi responsável por alterar a relação do Estado para com a burguesia brasileira, sobretudo ao melhorar a posição da grande burguesia interna de caráter industrial e agrário no interior do bloco no poder, sendo esta a grande novidade do governo Lula.

Antes de avançarmos neste debate, se faz necessário a realização de um pequeno parêntese para explicar como o conceito poulantizano de burguesia interna é operacionalizado nesta análise. Segundo Nicos Poulantzas (1976) a relação existente entre os países dependentes e os centros imperialistas é o que possibilita a emergência desta nova fração burguesa – a burguesia interna – por causa da grande

inserção do capital estrangeiro no processo de industrialização dos países de caráter dependente, especialmente no contexto correspondente à internacionalização do capital. A burguesia interna diferencia-se da burguesia compradora que, por sua vez, corresponde à fração cujos interesses são inteiramente subordinados ao capital estrangeiro, funcionando como intermediária direta para a implantação e reprodução do capital estrangeiro nos países dependentes. Entretanto, também é diferente da burguesia nacional, pois depende do capital estrangeiro, além de não se posicionar determinantemente contra o imperialismo, correspondendo, assim, a uma fração intermediária entre estas outras duas frações.

Outro elemento importante a destacar, na definição do conceito de burguesia interna, é o fato de que, embora esta fração seja dependente do capital estrangeiro, também apresenta uma significativa contradição com este. De acordo com o autor grego, tal contradição consiste no fato de que:

(...) esta fração da burguesia é enganada na parte do bolo que recebe, no que se refere à exploração das massas (...) a maior parte da mais-valia é destinada ao capital estrangeiro e a seu agente, a burguesia compradora, às custas da burguesia interna. Há também o fato de, desde que a burguesia interna esteja concentrada no setor industrial, esta se interessa por um desenvolvimento industrial menos polarizado no que concerne a exploração do país pelo capital estrangeiro, e também anseia por uma intervenção estatal que possa garantir a proteção do mercado interno, enquanto a torna mais competitiva vis-à-vis com o capital estrangeiro. Ela procura uma extensão bem como um desenvolvimento do mercado interno, através do aumento do poder de compra e consumo das massas, fator que lhe ajudaria a tomar uma maior parte do mercado, e também busca auxílios estatais no desenvolvimento de suas exportações. (POULANTZAS, 1976, p. 43. Tradução nossa.)²⁷

A dependência da burguesia interna em relação ao capital estrangeiro se dá no âmbito do processo tecnológico e da produtividade do trabalho, bem como no estabelecimento do comércio. Isto posto, a burguesia interna se apresenta como politicamente fraca, uma vez que, embora busque traduzir em ação política suas

²⁷ Do original "(...) it is cheated in its share of the cake, as far as the exploitation of the masses is concerned; the lion's share of the surplus-value goes to foreign capital and its agents the comprador bourgeoisie, at the domestic bourgeoisie's expense. There is also the fact that since the domestic bourgeoisie is concentrated chiefly in the industrial sector, it is interested in an industrial development less polarized towards the exploitation of the country by foreign capital, and in a state intervention which would guarantee it its protected markets at home, while also making it more competitive vis-à-vis foreign capital. It seeks an extension and development of the home market by a certain increase in the purchasing power and consumption of the masses, which would supply it with a greater market outlet, and also seeks aid to help it develop its exports." (POULANTZAS, 1976, p. 43).

contradições com o capital estrangeiro e com a burguesia compradora, é incapaz de fazê-lo na maioria dos casos, visando a hegemonia política de longo prazo no interior do bloco no poder (POULANTZAS, 1976, pp. 43-44).

Ademais, Poulantzas (1976, p. 47) destaca que o fenômeno da burguesia interna pode ser encontrado em diversos países, mas nos países sob o jugo do imperialismo a fraqueza desta fração burguesa não é apenas econômica, mas política e ideológica. Um dos motivos determinantes para esta fraqueza da burguesia interna consiste na ausência de uma revolução burguesa do tipo clássico – como ocorrera no caso francês e inglês – nos países dependentes. A inexistência de um discurso ideológico burguês com a característica hegemônica dificulta a organização política da burguesia interna, fator que imprime um grande peso nesta fração de classe.

Isto posto, retomemos a discussão sobre como o governo em questão lidou com os setores que compõem a burguesia brasileira, sobretudo com a ascendente fração da burguesia interna composta pelos setores vinculados à produção de bens de baixa tecnologia. Admitindo a originalidade política assumida pelo governo Lula diante da burguesia brasileira, é importante destacar que a tomada de tal posição fora fruto de um processo político complexo que dependeu de diversos fatores como: a pressão exercida pela burguesia industrial na década de noventa, ao ter seus interesses preteridos pela política neoliberal vigente nesta época, a pressão oriunda dos sindicatos, neste mesmo contexto, entre outros elementos econômicos²⁸, assim como o fato de que o cenário internacional demandava produtos primários neste período (BOITO JR, 2006).

Deste modo, o governo Lula atuaria no favorecimento dos setores que poderiam se desenvolver endogenamente em concomitância com as determinações do modelo neoliberal. Neste panorama, setores industriais vinculados à produção de minérios, à produção de matriz energética, à construção civil e principalmente os setores vinculados ao agronegócio, foram beneficiados pela política econômica assumida por este governo.

No processo de valorização destes setores destaca-se a importância do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), como órgão de

²⁸ O autor cita a ameaça referente ao estrangulamento externo, fruto da crise cambial do ano de 1999, a queda do fluxo de dólares destinados aos países dependentes por parte dos países dominantes na década de 2000, bem como a desvalorização cambial oriunda do temor do capital estrangeiro diante da forte possibilidade da vitória de Lula em 2002, como fatores de caráter econômico que possibilitaram a valorização da grande burguesia interna brasileira. (BOITO JR., 2006, pp. 249-250).

fomento, que apoiou estes ramos industriais e agrários, e o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), como planejamento estratégico de desenvolvimento infraestrutural do país, consubstanciado no incentivo governamental a setores industriais vinculados aos segmentos de produção de matriz energética e à construção civil.

O papel assumido pelo BNDES, desde sua origem no ano de 1952, refere-se ao financiamento do desenvolvimento do país. É importante destacar que até o ano de 1964 o BNDES foi responsável pelo investimento no setor produtivo nacional, passando no período subsequente a priorizar o setor privado. Já na década de noventa, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social passou a ser o principal agente no processo de privatização das estatais brasileiras (VALDEZ, 2011, p. 45).

Durante o governo Lula, o papel do BNDES se modificou ao retomar sua atuação como agente de fomento de grandes grupos industriais brasileiros. Empresas como a Petrobrás, a JVS/Friboi, Ambev, Vale do Rio Doce, entre outras, foram as principais contempladas pelo fomento do BNDES, que liberou cerca de R\$ 709,2 bilhões em investimentos a estes setores durante o governo em questão²⁹. Ademais, é importante destacar que o BNDES, durante o governo Lula, também colaborou para a inserção internacional destes setores empresariais através de linhas de créditos e participação em ações, cujo principal foco de atuação das empresas brasileiras consiste na América Latina (BUGIATO, 2013, p. 10).

No ano de 2007, sob o segundo mandato de Lula, têm-se a criação do PAC³⁰: programa composto por um conjunto de medidas cujo objetivo consistia na viabilização de grandes obras destinadas à infraestrutura logística, urbana, energética e social do país com vistas ao seu desenvolvimento. As medidas do Programa de Aceleração do Crescimento tinham o intuito declarado de promover o incentivo de investimentos por parte dos setores privados, além de aumentar o investimento público nos ramos infraestruturais. Como expresso no *11º Balanço Completo do PAC*:

²⁹ O Globo, “BNDES triplica na Era Lula e retoma ação de desenvolvimento”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/bndes-triplica-na-era-lula-retoma-acao-de-desenvolvimento-2806488#ixzz47vLIsxxK>. 23 de março de 2011. Acesso em: 06 de maio de 2016.

³⁰ Posteriormente, no ano de 2011, durante o governo Rouseff houve a implementação do PAC 2, como forma de continuidade e aprofundamento das medidas iniciadas pelo PAC 1.

Pela primeira vez em décadas, o País teria um plano estratégico capaz de resgatar o planejamento em infraestrutura, retomar investimentos em setores estruturantes, fazer crescer o emprego e a renda, incentivar o investimento público e privado e, principalmente, construir a infraestrutura necessária para sustentar o crescimento do Brasil. Um plano que só teria êxito se houvesse forte articulação no Governo Federal e fosse executado em parceria com estados, municípios e com a iniciativa privada. (BRASIL, 2010, p. 3)

Por meio de investimentos diretos por parte do governo nas obras empreendidas pelo PAC³¹, bem como por meio da promoção de ações como a desoneração tributária e estímulo ao crédito³², diversas empresas do ramo energético, cujo volume de recursos concedidos no quadriênio do segundo governo Lula computou R\$ 274,8 bilhões (CHAGAS et al., 2015, p. 281); e dos setores da construção civil – reunindo grandes nomes de grupos empresariais brasileiros como Camargo e Correia S/A, Andrade Gutierrez S/A, Norberto Odebrecht S/A, Queiroz Galvão S/A, entre outros³³ – foram favorecidas pelo referido programa governamental.

Como dito anteriormente, o objetivo do PAC, de acordo com documentos oficiais do governo, consistia num projeto de desenvolvimento do país, visando seu crescimento de forma “acelerada e sustentada”. Realizou-se, assim, o início da construção de hidrelétricas, como Jirau e Santo Antônio e Belo Monte³⁴, a construção de mais de 6.000 quilômetros de rodovias e mais de 900 de ferrovias, novos campos e plataformas de petróleo, bem como a construção de 3.776 quilômetros de gasoduto, além de diversas obras na área de habitação e saneamento. Na interpretação governamental, por meio destas medidas, todos os setores que compõem a sociedade

³¹ No 11º Balanço Completo do PAC, computou-se que em outubro de 2010 um montante de 73,3% das obras pretendidas e empreendidas pelo programa já encontravam-se concluídas, com previsão de 82% de conclusão para dezembro do mesmo ano (BRASIL, 2010, p. 35).

³² BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, 11º Balanço Completo do PAC - 4 anos (2007 a 2010). Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>. Acesso em: 07 mai. 2016.

³³ BNDES. Relação Indicativa das Empresas de Construção (CNAE 41 e 43) Contratadas Pela Administração Pública Direta (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), Explicitamente no Âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Jun. de 2009. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/programas/Relacao_das_empresas_contratadas_no_PAC.pdf. Acesso em: 07 mai. 2016.

³⁴ Vale destacar que uma série de polêmicas surgiram em torno da construção das hidrelétricas citadas, tanto por questões relacionadas a impactos ambientais nas regiões das obras, refletindo também nas populações indígenas e ribeirinhas, quanto por condições precárias de trabalho. Jardim (2015, p. 178) aponta que no ano de 2011, já sob o governo Dilma, houve conflitos entre trabalhadores e representantes do consórcio dos empreendimentos das usinas de Jirau e Santo Antônio, devido a intensificação do trabalho nas obras, sem o pagamento de horas extras.

brasileira teriam sido beneficiados com as obras do PAC devido os seus efeitos positivos na economia do país (BRASIL, 2010, p. 3).

Não há dúvidas de que o Programa de Aceleração do Crescimento proporcionou ganhos significativos a uma ampla gama de empresas nacionais. De acordo com Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2007) tal programa seria uma forma de incentivo à iniciativa privada para sair da especulação financeira e se direcionar aos investimentos produtivos. Boito Jr. (2007), por sua vez, vê o PAC como um plano inerente aos interesses da burguesia interna.

Diante destes fatores, é fundamental destacar que, embora tenha ocorrido ganhos reais destes setores da burguesia brasileira por meio das políticas executadas pelo governo Lula, os incentivos governamentais ao PAC dão importância sobremaneira aos setores produtivos de caráter primário, intensificando, assim, a especialização retrógrada do Brasil enquanto uma economia periférica, fator que se expressa, principalmente, no enorme peso dado aos investimentos no ramo petrolífero, principal item de exportação nacional (Chagas et al., 2015, p. 272).

Nesta mesma lógica, figura o agronegócio, garantindo conjuntamente com as remessas de minérios e recursos energéticos ao exterior, a balança comercial superavitária durante os governos Lula. O agronegócio – termo aportuguesado para o termo inglês *agribusiness* – refere-se à cadeia de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e industriais em larga escala e pautada na monocultura.

De acordo com Delgado (2010), no agronegócio brasileiro tanto o mercado de terras, quanto o crédito destinado a este setor têm como patrocínio fundamental o Estado, de modo que isto possibilita a inserção do capital financeiro na agricultura.

Observe-se que o agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica do capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2010, p. 64)

Ainda segundo Delgado, dentro da história econômica brasileira, o período militar demonstrou concretamente a articulação existente entre o capital agroindustrial, o sistema de crédito público destinado aos ramos agroindustriais e a estrutura fundiária para a estratégia política e econômica de modernização conservadora do país, correspondendo, assim, na organização dos interesses hegemônicos de determinadas classes sociais no interior do aparelho estatal. E a

década de 2000 seria um período no qual o agronegócio reuniu novamente suas forças, sobretudo durante o governo Lula³⁵.

Como anteriormente citado, o comércio mundial se apresentava receptivo aos produtos primários exportados pelo Brasil na década de 2000, tendo destaque no ramo agropecuário os setores de *feedgrains*, como a intensa produção de soja, o setor sucroalcooleiro, a comercialização de carnes, celulose e madeira. Assim, a reprimarização da pauta de exportações brasileiras apresentou elevada lucratividade. Em comparação com o período de 1995-1999, a balança comercial de exportação brasileira atingiu um valor quadro vezes maior no final dos anos 2000: no primeiro período destacado o valor médio anual das exportações conferia um total de 50 bilhões de dólares, enquanto no segundo período citado este valor correspondeu a 200 bilhões de dólares. No ano de 2010 as *commodities* corresponderam a 45% da pauta de exportações (DELGADO, 2010, p. 66).

Durante os dois governos de Lula da Silva o PIB do agronegócio brasileiro apresentou um avanço progressivo, com uma pequena queda no ano de 2009 e uma rápida e expressiva recuperação em 2010:

Tabela 3 – Evolução do PIB do agronegócio brasileiro

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB anual (R\$/bi.)	489,57	549,12	554,95	566,99	642,46	772,19	741,02	841,30

Fonte: CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA/USP. 2016. Elaboração própria.

No artigo “*Reforma Agrária X Agronegócio*” datado de 2009 e presente no sítio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, encontra-se a afirmação de que somente no ano de 2008 o BNDES concedeu mais de 17,2 bilhões de reais em empréstimos para empresas do agronegócio, assim como o Banco do Brasil concedeu mais de 10 bilhões de reais na forma de linhas de crédito especial para vinte empresas do ramo, incluindo os setores de produção, insumos, industrialização e comércio³⁶.

³⁵ DELGADO, G. Reconstrução da economia do agronegócio – anos 2000. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/reestrutura%C3%A7%C3%A3o-da-economia-do-agroneg%C3%B3cio-anos-2000>. Consultado em: 28 mai. 2016.

³⁶ MST. Reforma Agrária X Agronegócio. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/6713>. 15 abr 2009. Acesso em: 12 mai. 16.

De acordo com Oliveira (2010), o governo Lula valorizou o agronegócio sobremaneira, invertendo a lógica do que deveria de fato fazer, preterindo a reforma agrária e priorizando as grandes cadeias produtivas agrárias através da transferência de recursos públicos para patrimônios privados. Ademais, durante o referido governo houve uma “frouxidão” na observância da “função social da terra” prevista na Constituição, por meio da emissão de medidas provisórias, como a MP 422/2005 (emitida em março de 2008) que concedeu autoridade ao INCRA para atribuir diretamente, sem licitação, títulos de propriedades da Amazônia Legal com o limite de 1,5 mil hectares. Outra medida provisória, a MP 458/2008, autorizou a entrega de 67,4 milhões de hectares de terras devolutas, também no território da Amazônia Legal, com preferência de compra para seus ocupantes e prováveis grileiros (DELGADO, 2013, p. 74).

Assim, setores da burguesia brasileira tornam-se proprietárias de terras e capitalistas agrários, cujo objetivo é a produção de mercadorias para o mercado mundial. Nas palavras de Oliveira (2010, p. 148) estes setores da burguesia “(...) são, portanto, parceiras e muitas vezes sócias dos monopólios mundiais do agronegócio. Não há diferença entre eles, pois as elites defendem aqui os interesses do capital mundial. São estas elites que estão grilando as terras públicas do país. ”

Deste modo, o grande incentivo à agroindústria, aos ramos do extrativismo e produção de minérios, todos vinculados à produção e comercialização de bens de baixa densidade tecnológica, corresponderam à política econômica brasileira de “caça aos dólares” e atenderam, assim, os interesses do grande capital nacional e internacional (BOITO JR., 2006, p. 251).

Mediante a discussão exposta, pôde-se identificar que as políticas desenvolvidas pelo governo favoreceram institucionalmente os setores da grande burguesia interna brasileira, termo pertinentemente utilizado por Boito Jr. para a caracterização desta fração que alcançou uma melhor posição no interior do bloco no poder, tornando-se hegemônica durante o governo Lula. Entretanto, mesmo alcançando a hegemonia do bloco no poder brasileiro, a dependência da burguesia interna frente ao capital estrangeiro resultou no fato de que desenvolvimento do país neste período manteve-se limitado às determinações neoliberais. Esta problemática

originou o conceito de neodesenvolvimentismo, sendo este um desenvolvimento possível dentro do modelo neoliberal periférico³⁷.

2.3 - A polêmica do projeto de desenvolvimento brasileiro do século XXI

O debate acerca das teorias desenvolvimentistas ressurgiu no início dos anos 2000 na América Latina sob uma nova roupagem, ilustrando polêmicas que se inserem no contexto histórico que aqui retratamos. Segundo Fonseca (2015), o desenvolvimentismo, enquanto ação política, teve suas primeiras experiências históricas na América Latina a partir da Grande Depressão de 1929, mas somente se consolidou enquanto pensamento econômico teórico entre as décadas de 50 e 60, através da criação da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Simplificadamente e institucionalmente falando, o desenvolvimentismo caracteriza-se como um projeto inserido dentro dos marcos do capitalismo que busca a industrialização da sociedade por meio da superação de seus problemas econômicos e sociais³⁸. Ainda de acordo com Fonseca (2015), na maior parte das obras que abordam o tema há a possibilidade de identificar um núcleo comum para a caracterização deste conceito, a saber: 1) um projeto nacional, tendo a nação como epicentro deste projeto, contudo, sem romper com o capital estrangeiro ou a ordem internacional; 2) a intervenção estatal associada à construção de uma base social para a realização deste projeto; e 3) o foco na industrialização, visando a difusão do progresso técnico e o aumento da produtividade para o aceleração do crescimento econômico.

O desenvolvimentismo clássico de caráter cepalino teve como seu principal expoente Raúl Prebisch, que via a política de desenvolvimento como algo que deveria ser consciente e intencional, voltada para um processo de industrialização cujo objetivo consistiria na superação do subdesenvolvimento latino-americano. Segundo sua tese, seria inviável para os países subdesenvolvidos desenvolverem-se plenamente somente com base na produção primária, destinada ao atendimento da demanda externa. (Carneiro, 2012; Fonseca, 2015). No Brasil temos em Celso Furtado o principal expoente do pensamento desenvolvimentista datado de meados

³⁷ Cf. Boito Jr., 2012.

³⁸ FONSECA, P.C.D. DESENVOLVIMENTISMO: a construção do conceito. In. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2015.

do século XX. De maneira sumária, de acordo com Furtado (2007), o Estado deveria ser o principal responsável pela estruturação de políticas que visassem o desenvolvimento do país, de modo que tal desenvolvimento deveria ser planejado e se pautar nas necessidades da população como um todo.

Na década de 50 o projeto de industrialização latino-americano, com base nas substituições de importações, era pautado no protecionismo do mercado interno e forte intervenção estatal nas esferas infraestruturais. O novo desenvolvimentismo seria diferente em perspectiva da conjuntura vigente do século XXI, sob influência das reminiscências dos anos anteriores, devido à implantação do neoliberalismo na América Latina. Ademais, esta nova forma de desenvolvimento buscaria sanar pontos inconclusos do desenvolvimentismo clássico. De acordo com Sicsú, Paula e Michel (2005), o ponto chave da teoria que fundamenta o novo desenvolvimentismo consiste no fato de que a industrialização na América Latina não foi suficiente no que se refere à resolução dos problemas relacionados à equidade social. Assim, este novo projeto de desenvolvimento buscaria compatibilizar o crescimento econômico de maneira sustentável, visando uma melhor distribuição de renda.

Além do núcleo do novo desenvolvimentismo destacado acima, seus principais desafios seriam diferenciar-se do neoliberalismo, que se enraizou nos países de economia dependente na América Latina, integrando estas economias no panorama do capital globalizado. A respeito do caso brasileiro, Bresser-Pereira (2004) destaca que o mercado e a iniciativa privada possuem, na atualidade, um papel maior do que tiveram no decorrer de 1930 a 1980, período no qual o parque industrial do Brasil se consolidou. Deste modo, o autor ressalta que o novo desenvolvimentismo deve procurar meios para que as empresas nacionais consigam se inserir de maneira competitiva na economia mundial.

Bresser Pereira ainda destaca que o neoliberalismo, ou aquilo que chama de “ortodoxia convencional”, tem como perspectiva desorganizar os Estados nacionais dos países [dependentes]³⁹. As atividades econômicas destes países periféricos se ligam única e exclusivamente ao mercado externo. Além do mais, uma das maiores preocupações do neoliberalismo consiste na necessidade de se pagar os credores. Para tal, visa-se uma produção superavitária, de modo a manter estabilizada a relação

³⁹ BRESSER-PEREIRA, L.C. “O novo desenvolvimentismo”. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 de set. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>.

existente entre a dívida pública e o PIB do país. Bresser-Pereira (2004) destaca, assim, a diferença expressa pelo novo projeto de desenvolvimento sobre questões macroeconômicas, ao passo que o Estado, dentro desta perspectiva, seria fortalecido no plano fiscal mediante medidas que buscariam minimizar o déficit público.

É possível notar que o novo desenvolvimentismo se assenta em bases bem distintas do desenvolvimentismo clássico. Como já destacado, o novo projeto de desenvolvimento busca equalizar a economia nacional com as exigências da economia globalizada, além de aspirar uma melhor distribuição de renda. E esta equação demonstra que o novo desenvolvimentismo intenta conciliar os aspectos que julga como “positivos” do neoliberalismo com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo (SAMPAIO JR., 2012).

O desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo pertencem a épocas históricas distintas. Segundo Sampaio Jr. (2012) a contraposição entre desenvolvimentismo e a nova forma de desenvolvimentismo revela um enorme abismo entre estes dois projetos. O desenvolvimentismo clássico, de origem cepalina, tem como fundamento a conformação de um capitalismo que resultasse na autonomia nacional, com a consolidação de um amplo processo de industrialização e o surgimento de um forte mercado interno, superando a dependência e o subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Já o novo desenvolvimentismo seria uma expressão falsificada da realidade que nega os próprios fundamentos da noção de desenvolvimento.

De acordo com Reinaldo Gonçalves (2012, p. 652) o projeto desenvolvimentista tem como foco o crescimento econômico, com base na mudança da estrutura produtiva (substituição de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural. Este último ponto, por sua vez, se assenta sobre três pilares: 1) mudança no padrão do comércio exterior (menor dependência em relação à exportação de *commodities*, mudança na estrutura de importações e redução do coeficiente de penetração das importações industriais); 2) encurtamento do hiato tecnológico; 3) tratamento diferenciado para o capital estrangeiro. Contudo, na América Latina, a industrialização via substituição de importações teve forte influência do capital estrangeiro. Sendo assim, o projeto desenvolvimentista não alcançou os objetivos desejados no que se refere à autonomia dos países subdesenvolvidos.

Os golpes militares ocorridos na América Latina nas décadas de 60 e 70 puseram fim ao processo de desenvolvimento de um capitalismo autônomo no continente. O regime do capital se consolida em território latino-americano como um capitalismo dependente. O novo contexto histórico diluiu a contradição entre imperialismo e desenvolvimento, de modo que o capital internacional deixou de ser visto como um entrave ao desenvolvimento, vindo a se tornar condição para tal (Sampaio Jr., 2012). Neste ponto, é importante destacar as formulações realizadas por Cardoso e Falleto (2004) que postulam a possibilidade de existir o desenvolvimento de um país sem que esse rompa com seus laços de dependência externa. Este tipo de desenvolvimento seria “dependente” e “associado” no qual a burguesia brasileira associar-se-ia com a burguesia estrangeira. Para tal, o mercado nacional deveria abrir suas portas ao capital internacional, numa forma de conciliar os interesses das economias subdesenvolvidas com os das economias centrais, o que seria condizente com o contexto da “globalização”.

Ao realizarmos uma análise crítica do novo desenvolvimentismo, como um projeto de desenvolvimento nos limites impostos pelas políticas neoliberais, torna-se possível estabelecer correlações com a teoria da dependência acima destacada. A reflexão acerca deste novo projeto de desenvolvimento se enquadra na pauta neoliberal por se apresentar como uma terceira via na busca por suavizar a estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro. Seu diferencial consiste em buscar atenuar os efeitos deletérios da ordem financeira global sobre o crescimento, a industrialização e a desigualdade social. Para Sampaio Jr. (2012, p. 681):

Ao ignorar as contradições estruturais que regem o movimento da economia brasileira, o neodesenvolvimentismo incorre num vulgar reducionismo economicista e simplesmente renuncia à problemática do desenvolvimento. Seus modelos explicativos parte de parâmetros dados, sem questionar os efeitos determinantes destes parâmetros sobre o desempenho econômico, quando, a rigor, para ser fiel à tradição crítica, o correto seria fazer o caminho inverso: mostrar a relação entre os parâmetros que determinam o funcionamento da economia brasileira – a dupla articulação (dependência extrema/segregação social) e a incapacidade de a sociedade brasileira controlar o desenvolvimento capitalista que determina a sua submissão ao círculo de ferro da dependência e subdesenvolvimento.

Gonçalves (2012, pp. 664-665) afirma que o novo desenvolvimentismo não traz consigo nenhuma nova concepção de desenvolvimento, uma vez que é crítico ao

desenvolvimentismo clássico e converge com a ortodoxia convencional. De acordo com o autor, o novo desenvolvimentismo seria a versão brasileira de formulações conhecidas como Pós-Consenso de Washington, que por sua vez é o revisionismo do Consenso de Washington⁴⁰, sendo então, o novo desenvolvimentismo o revisionismo do revisionismo. Deste modo, embora o neodesenvolvimentismo busque se distanciar do liberalismo ortodoxo, a sua busca pela estabilização macroeconômica o configura como uma forma de liberalismo enraizado (*embedded liberalism*). O *embedded liberalism* expressa o compromisso entre as diretrizes estratégicas do liberalismo e da intervenção estatal para a estabilização da macroeconomia.

2.4 – Neodesenvolvimentismo e pós-neoliberalismo

Em um artigo escrito no mês de dezembro de 2003⁴¹, Emir Sader realiza uma avaliação negativa a respeito do primeiro ano da atuação de Lula frente ao Executivo Federal, questionando os esforços realizados para retirar o Brasil dos trilhos do neoliberalismo e constatando que o governo assumiria um caráter fortemente conservador e adepto do modelo neoliberal.

Para fundamentar sua afirmação inicial, o autor assevera que as mudanças políticas e ideológicas que ocorreram com o PT e com Lula não foram repentinas, sendo estas fruto de “um processo sistemático de transformação, com alteração de sua composição, de sua relação com os movimentos sociais, com a institucionalidade e com temas centrais para a definição estratégica do partido.” (2004, p. 87). Entretanto, segundo Sader, a principal mudança ocorrera durante a campanha presidencial de 2002, quando houve o alinhamento com setores do grande empresariado, que resultara na escolha do vice de Lula, José Alencar, empresário da indústria têxtil do mercado interno.

Além do realinhamento com setores empresariais nacionais, o autor destaca outros dois momentos cruciais na campanha de 2002, responsáveis por consolidar a nova imagem do PT e de Lula: a *Carta ao Povo Brasileiro* – que garantia a continuidade dos compromissos iniciados por Cardoso e a aceitação dos termos de

⁴⁰ Encontro que ocorreu no ano de 1989 na capital dos EUA visando o debate sobre as medidas para a aplicação do neoliberalismo na América Latina.

⁴¹ SADER, E. *Lula Ano I*. In. Tavares Soares, L.; Sader, E.; Gentili, R.; Benjamin, C. *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Editora Viramundo, 2004. pp. 85-90.

um novo acordo com o FMI – e a postura adotada pelo presidencialista, chamada por ele mesmo de “Lulinha paz e amor”.

Após os oito anos do governo Lula, seguidos pela eleição de Dilma Rousseff, que assumiria a presidência também pelo PT em 2011, Emir Sader (2013) reavalia os mandatos presidenciais petistas, realizando um balanço positivo e apontando para a construção de uma nova hegemonia política durante os governos citados, iniciada pelo presidente-operário.

Esta nova hegemonia política é caracterizada como uma alternativa ao modelo neoliberal e, por este motivo, denominada como “pós-neoliberal”. O pós-neoliberalismo é definido de acordo com três eixos fundamentais: 1) a priorização das políticas sociais, em vez da realização de ajustes fiscais conforme preconiza a ordem neoliberal; 2) a valorização de relações comerciais regionais, em detrimento de tratados de livre comércio com os Estados Unidos, a exemplo da Alca; 3) o papel indutor assumido pelo Estado no crescimento econômico e na distribuição de renda (SADER, 2013, p. 138).

Segundo o autor, a construção desta “hegemonia pós-neoliberal” foi possível pela “intuição e pragmatismo” de Lula enquanto presidente através da articulação de três importantes fatores: a estabilidade monetária, a retomada do desenvolvimento econômico e a centralidade das políticas de distribuição de renda. Assim, o governo buscou avançar pelas vias de “menor resistência” e “maior fragilidade” do neoliberalismo, por meio da priorização das políticas sociais e dos projetos de integração regional (SADER, 2013, p. 140).

Assim, a ortodoxia do início do governo Lula outrora criticada por Sader, passou a ser vista como uma política estratégica e sábia no contexto no qual foi adotada. Segundo esta interpretação, os governos petistas buscaram seguir um caminho oposto aos ditames neoliberais, contudo, tiveram que se adaptar aos retrocessos impostos pelos anos de vigência do neoliberalismo, elemento que refletiu no fato de que durante os governos considerados o crescimento econômico se deu de acordo com o protagonismo do setor primário, refletindo o processo de desindustrialização do país⁴².

Diante desta argumentação a respeito da construção da “hegemonia pós-neoliberal” iniciada pelo governo Lula é importante destacar que sua teorização não a

⁴² Cf. SADER, 2013, p. 241.

vê como um projeto acabado. Sader (2013, p. 141) assevera que para superar as limitações existentes na sua efetivação:

É preciso ter um projeto de sociedade, tomando a fase atual – pós-neoliberal – como um momento de transição para projetos que não apenas reajam e resistam à onda neoliberal, mas se proponham a construção de sociedades justas, soberanas e solidárias. No caso do Brasil, é necessário quebrar o papel hegemônico do capital financeiro, que insiste em canalizar seus investimentos para a especulação, a atividade econômica antissocial, que não cria nem bens nem empregos. Esse capital resiste a todos os incentivos do governo para uma reciclagem na direção dos investimentos produtivos.

Sitcovsky (2013) realiza uma aproximação entre as teses sobre a conformação de uma hegemonia pós-neoliberal e a existência de um projeto neodesenvolvimentista por parte do governo Lula. Para o autor, estas análises são faces da mesma moeda na medida em que ambas tomam como foco central da novidade apresentada pelo governo petista a consolidação de novos rumos econômicos, sociais e políticos pautados na indução do crescimento econômico pelo Estado, assim como na intervenção estatal na diminuição da desigualdade social.

Mesmo com a melhora apresentada pelos índices da economia brasileira e também pelos avanços demonstrados no campo da assistência social por meio dos programas de transferência de renda, para Sitcovsky é exagerado afirmar que estes indicadores carregam consigo elementos suficientes para embasar a existência de um novo projeto de desenvolvimento capaz de se mostrar como alternativa ao neoliberalismo.

Contra-pondo-se às análises em defesa do projeto político-econômico do governo Lula, Sitcovsky afirma que o pós-neoliberalismo/neodesenvolvimentismo corresponderia na realidade, à renovação da hegemonia do capital. As políticas de transferência de renda mistificam as causas concretas da pobreza no país, ao passo que políticas sociais na área de educação, saúde e previdência ganham contornos correspondentes à lógica privatista e mercantil. Ademais, a afirmação de que os moldes assumidos pela economia brasileira, voltada para o crescimento endógeno por meio da elevação das exportações de *commodities*, colaboraria para a superação da hegemonia do capital financeiro não correspondia à realidade, uma vez que a predominância da financeirização era evidenciada pelo aumento dos ativos dos cinquenta maiores bancos no final do governo Lula, correspondendo a um valor 74%

maior do que os ativos das quinhentas maiores empresas do país (GONÇALVES apud Sitcovsky, 2013, p. 125).

Diante destas interpretações distintas, destacamos que ambas apresentam problemas quanto à concepção de Estado, assim como aspectos pertinentes. A teorização a respeito da construção do pós-neoliberalismo iniciada pelo governo Lula coloca sua tônica nas alterações no modelo neoliberal no país. Entretanto, carrega nas tintas ao apontar estas alterações como eficientes na condução da superação do neoliberalismo no Brasil. A noção socialdemocrata presente nesta interpretação defende que a superestrutura jurídico-política do Estado – ou seja, seu papel indutor de “crescimento com distribuição de renda” – estaria mais avançada do que o modelo econômico em vigência. Nesta circunstância, através de um suposto equilíbrio entre as forças sociais (a classe operária e a burguesia brasileira), o Estado se emanciparia de maneira particular da burguesia financeira. Deste modo, observa-se uma aproximação entre a concepção do papel do Estado capitalista por parte das concepções pós-neoliberais e a de Estado enquanto sujeito, criticada por Poulantzas (1977).

No que tange à crítica sobre as teses pós-neoliberais e neodesenvolvimentistas, ressaltamos que embora esta apresente uma análise coerente sobre a insuficiência dos elementos político-econômicos implementados pelos governos petistas serem capazes de conduzir a superação do modelo neoliberal, permanece o problema de que as relações entre as classes dominantes e as classes dominadas aparecem circunscritas à noção de que o Estado seria um simples utensílio nas mãos da classe dominante, aproximando-se de outra concepção também criticada por Poulantzas, a do Estado como instrumento. Assim, além de desconsiderarem o fato de que as políticas sociais implementadas pelo governo Lula refletem a autonomia relativa do Estado capitalista – resultante de pressões das classes dominadas –, conclui-se que a hegemonia do capital financeiro se manteve durante o período. Deste modo, estas interpretações descartam uma análise mais aprofundada sobre a luta existente entre as próprias frações das classes dominantes no interior do bloco no poder.

2.5 – A defesa do novo desenvolvimentismo do governo Lula

É sabido que o Governo Lula foi o bastião deste novo projeto de desenvolvimento, mas é preciso estabelecer mediações para melhor compreender este fato. Ao analisarmos criticamente o novo desenvolvimento, podemos notar seus pontos dissonantes, sobretudo no que se refere à submissão deste projeto ao capital imperialista. No entanto, há diversas formulações que intentam demonstrar de que modo as políticas sociais e econômicas implementadas por este governo buscavam o crescimento econômico sustentável em concomitância com a justiça social e, trazê-las a este debate, é de fundamental importância para o entendimento ampliado desta questão.

Uma das preocupações centrais das formulações que apontam acriticamente o governo Lula como um governo que levou a cabo uma política neodesenvolvimentista é diferenciá-lo do neoliberalismo. Araújo (2006), em sua análise sobre o primeiro mandato de Lula, elenca os principais pontos de diferenciação entre as políticas sociais e econômicas implementadas por este governo e as políticas de caráter neoliberal. Vale destacar que nesta apreciação, este autor realiza uma constante comparação entre o governo de Luís Inácio Lula da Silva e o de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, ícone da implementação do Estado Mínimo no Brasil.

Para Araújo (2006, pp. 23-31), o governo FHC foi responsável por privatizar grande parte das empresas estatais durante seus oito anos de mandato, além de cortar gastos prioritários na área social e terceirizar vários postos de trabalho e serviços. O governo Lula, por sua vez, passou a agir com uma política de “mais Estado”, ampliando o quadro de funcionários públicos, reduzindo a terceirização e a privatização, destinando mais poder aos órgãos públicos, como os Ministérios.

Ademais, Araújo (2006) destaca que empresas estatais estratégicas para o desenvolvimento econômico brasileiro, anteriormente na mira da privatização, foram asseguradas sob controle estatal por Lula, como o caso da Petrobrás, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BNDES, dos Correios, da Infraero, entre outras. Frente a isto, a manutenção destas empresas sob controle do Estado consistiria em algo de extrema importância para o desenvolvimento econômico interno do país, bem como para sua projeção externa. Nas palavras do autor:

A Petrobrás foi fundamental para minimizar o choque de preços do petróleo e o governo Lula, mesmo com a enorme pressão dos acionistas privados, não reajustou os preços dos derivados na proporção do aumento de preços verificado no mercado internacional. Lula preservou a Petrobrás e no começo de 2006, com justa razão, pôde apresentar à nação e capitalizar politicamente uma realização histórica da empresa: a auto-suficiência do Brasil em petróleo. O BNDES, o banco da privatização nas gestões de Fernando Henrique, retomou sua missão de financiar a produção e a geração de empregos e é um dos maiores bancos de fomento do mundo. Os outros bancos estatais – Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil principalmente – voltaram a atuar de forma mais agressiva na concessão de crédito rural, financiamento de habitação e saneamento, bem como na inclusão bancária. As estatais de energia elétrica foram fortalecidas e voltaram a ampliar os seus investimentos. (2006, pp. 23-24)

Lula, ao assumir a presidência em 2003, tinha como desafio a redução da vulnerabilidade externa do Brasil e assim o fez. Em três anos as exportações atingiram um aumento de 100%⁴³. A justificativa apontada por Araújo para esse avanço na balança comercial brasileira está no crescimento da economia mundial como um todo, aos novos mercados abertos para a exportação de produtos brasileiros (*commodities*) durante o governo Lula, bem como a expansão de exportação de produtos com maior valor agregado.

Outro ponto que merece destaque na avaliação de Araújo (2006) é a relação estabelecida pelo governo Lula com a dívida externa brasileira. A manutenção do pagamento dessa dívida até sua redução expressiva é vista como uma medida positiva pelo autor, destacando que a dívida representava 46% do PIB em 2002, recuando para um total de 21% em 2005. Tomando por base estes elementos positivos do desenrolar da economia brasileira nos primeiros anos de Lula como presidente, sobretudo no que tange ao cenário externo, o autor ainda destaca a queda histórica do risco-país⁴⁴, proporcionando significativa diminuição na vulnerabilidade externa brasileira. Mediante esta perspectiva, o cenário para o desenvolvimento próspero do Brasil estava dado.

Seguindo este debate em defesa da política neodesenvolvimentista do governo Lula, Mercadante (2010, p. 31) aponta que as medidas iniciais, para que esta guinada

⁴³ Araújo (2006, p. 66) contrapõe os valores de exportações do primeiro governo Lula, com os valores de FHC. “As exportações atingiram, em 2005, US\$ 118,308 bilhões, contra US\$ 60,361 bilhões em 2002 (...) Nos oito anos da gestão FHC, as exportações cresceram apenas 39%.”

⁴⁴ O risco-país é um índice pelo banco norte-americano JP Morgan, que mede a confiança dos investidores estrangeiros no que se refere à capacidade de um país honrar com suas dívidas.

no desenvolvimento brasileiro fosse possível, estão ligadas ao controle da inflação, herança dos anos de FHC, com a superação das fragilidades econômicas do país, bem como com a recuperação dos fundamentos macroeconômicos.

Outro ponto de destaque na conformação de um novo desenvolvimentismo no Brasil é o investimento no empreendedorismo nacional através do incentivo financeiro por meio de órgãos de fomento como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, voltando-se para “a geração de emprego sem comprometimento da estabilidade macroeconômica” (Mercadante, 2010, pp. 17-8), desmistificando as comparações entre as políticas desenvolvidas pelo governo Lula e o antigo nacional-desenvolvimentismo.

No âmbito social, a base para este novo viés de desenvolvimento visado pelo governo Lula estaria no aumento do consumo de massas por meio das políticas de distribuição de renda e inclusão social, procurando dinamizar a economia, alçando a produtividade interna ao comércio global por meio do “crescimento acelerado e sustentado” (MERCADANTE, 2010, p. 32).

Por esta discussão é possível notar que, além da necessidade de diferenciar o novo desenvolvimentismo do neoliberalismo, há também uma ênfase em demonstrar como este novo projeto de desenvolvimento se diferencia do desenvolvimentismo clássico, se adequando à conjuntura mundial. Contudo, esta adequação se mostra polêmica, uma vez que o Brasil se encontra em uma posição de país periférico, fator que embasará diversas críticas acerca do novo desenvolvimentismo deste governo.

Teria, assim, o governo Lula implantado um projeto de desenvolvimento no Brasil capaz de romper com o subdesenvolvimento e com a imensa desigualdade social, herança de séculos de exploração colonial? As leituras que defendem o projeto de desenvolvimento implantado pelo governo Lula enfatizam a fórmula mágica de promover o crescimento sustentado com distribuição de renda, respeitando as diretrizes macroeconômicas. Todavia, ao analisarmos esta equação por uma óptica crítica, suas debilidades vêm à tona.

2.6 – Análise crítica do novo desenvolvimentismo

Como já destacado nas páginas anteriores, na década de 2000 ocorre a ascensão política de uma nova burguesia no interior do bloco no poder do Estado brasileiro, não tendo esta burguesia um caráter nacional que, de acordo com as análises de autores marxistas do século XX, poderia formar uma frente anti-imperialista em conjunto com a classe operária (Boito Jr., 2012). E a ascensão desta fração burguesa neste período, a burguesia interna brasileira, seria resultante do novo modelo de desenvolvimento implementado pelo governo Lula.

O neodesenvolvimentismo dos anos 2000, embora possua diversos elementos do liberalismo, não corresponde exatamente ao mesmo padrão neoliberal da década precedente. Armando Boito Jr. (2012, p. 69) caracteriza-o como um desenvolvimento possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico. Segundo as análises deste autor, o *modus operandi* do novo projeto de desenvolvimento consiste em buscar atender os interesses da grande burguesia interna, mas também os interesses do capital financeiro internacional. Desta forma, o novo desenvolvimentismo produz índices mais modestos de crescimento por estar limitado pela acumulação financeira em vigor, como aspecto fundamental do modelo capitalista neoliberal.

Boito Jr. (2012, p. 70) ainda destaca que o novo desenvolvimentismo prossegue com a lógica de “especialização regressiva” imposta pelo neoliberalismo aos países dependentes, como uma forma de recuo de “desenvolvimento” do parque industrial. Como também já destacado, este novo projeto de desenvolvimento se concentra nos setores produtivos que demandam baixa tecnologia. Neste contexto, as principais indústrias brasileiras que se destacaram foram nomes como Friboi, Brazil Foods, Vale, Gerdau e Votorantim Celulose. A única ressalva de indústria brasileira com maior nível de desenvolvimento tecnológico se faz à Embraer. Para Sampaio Jr. (2012) soma-se a isto o fato de o Brasil não possuir competitividade dinâmica para concorrer com os países desenvolvidos, nem para disputar mercado com os países da periferia industrializada, só restando à burguesia brasileira uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho.

O projeto de desenvolvimento para o Brasil de outrora expunha necessidades como a conformação de um parque industrial e de uma economia autônoma, com distribuição de renda e a consolidação de um mercado interno. A intervenção estatal

seria fundamental para que os objetivos desenvolvimentistas fossem alcançados. Buscava-se a superação da condição subordinada e dependente do país. O novo desenvolvimentismo, por sua vez, apresentou um modesto crescimento econômico e a tímida diminuição da vulnerabilidade externa do país nos anos em que Lula esteve à frente do Executivo Federal.

Durante os governos Lula houve, de fato, um processo de desenvolvimento, uma vez que as bases fundamentais para isto estavam dadas, sendo estas “um processo de crescimento do produto com estabilidade de preços e avanços significativos na distribuição da renda e redução da miséria.” (CURADO, 2011, p. 102). Entretanto, embora Curado afirme este avanço, assevera também que a melhoria da balança comercial brasileira advinda das exportações de *commodities* é preocupante, uma vez que se amplia a dependência das contas externas mediante a evolução dos preços dos produtos de baixo valor agregado, de modo que em períodos de alta nos preços há uma contrapartida comercial superavitária, mas, com a baixa dos preços o comércio fica vulnerável a efeitos perniciosos⁴⁵.

De acordo com estes elementos, é possível destacar o fato de que o desenvolvimento econômico do Brasil durante os anos do governo Lula esteve diretamente vinculado ao chamado “boom das *commodities*” que, no caso brasileiro, se referem à tradição agrária e de mineração. Deste modo, a economia brasileira ainda se apresenta tendo como setor produtivo principal a produção de gêneros primários destinados à exportação.

Os antecedentes históricos para esta conformação da economia nacional podem ser encontrados nas formulações de Marini (2011), sobretudo em sua exposição a respeito do enredamento do desenvolvimento do capitalismo latino-americano de caráter dependente ao desenvolvimento do capitalismo central. Para o autor, a América Latina teria tido papel preponderante no desenvolvimento do capitalismo dos países centrais, inicialmente por meio da exportação de mercadorias às metrópoles coloniais, bem como através da expansão de meios de pagamento, e, conseqüentemente, fomentando a manufatura europeia que culminaria no desenvolvimento da grande indústria. Deste modo, as relações que se consolidam entre a América Latina e os países centrais se estabelecem por meio de uma estrutura

⁴⁵ Cf. CURADO, 2011.

que será determinante para todo o desenvolvimento latino-americano que se dará posteriormente (MARINI, 2011, p. 134).

Para o autor, a inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho se deu com base na superexploração dos trabalhadores latino-americanos, sendo esta a essência de seu caráter de dependência. A economia voltada para a exportação que vigora no continente imprime em sua formação social as máximas contradições que são próprias ao modo de produção capitalista (MARINI, 2011, pp. 147-155). Assim, toda esta lógica refletiu na conformação posterior do parque industrial latino-americano, que se deu com base nas necessidades da economia exportadora, subordinando-se à demanda de produtos primários⁴⁶.

Deste modo, esta breve explanação nos leva à problematização de que, embora tenha existido certo crescimento da economia brasileira durante o governo Lula, o projeto de desenvolvimento implementado não ousou transformar o panorama dos limites da autonomia do capitalismo nacional, mantendo-o no limite do possível mediante a situação de dependência brasileira.

No que concerne à configuração do bloco no poder brasileiro, pode-se dizer que o governo Lula buscou promover certas mudanças em sua composição ao propiciar um espaço maior para a burguesia produtora de bens primários. Não obstante, ao realizarmos uma avaliação da inserção do Brasil no contexto mundial, é possível observar que, mesmo com a economia aquecida, o país continuou subordinado ao modelo neoliberal.

As problematizações acima destacadas permitem afirmar que, como fator responsável pela manutenção da condição subordinada do país, no que tange à divisão internacional do trabalho, seu fundamento encontra-se na característica específica da fração burguesa responsável pela produção de bens primários: a burguesia interna, uma vez que esta fração apresenta certa debilidade para posicionar de maneira consequente contra o capital imperialista, além de ser fraca em termos políticos e ideológicos devido à ausência de um ideário burguês pautado na possibilidade de sua ascensão hegemônica.

⁴⁶ O autor destaca que apenas após a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais o eixo da produção interna dos países latino-americanos teria se deslocado para atender as demandas de consumo do mercado interno, culminando na modernização industrial da região. Tal fato, para o autor, justifica o surgimento das teorias desenvolvimentistas latino-americanas, que acreditavam que o desenvolvimento capitalista em processo seguiria os rumos do capitalismo central (MARINI, 2011, pp.159-160).

Para concluir a exposição das argumentações a respeito da efetividade política do governo Lula para as classes dominantes, respeitadas as divergências em torno da conceituação do projeto de desenvolvimento implementado por Lula enquanto uma nova forma de desenvolvimentismo, os elementos expostos até aqui permitem observar o jogo de subordinação de classes realizado por este governo. Estas observações corroboram à constatação do cumprimento da função geral do Estado capitalista pelo governo Lula. Cabe-nos agora a tentativa de expor a correlação existente entre as políticas destinadas às classes populares e o modelo de desenvolvimento implementado por este governo, temas que serão abordados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 - NOTAS SOBRE A PARTICULARIDADE POLÍTICA DO GOVERNO LULA

Como todo governo inserido na lógica do Estado capitalista, o governo Lula cumpriu com a função principal deste tipo de Estado, ao manter a ordem e coesão da formação social brasileira. A princípio esta conclusão não traz consigo nenhuma novidade e é consensual na literatura analisada nos capítulos anteriores. Entretanto, no presente capítulo, centraremos esforços na análise dessa proposição geral com a finalidade de destacar as particularidades da ação política do governo em questão.

Por meio das observações realizadas até o momento, é possível notar que durante o período considerado houve uma manutenção do modelo capitalista neoliberal periférico, porém, com mudanças na política econômica e social do país. Assim, faz-se necessário interpretar como as políticas destinadas aos interesses das classes dominadas se articularam de maneira funcional à contemplação dos interesses das classes dominantes favorecidas institucionalmente pelo governo Lula.

As apreciações a respeito das políticas desenvolvidas em função das classes dominadas – independentemente da perspectiva assumida, seja esta crítica, ou em defesa do governo – denotam a inter-relação entre os interesses populares e os interesses das frações burguesas e do capital monopolista, sendo este o núcleo do projeto político do governo Lula, cujas bases foram fundadas em amplos setores sociais.

De acordo com o discurso governista, o projeto político e econômico do governo petista consistiu em reativar a ação do Estado na indução do crescimento sustentado do país, visando o favorecimento dos grupos econômicos internos definidos como estratégicos de acordo com o contexto da economia mundial. Ao mesmo tempo, apregoava-se a noção de justiça social para as classes populares por meio da ampliação da distribuição de renda.

Entretanto, de acordo com a perspectiva teórica que assumimos neste trabalho, a argumentação governista a respeito do favorecimento de interesses de amplos setores sociais é, na verdade, resultante da autonomização do Estado capitalista, no plano estrutural, e das políticas de governo, no plano conjuntural. No interior das próprias estruturas do Estado, há a possibilidade de que certos interesses econômicos de frações das classes dominadas sejam atendidos, com vistas à manutenção dos

interesses políticos das classes dominantes. Neste processo, o Estado capitalista oculta o seu caráter de classe e passa a figurar como representante geral dos interesses do povo, em sentido irrestrito.

No contexto particular do governo Lula, observamos que este efeito de representação, proporcionado pela autonomia relativa inerente ao tipo capitalista de Estado, engendrou uma forma de política e ideologia populista entre o governo e os setores das classes populares. Desta forma, com base no debate bibliográfico realizado nos capítulos precedentes, nesta seção buscaremos demonstrar como esta forma particular de populismo do governo Lula teve grande funcionalidade no projeto neodesenvolvimentista em favorecimento dos interesses políticos e econômicos da grande burguesia interna.

3.1 – O governo Lula e os interesses de classe

Como afirmado por Nicos Poulantzas (1977), o Estado capitalista possui direção hegemônica de classe ao concentrar o poder político das classes dominantes, uma vez que é o fator de organização da luta política e do poder político destas classes. Entretanto, esta forma de Estado comporta em seu interior um jogo que possibilita que *certos* interesses econômicos de *certas* classes dominadas sejam atendidos, mesmo que estes últimos sejam eventualmente contraditórios com os interesses econômicos de curto prazo das classes dominantes, contudo, correspondentes à manutenção de seus interesses e de sua hegemonia política, em determinada conjuntura em que o desenrolar da luta política das classes dominadas apresenta certa possibilidade de confrontar o poder político das classes dominantes.

Nesta lógica, o atendimento de certos interesses econômicos das classes dominadas produz um efeito ideológico segundo o qual o Estado capitalista se mostra como representante geral dos interesses do povo. Este efeito é proporcionado pela autonomia específica dos interesses políticos e interesses econômicos de classe existente nas formações sociais capitalistas. Entretanto, esta característica particular do Estado capitalista, de representar o interesse geral do povo de maneira abstrata, não pode ser reduzida tão somente a uma “mistificação enganadora”, uma vez que o Estado tem a possibilidade de satisfazer concretamente os interesses econômicos imediatos das classes dominadas. Ademais, destaca-se neste processo a

impossibilidade de conceber o Estado como um mero instrumento nas mãos das classes dominantes, pois a garantia de alguns interesses econômicos às frações das classes dominadas é impelida pela luta política e econômica destas classes, mesmo que circunscrita nos limites impostos pela direção hegemônica deste tipo de Estado (POULANTZAS, 1977, pp. 185-188).

O sociólogo norte-americano Erik O. Wright (1981) formula uma distinção entre interesses fundamentais e interesses imediatos de classe, formulação que auxilia no entendimento da questão apontada acima. De acordo com o autor, a conceituação de interesses de classe corresponde aos interesses fundamentais de determinada classe, a saber, os interesses potenciais dos agentes de classe. Assim, o interesse fundamental da classe capitalista no nível político e ideológico consiste em impedir que a classe trabalhadora obtenha o poder estatal e a hegemonia ideológica. Como oposto desta proposição, a classe trabalhadora tem o interesse fundamental de obter o poder estatal, bem como a hegemonia ideológica, destruindo o modelo capitalista de Estado de maneira qualitativa.

Os interesses imediatos de classe se constituem dentro de dada estrutura de relações sociais, ou seja, são definidos de acordo com o modo de produção dominante em determinada formação social. As lutas salariais ou por melhores condições de vida, por exemplo, têm seus objetivos definidos dentro da estrutura básica do capitalismo. Estes interesses não são falsos, mas sim incompletos. Nesta lógica, os interesses imediatos e os fundamentais não existem separadamente, estando dialeticamente ligados, ao passo que seria enganoso imaginar uma luta de classes em torno de interesses fundamentais sem estes terem ligação com os interesses imediatos. Porém, mesmo que exista uma relação dialética entre estes interesses, os interesses imediatos acabam por dividir a classe trabalhadora, repercutindo na luta contra a estrutura capitalista. Deste modo, a superação do modo de produção capitalista dependerá da convergência entre a luta por interesses imediatos e a luta por interesses fundamentais (WRIGHT, 1981, pp. 84-85).

Embasando-se na discussão de Wright, Pinheiro (2000) afirma que, mediante a correlação de forças no âmbito da luta de classes, os interesses fundamentais podem se deslocar para a forma de interesses imediatos e vice-versa, de forma a assumirem, assim, um objetivo revolucionário ou conservador. Neste processo, o Estado opera como mediador dos interesses das classes, atuando no referido

deslocamento dos interesses como forma de exclusão dos antagonismos de classe da arena política. Nas palavras do autor:

Um e outro realizam-se por intermédio tanto dos mecanismos que são monopólios estatais (política econômica, legislação e violência, aí incluído o sistema judiciário) como daqueles que podem ser colocados à disposição do Estado, como os programas sociais e as inúmeras estratégias políticas e administrativas de implementação dos mesmos. Essas funções do Estado estão relacionadas com a fixação da aparência (circulação simples), ou seja, correspondem à dimensão funcional da estrutura jurídico-política. (PINHEIRO, 2000, p. 82).

De acordo com estas formulações teóricas, é possível destacar dois fatores que merecem ser problematizados no que se refere às lutas de classes e à garantia de certos interesses das classes dominadas no contexto político aqui examinado. Primeiramente, destacamos o fato de que a promoção de uma relativa melhora nas condições de vida das classes populares brasileiras por parte do governo Lula, em simultaneidade com medidas que não afrontaram, mas sim beneficiaram as classes burguesas, não foram um contrassenso praticado pelo governo, tampouco uma forma de governar absolutamente inovadora, mas sim uma postura coerente com os princípios do Estado capitalista conforme uma determinada conjuntura da luta de classes.

Além disso, ressaltamos que uma das particularidades do processo político brasileiro durante o governo Lula se vincula à afirmação de Poulantzas, expressa em parágrafos anteriores, sobre “as garantias de interesses econômicos das classes dominadas” serem “*eventualmente* contrárias aos interesses econômicos a *curto prazo* das classes dominantes” (1977, p. 185). Grifamos, propositalmente, o termo “eventualmente”, pois nas apreciações sobre o desenvolvimento das políticas econômicas e sociais do governo em questão notamos que, para além do atendimento dos interesses políticos e do estabelecimento da hegemonia política da grande burguesia interna – fração burguesa beneficiada institucionalmente pelo governo Lula – alguns de seus interesses econômicos de “curto prazo” foram igualmente contemplados em concomitância ao favorecimento econômico das classes dominadas.

A política neodesenvolvimentista do governo Lula, embasada na proposta de “crescimento com distribuição de renda” objetivava contemplar amplos setores sociais, sendo descrita de tal forma pelos analistas do governo que aludem a uma forma de “simbiose” entre as classes sociais: uma harmoniosa interdependência com

vantagens mútuas tanto para as classes dominantes, quanto para as classes dominadas. Entretanto, esta pretensa relação simbiótica entre classes antagônicas não é exequível politicamente no âmbito do Estado capitalista, uma vez que mesmo havendo concessões econômicas às classes dominadas, tais concessões correspondem a um jogo de subordinação das classes dominadas e sempre enfrentam resistências das classes dominantes. Todavia, o delineamento político-econômico do referido governo propiciou uma inter-relação entre as políticas sociais destinadas às classes populares e os interesses políticos e econômicos das frações dominantes favorecidas no período em questão. A seguir, exemplificaremos esta questão.

3.2 – A inter-relação entre as políticas do governo Lula para as classes para dominadas e para as dominantes

As políticas de transferência de renda para a população mais pobre do país, a expansão de postos de trabalho, a recuperação do salário mínimo, a facilitação do crédito à pessoa física a juros baixos e o controle da inflação são exemplos de políticas realizadas pelo governo que aumentaram o padrão do consumo das classes populares. O aumento do consumo por parte das classes populares, conseqüentemente, colaborou para o aquecimento do mercado interno, o que, numa espécie de efeito em cadeia, favoreceu diversos setores industriais no país.

Dados referentes ao ano de 2010 apontam um aumento significativo nos gastos concernentes ao consumo por parte dos brasileiros: o total do consumo familiar no ano de 2002 era de R\$ 1,47 trilhão e passou a R\$ 1,97 trilhão no ano de 2009. Este aumento de R\$ 50 bilhões na taxa de consumo das famílias brasileiras se concentrou, sobretudo, na participação da chamada “classe C” na aquisição de bens e serviços: no ano de 2002 a taxa de participação no consumo deste setor correspondia a 23,7%, saltando para 31,8% em 2009⁴⁷. A “classe C” ou “nova classe média”, como vulgarmente caracterizada, corresponde, na verdade, a setores das classes trabalhadoras que melhoraram suas condições de vida através das políticas de expansão de postos de serviços que contemplaram a base da pirâmide social

⁴⁷ Da Redação. Consumo teve alta de R\$ 500 bi na era Lula, diz estudo. Revista Exame. 10 out. 2010. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/consumotevealtader500binaeraluladizestudo540195/>. Acessado em: 22 nov. 2016.

brasileira associadas ao aumento gradual do salário mínimo durante o governo Lula. De acordo com Pochmann (2012, p. 20), isto se deve ao fato de que:

Em grande medida, a forte expansão do conjunto das ocupações de salário de base pertencentes ao setor terciário e da construção civil e indústria extrativa favoreceu a mais rápida incorporação dos trabalhadores na base da pirâmide social. Com isso, uma parcela considerável da força de trabalho conseguiu superar a condição de pobreza, transitando para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração embora não seja mais pobre, tampouco pode ser considerada de classe média. (Grifos nossos)

De acordo com o excerto acima, observa-se que o aumento de postos de trabalho durante o governo de Lula da Silva se deu nos ramos vinculados ao setor de serviço, à construção civil e à indústria extrativa. Como ilustrado no capítulo anterior, estes setores se beneficiaram das políticas de governo no período em questão. Observa-se, assim, um fenômeno de duplo caráter: o restabelecimento do compromisso do Estado brasileiro para com os grupos econômicos nativos favoreceu a expansão destes, o que conseqüentemente, promoveu a expansão do emprego no país. A expansão do emprego, por sua vez, colaborou para a inclusão ao mercado de trabalho formal de uma ampla gama de trabalhadores, o que resultou no aumento do consumo por parte das classes populares (consumo este amparado pelo controle inflacionário).

Também se insere na lógica destacada acima o programa Bolsa Família. Segundo Neri *et al* (2013) o PBF é o programa de transferência de renda que tem maior incidência sobre o PIB brasileiro⁴⁸. Cada 1% do PIB investido no Bolsa Família é correspondente a um aumento de 1,78% na atividade econômica do país. De acordo com os autores, o efeito multiplicador do Bolsa Família é maior do que o dos outros benefícios sociais pelo fato de favorecer diretamente os mais pobres, parcela social mais propensa ao consumo. O aumento do consumo das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda vincula-se ao sistema produtivo:

Apesar da importância das transferências, seus efeitos macroeconômicos sobre o consumo e a produção não foram estudados com a devida profundidade. Afinal, as transferências sociais representam uma fonte de rendimento das famílias que é utilizada na aquisição de bens e serviços, no pagamento de impostos e contribuições e retida sob a forma de poupança. Tais transferências entram assim no “fluxo circular da renda”, onde o impulso dado às despesas de consumo das famílias estimula a produção dos setores de

⁴⁸ Ao ser comparado com programas de transferência de renda do governo FHC e também ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

atividades, que, por sua vez, incrementa o lucro das empresas e a remuneração do trabalho, retornando para as famílias e reiniciando o ciclo econômico.

Nesse processo, a transferência inicial de recursos pode beneficiar também outros tipos de famílias, especialmente aquelas com trabalhadores ocupados nos setores que possuem maior peso na estrutura de consumo das famílias que receberam a transferência inicial. (NERI *et al*, 2013, p. 195)

Para além da reativação do consumo das classes populares, outra questão que merece destaque na inter-relação existente entre as políticas de governo para as classes dominadas e as políticas para as classes dominantes está na criação do Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2009. O propósito oficial deste projeto consistia em facilitar o acesso à casa própria às famílias que necessitavam de moradia⁴⁹. Embora o PMCMV tenha sido exitoso em seu propósito de ampliar e facilitar o acesso a moradias populares⁵⁰, os setores vinculados ao mercado imobiliário e à construção civil foram beneficiados sobremaneira pela política social de habitação do governo.

Arelado ao PAC, uma das justificativas para o lançamento do PMCMV foi a de que este programa seria uma estratégia para enfrentar a crise de 2008 através da aposta em seu efeito multiplicador. O pacote habitacional é anunciado pelo governo como uma política anticíclica embasada no atendimento de interesses sociais⁵¹. Seu lançamento despertou o interesse de setores econômicos vinculados à construção

⁴⁹ O Programa Minha Casa, Minha Vida em vigor nos governos petistas previa a participação de famílias com renda de até 10 salários mínimos. Os subsídios e incentivos do governo à participação se davam de acordo com a divisão de faixas salariais. A Faixa 1 compreendia famílias com renda de até 3 salários mínimos e contava com subsídio máximo do governo, isenção do seguro e prestações mensais limitadas a 10% da renda num financiamento de 10 anos. A Faixa 2 abarcava famílias cuja renda compreendesse entre 3 a 6 salários mínimos, contando com subsídio parcial, acesso ao Fundo Garantidor e prestações limitadas a 20% da renda num financiamento de até 30 anos. Já a Faixa 3 correspondia às famílias com renda entre 6 a 10 salários mínimos e recebiam estímulos à compra de moradias com a redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor. (BRASIL, 2010; ROMAGNOLI, 2012).

⁵⁰ O PMCMV alcançou todas as metas das suas duas primeiras fases: a primeira durante os anos finais do segundo governo Lula e a segunda durante o governo de sua sucessora, Dilma Rousseff. Em março de 2015 o programa atingiria a marca de 3,857 milhões de unidades habitacionais, contabilizado as moradias já entregues às famílias que aderiram ao programa e as demais habitações em vias de entrega no período destacado. Desde o início de 2009 contabilizou-se a liberação de R\$ 139,6 bilhões em financiamentos bancários ao programa (com destaque para a Caixa Econômica Federal) e R\$ 114,9 bilhões em subsídios do governo às famílias de mais baixa renda (BRASIL, 2015).

⁵¹ Embora anunciado pelo governo enquanto uma política anticíclica, Arantes e Fix (2009) apontam que por uma ótica keynesiana o pacote imobiliário do MCMV não possui essa característica, pois uma política efetivamente anticíclica imprime agilidade em seu desenvolvimento, além da desconsideração da lucratividade proporcionada pela política, o que implica em investimentos diretos por parte do poder público.

civil, o que estimulou o surgimento de novos arranjos empresariais diante do fortalecimento do setor financeiro alinhado ao mercado imobiliário e de grandes grupos empresariais do ramo da construção civil (OLIVEIRA, 2015).

Grandes construtoras, que anteriormente atendiam ao setor imobiliário com padrão de alto luxo, passaram a aderir ao padrão voltado para os setores abarcados pelo PMCMV, ampliando sua presença em locais onde anteriormente predominavam empresas de pequeno e médio porte. Construtoras como a MRV e a Rossi passaram a atuar em diversas regiões do país, a primeira em 19 dos 26 estados brasileiros e a segunda em 18 estados⁵².

Arantes e Fix (2009) observam que o PMCMV teve um papel importante para que as construtoras brasileiras saíssem da crise e destacam que os efeitos negativos da economia em escala global não foram os únicos motivos que tornaram o programa atrativo a estes setores empresariais. De acordo com os autores, o setor imobiliário residencial do país passou a se recapitalizar durante os anos 2000 devido às intervenções governamentais e à sua abertura na bolsa de valores, o que culminou em sua ampliação. A junção destes fatores produziu um repentino e insustentável crescimento deste setor a longo prazo. A implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida foi uma verdadeira salvação para a crise que se aprofundava no ramo da construção civil e no mercado imobiliário brasileiro, por questões internas e externas⁵³. Refletindo sobre esta questão, Oliveira (2015) destaca que a vinculação do programa a resultados econômicos coloca em discussão o modo como a questão habitacional foi abordada durante os governos petistas, sendo tratada não como um direito social, mas sim como um produto lucrativo.

Neste debate, é importante também inserir o Programa Universidade Para Todos (ProUni). Criado em 2004, a proposta do ProUni consistia em oferecer bolsas de estudos integrais ou parciais em instituições de ensino superior de caráter privado para estudantes cuja renda bruta familiar mensal correspondesse a até um salário mínimo e meio *per capita*⁵⁴. Caracterizado pelo governo como uma política pública

⁵² Cf. OLIVEIRA, 2015.

⁵³ Para um debate mais aprofundado a respeito da implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida, Cf. Arantes, P.F.; Fix, M. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. In. Correio da Cidadania, 2009. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3580:pcthabitacional310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171. Acessado em: 08 de dez. 2016.

⁵⁴ Além do critério de renda, o Prouni estabelece outras normas para a concessão das bolsas de estudo, como a obrigatoriedade de o estudante realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para a

afirmativa, o ProUni demonstrou no decorrer dos anos resultados concretos no aumento do número de jovens cursando o ensino superior.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2010, realizado pelo INEP/MEC, o Brasil contava com 6,5 milhões de estudantes universitários. No acumulado da década de 2001-2010, o número de universitários no país teria mais do que dobrado, numa porcentagem de 105,05%, com uma melhor distribuição regional destes números, abarcando as regiões Norte e Nordeste (Casali e Mattos, 2015). Já no que se refere ao número de cidadãos com ensino superior, no ano de 2010 estimava-se que cerca de 7,9% da população brasileira havia concluído este nível de ensino⁵⁵.

Ao mesmo tempo em que trouxe benefícios reais aos setores pobres da juventude brasileira, o Programa Universidade Para Todos também atendeu diretamente aos interesses das instituições de ensino superior privadas. Além da ampliação da mercantilização do ensino, que resulta em ganhos diretos aos segmentos privados do campo educacional, a medida de garantir a isenção fiscal para as IES que aderissem ao ProUni também favoreceu estes setores, beneficiando, principalmente, as instituições com fins lucrativos (CARVALHO, 2006). Além do mais, o ProUni teria servido para contornar o número de inadimplentes existentes nas instituições de ensino superior privadas, devido à grande ampliação das vagas ofertadas por estes setores, sobretudo durante o governo FHC (ALMEIDA, 2012).

Ao promover o aumento da lucratividade das instituições privadas, em concomitância com a iniciativa de atender a grande demanda pelo acesso ao ensino superior por parte dos jovens oriundos das classes populares, o governo de Lula da Silva atendeu aos interesses imediatos desta juventude pobre, contemplando, ao mesmo tempo, os interesses políticos e econômicos de setores da burguesia de serviços, figuradas, neste caso, pelo ensino superior privado.

obtenção dos pontos necessários (450 pontos) para participar do programa, além de ter cursado o ensino médio na rede pública ou em escolas particulares mediante bolsas de estudos de caráter integral. Vale destacar que pessoas portadoras de deficiência, bem como professores da rede pública de ensino também podem pleitear o benefício. (Fonte: <http://siteprouni.mec.gov.br>).

⁵⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC: Número de brasileiros com graduação cresce 109,83% em 10 anos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=17725:numero-de-brasileiros-com-graduacao-cresce-10983-em-10-anos>. Acessado em: 18 mar. 2016.

O governo Lula assumiu a presidência num contexto no qual havia um desgaste das políticas neoliberais embasadas nos princípios e interesses do capital financeiro internacional e conduzidas, especialmente, pelo governo FHC. Este desgaste era expresso pelas classes populares – vitimadas pelos altos índices de desemprego, desmontes trabalhistas, corrosão salarial, etc. – e pela insatisfação de frações da burguesia brasileira – que esperavam por um refreamento dos avanços do capital imperialista no interior do bloco no poder. Como expresso no debate bibliográfico apresentado nos capítulos anteriores e também sumariamente exposto por meio dos dados sobre a inter-relação das políticas que favoreceram interesses imediatos das classes dominadas simultaneamente aos interesses políticos e econômicos das classes dominantes, pode-se observar que o projeto neodesenvolvimentista de Lula articulou de diversas maneiras interesses imediatos das classes dominadas aos interesses de frações da burguesia brasileira através de políticas sociais e, sobretudo, econômicas.

O projeto de desenvolvimento do governo Lula é destacado pelo discurso partidário como sendo uma forma de manutenção dos ideais originários do PT adaptados às exigências do contexto vigente. Nesta argumentação, o Estado assume o papel de sujeito político que, mediante uma boa gestão governamental, pôde superar a crise de outrora e promover a indução do crescimento endógeno adaptado às exigências do mercado externo, condensando em sua ação positiva as aspirações de amplas camadas sociais.

Esta apreensão do governo Lula descarta as relações intraclasses dominantes e secundariza as relações existentes entre as classes dominantes e dominadas. O governo figura enquanto condutor de uma boa política, como se a forma de gerenciamento do Estado não fosse resultante de pressões e conflitos no interior do bloco no poder e entre este e as classes dominadas. Por isto, as políticas realizadas em favor das classes dominadas também são interpretadas como “políticas de boa vontade” por parte de quem está na gerência estatal e não como resultantes das lutas econômicas destes setores, tampouco como expressão do jogo de subordinação de classes no âmbito do Estado capitalista.

Ademais, é preciso ressaltar que a gestão da força de trabalho é um fundamento próprio ao Estado capitalista imposta pela insuficiência da remuneração salarial direta em garantir a reprodução da força de trabalho e possível pela autonomia

relativa característica deste tipo de Estado (Brunhoff, 1977, pp. 130-131). Desta forma, políticas de cunho social e econômico destinadas às classes populares assumem uma dimensão de disciplinamento da força de trabalho, sendo garantias necessárias para a reprodução do capital. Neste processo, o Estado realiza concessões às classes trabalhadoras, concessões estas que giram em torno da intensidade das mobilizações populares.

No tocante ao Programa Bolsa Família, é necessário destacar dois outros fatores – que embora se vinculem ao fato deste programa, por sua característica assistencialista, ser também uma forma de contribuir para a reprodução da força de trabalho – ganham particularidades durante o governo Lula. Primeiramente, destacamos que no final da década de 90 e início dos anos 2000 havia uma urgência por soluções para o problema da fome no Brasil⁵⁶. Deste modo, necessitava-se de uma política criativa para retirar o país do mapa mundial da fome e foi exatamente isto que o governo Lula fez, ao criar um programa de transferência de renda com grande abrangência, nos moldes das recomendações das organizações multilaterais. Assim, podemos afirmar, num primeiro momento, que não houve uma relação necessária entre a implementação do Programa Bolsa Família e os interesses econômicos da burguesia interna, embora a renda gerada pelo programa impacte de maneira indireta na dinâmica do sistema produtivo brasileiro por meio da inclusão social destes setores via consumo. Em segundo lugar, destacamos que o Programa Bolsa Família assume uma pertinência particular no que concerne aos interesses políticos da burguesia brasileira⁵⁷. Como efeito da grande abrangência que esta política social teve nos setores mais pauperizados da população brasileira, engendrou-se através deste programa – talvez mais do que por meio das demais políticas sociais e econômicas do governo – uma ideologia pautada na imagem do Estado enquanto benfeitor dos anseios dos mais necessitados, elemento que fomentou, concretamente, um massivo

⁵⁶ Como destacamos nas pp. 31-32 deste trabalho.

⁵⁷ Há outras medidas implementadas pelo governo Lula – como o aprofundamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), a criação do programa Luz para Todos, do programa Brasil Alfabetizado e do Educação de Jovens e Adultos (EJA) – que tiveram grande impacto na melhora da qualidade de vida das frações de classe mais pauperizadas do país. Contudo, nossa escolha por focar a discussão que realizamos em torno do PBF se justifica pela grande importância propagandística que o programa teve durante o governo Lula, tornando-se o programa social do governo petista por excelência. É irrefutável seu impacto no processo político do país, uma vez que durante os pleitos eleitorais presidenciais que sucederam o governo Lula, todos os presidenciais com significativa projeção na cena política não refutavam o programa, tampouco ameaçavam qualquer sinalização em acabar com ele.

apoio social para o projeto neodesenvolvimentista do governo Lula, em favorecimento dos interesses políticos de setores da burguesia nativa.

3.3 – Neodesenvolvimentismo e classes dominadas

O debate a respeito do projeto de desenvolvimento do governo Lula traz consigo um amplo leque de apreciações, muitas vezes divergentes, a respeito do impacto que tal governo teria sobre os problemas seculares brasileiros, como a imensa desigualdade social e o subdesenvolvimento do país. Se o desenvolvimentismo clássico não logrou o sucesso desejado, o novo desenvolvimentismo não se demonstrou tão eficiente no que tange ao enfrentamento dos constrangimentos impostos pelas pressões externas às quais o país é exposto.

Morais e Saad-Filho (2011, pp. 513-514) destacam que as premissas fundamentais do conceito de novo desenvolvimentismo consistem na existência de um Estado que promova o desenvolvimento sustentado mediante políticas macroeconômicas coerentes, por meio de um projeto nacional que busque compatibilizar crescimento com equidade social. Assim, a condição necessária para a formulação de uma política econômica com base nos preceitos neodesenvolvimentistas devem, necessariamente, assumir uma dimensão política pautada em um projeto de Nação.

O governo Lula, especialmente após o ano de 2006, teria então mesclado as políticas macroeconômicas de caráter neoliberal, as quais vinha seguindo em seu primeiro mandato, com medidas políticas oriundas dos princípios do novo desenvolvimentismo. Houve então uma ação direta por parte do Estado na redução das desigualdades sociais – por meio do programa Bolsa Família –, além do aumento do salário e do crédito. Simultaneamente a estes feitos, destaca-se o amplo investimento estatal por meio da política de fomento do BNDES aos setores industriais e a implementação das obras do PAC – destinadas principalmente a setores estratégicos infraestruturais do país. Tais elementos marcaram uma postura neodesenvolvimentista por parte deste governo (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011, pp. 517-518) e retrataram como no interior deste projeto os interesses imediatos das classes dominadas foram compatibilizados aos interesses políticos e também econômicos das classes dominantes brasileiras.

Diante destes argumentos é importante entrar no debate acerca da autonomia relativa do Estado capitalista em sua relação no campo da luta de classes, sobretudo em sua relação com as classes dominantes. Como já destacado brevemente em páginas anteriores, para a organização das classes dominantes e a manutenção de seu poder político, é necessária a concessão de certos interesses econômicos para certas frações das classes dominadas, desde que os interesses concedidos não coloquem em risco a dominação política das classes dominantes. Neste processo, o Estado surge como representante dos interesses gerais do povo, que por meio de um efeito de representação desorganiza as classes dominadas enquanto classe social, reorganizando-as enquanto povo-nação em torno dos princípios e interesses das classes dominantes. Deste modo, o apelo ao desenvolvimento nacional por parte de Lula, ilustra a operacionalização de políticas estatais que reorganizam o bloco no poder e articulam a essas políticas setores das classes trabalhadoras enquanto classe-apoio no contexto da autonomia típica deste tipo de Estado.

Um elemento que merece destaque nesta problematização a respeito das relações de classe inseridas no neodesenvolvimentismo do governo Lula reside na “frente neodesenvolvimentista” formada pela aliança de um leque de forças sociais - semiproletariado, burguesia bancária, agronegociistas, movimentos sociais – que compuseram a forma de apoio a este governo diante deste projeto de desenvolvimento (BOITO JR., 2012, p. 68). Por reunir em seu interior frações de classes distintas, são grandes as contradições no interior desta frente:

No que diz respeito aos gastos públicos, estamos diante de um problema complexo na análise da frente neodesenvolvimentista. A grande burguesia interna reluta em aceitar as pequenas concessões que o governo Lula exige dela, para que seja possível manter a própria frente. Os grandes empresários querem: juros mais baixos, investimento estatal em infraestrutura, proteção alfandegária, BNDES a seu serviço e diplomacia empresarial e outras benesses, mas rejeitam a contratação de novos funcionários, reajuste para o funcionalismo, reajuste do salário mínimo, o gasto da previdência, etc. [...] querem um Estado enxuto para os trabalhadores e dádioso para os empresários. O governo Lula procura manter alguns ganhos marginais para os trabalhadores, mas não é fácil encontrar o ponto de equilíbrio que evita defecções na frente política que ele representa. (BOITO JR., 2012, p. 102)

Outra contradição desta frente é identificada na oposição entre os interesses do agronegócio e os do movimento camponês. O governo Lula não poderia preservar a sua relação com o agronegócio em concomitância com a realização de uma efetiva

reforma agrária. Como estratégia para não perder o apoio do movimento camponês, promoveu o aumento do crédito agrícola destinado à agricultura familiar, buscando contemplar os interesses dos camponeses com terra, sendo esta uma das bases do MST. Todavia, o governo Lula abandonou outra base deste movimento, que é composta pelo camponês pobre, sem-terra (BOITO JR., 2012, pp. 103-104).

No contexto abordado, a grande burguesia interna reclamava a intervenção do Estado na economia como forma de atendimento de seus interesses frente outras frações que compõem o bloco no poder, como a grande burguesia compradora, que se opõe ao projeto neodesenvolvimentista. Entretanto, o que esta fração de classe tinha enquanto dificuldade, era aceitar as concessões que se faziam necessárias para manutenção da composição desta frente, mediante o atendimento de certas demandas dos setores assalariados, bem como do campesinato⁵⁸.

Os ardis do governo diante das classes trabalhadoras se expressaram por meio de uma dupla política estabelecida com estes setores. Ao mesmo tempo em que, para a consolidação e manobra da frente neodesenvolvimentista, o governo Lula cerrava fileiras com as frações organizadas da classe trabalhadora, afastava-se destas na medida em que suas demandas assumiam uma posição de confronto com as classes dominantes que compunham esta frente.

Todavia, conforme expusemos em parágrafos anteriores, diversas políticas sociais e econômicas implementadas pelo governo em favor das classes populares se inter-relacionaram com os interesses políticos e econômicos das frações da burguesia brasileira que foram contempladas pelo projeto neodesenvolvimentista, sendo estas bem vistas por estes setores burgueses. Deste modo, buscar apoio nas classes populares desorganizadas e movidas por interesses difusos foi a estratégia encontrada para a atenuação dos conflitos desta frente, de maneira que logrou-se, assim, o estabelecimento de uma relação do tipo populista destes setores populares para com o governo Lula.

3.4 – Populismo: política e ideologia de Estado

Enquanto atua como fator de coesão, o Estado possui uma função de ordem, função esta que impede a explosão do conflito político entre as classes que compõem determinada formação social, ou seja, impedindo a destruição da formação social.

⁵⁸ Cf. Boito Jr., 2012.

Deste modo, o Estado ao concentrar em si o conflito político de classes, cumprindo assim a sua função propriamente política, atua na organização do bloco no poder e desorganização das classes populares, subordinando os interesses imediatos das classes dominadas aos fundamentais das dominantes. Deste modo, podemos afirmar que o governo Lula cumpriu exemplarmente com esta função deste tipo de Estado de um modo particular, conforme as políticas sociais examinadas acima. Todavia, esta afirmação, embora verdadeira, não pode ser utilizada para exemplificar o efeito que as políticas governamentais tiveram sobre os setores mais pauperizados da população brasileira, ao partirmos da premissa de que esta fração de classe tem como principal característica a sua desorganização enquanto classe social.

Conforme anteriormente citado, Singer (2012), assevera que o “fenômeno do lulismo” teria se originado no reconhecimento que o “subproletariado” depositou na figura de Lula enquanto chefe de Estado, por este possibilitar uma melhora em suas condições de vida, sem perturbar a ordem estabelecida. Com este pressuposto, a tese central apresentada pelo autor é a de que esta fração de classe teria significativo peso eleitoral, sustentando a virada programática do PT e dando base para que o governo Lula arbitrasse a relação entre as “classes fundamentais”, que teriam saído de cena em seu governo. Por meio desta perspectiva, o Partido dos Trabalhadores teria se tornado representante do “subproletariado” na arena política.

É fato que o governo Lula foi um dos primeiros governos a olhar de maneira direta para o imenso contingente de miseráveis brasileiros através da abrangência das políticas sociais focalizadas, assim como não é menos verdade que estes setores sociais proporcionaram significativo apoio à reeleição de Lula no ano de 2006. Contudo, a análise de Singer se equivoca em alguns aspectos. Primeiramente, por atribuir erroneamente um caráter passivo e conservador às frações de classe beneficiárias dos programas sociais do governo, diante de um Estado que seria mero instrumento das classes burguesas (BOITO JR., 2013). Além disto, o autor secundariza o protagonismo das classes dominantes e demais classes dominadas no processo político do governo Lula.

Singer (2012) ainda aproxima o “fenômeno do lulismo” do bonapartismo francês, aproximação esta criticada por Boito Jr. (2013), que ressalta que a relação estabelecida pelo governo Lula com os setores beneficiários das políticas focalizadas consiste numa relação do tipo populista. Como indicamos em páginas precedentes,

nos filiamos a esta segunda leitura. Não podemos realizar uma mera analogia do contexto brasileiro de inícios do século XXI com o contexto francês de meados do século XIX, ao compararmos o governo Lula com o de Luís Bonaparte. Façamos uma breve digressão teórica para fundamentar esta afirmação.

O bonapartismo, como característica inerente ao Estado capitalista vincula-se à definição poulantziana de autonomia relativa do Estado, que, grosso modo, consiste na relação do Estado com o campo da luta de classes, mais precisamente na sua relação com as classes ou frações de classe que compõem o do bloco no poder, assim como com as classes que figuram enquanto aliadas ou suportes das classes dominantes.

Neste ponto é importante frisar que o marxista grego destaca em sua teorização o fato de que o caso particular do bonapartismo francês, embora tenha sido utilizado por Marx e Engels como ponto de partida para a reflexão sobre as características políticas do Estado capitalista, não é suficiente para explicar a relação do Estado no campo da luta de classes, uma vez que a autonomização deste tipo de Estado não é sempre da mesma ordem. Poulantzas, assevera que o bonapartismo é um “traço teórico constitutivo do próprio tipo capitalista de Estado”, entretanto, é necessário distinguir “o fenômeno histórico concreto do que foi o bonapartismo na França, e o que se refere ao bonapartismo como característica constitutiva do tipo capitalista de Estado” (1977, p. 155).

Tomando como base a teoria do Estado poulantziana, Saes (1985), ao incorporar o conceito de populismo em suas análises, justifica o porquê não utiliza a noção de bonapartismo. Este autor afirma que, embora Marx tenha o intuito de relatar as relações políticas do campesinato e o Estado em meados do século XIX, numa forma de “culto do Estado”, a teoria geral do Estado capitalista presente em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* se pauta num período específico e expressa as relações de classe inseridas no contexto do capitalismo central do século XIX. Deste modo, deve-se aproveitar os elementos teóricos existentes na análise do bonapartismo, como indicado por Poulantzas, e em concomitância realizar mediações referentes às particularidades do modo de produção capitalista brasileiro.

Ainda Saes (1985), analisando o processo político brasileiro da primeira metade do século XX, afirma que a política populista se constitui enquanto uma política de reforço das estruturas do Estado nacional de modo que este atuou como criador de

uma política intervencionista e industrializante, passando à frente das relações de classe e dando origem a uma burguesia industrial. Como exemplo, o autor destaca o fato de que vários grupos industriais da década de 50 foram literalmente criados pelo Estado durante o primeiro governo Vargas. Ademais, além de se autonomizar diante das classes dominantes, o Estado dirigido por governo populista também viria a cumprir o papel de mediação das relações de classe:

A conquista e a manutenção de uma base social urbana de apoio base social urbana de apoio, bem como a execução de uma política industrializante, levam o Estado a regulamentar “precocemente” as relações de classe em gestação, com vistas a trazer um mínimo de estabilidade ao “compromisso” e a consolidar nos planos econômico e político a burguesia industrial nascente. O Estado populista intervém, portanto, nas relações de classe, integra politicamente a classe operária e, ao mesmo tempo, priva-a de uma expressão política autônoma. (SAES, 1985, p. 94)

A política populista do período considerado por Saes foi responsável por organizar o bloco no poder – propiciando a formação de uma burguesia industrial no país –, e desorganizar as classes dominadas enquanto classe autônoma, reorganizando-as de acordo com um certo tipo de cidadania regulada, de maneira a atenuar os efeitos da luta de classes⁵⁹.

Evidencia-se, assim, que o populismo, antes de ser um fenômeno típico do atraso latino-americano (GERMANI *et al*, 1973), dadas as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no continente, corresponde a uma estratégia de governo inscrita na estrutura do Estado capitalista na sua atuação como fator de ordem e coesão, condensando em si as contradições de determinada formação social fundamentada na divisão de classes. Desta forma, o conceito de populismo apresentado por Saes se expressa enquanto uma ideologia e uma política de Estado. Ideologia, pois, sustenta por meio de uma ilusão ideológica o caráter supraclassista do Estado, dissimulando a sua função. Política, por ser resultante das práticas políticas com vistas à manutenção da unidade do poder do Estado capitalista através de políticas econômicas e sociais determinadas.

Com base na teoria de Nicos Poulantzas e na argumentação de Saes, podemos afirmar que o populismo opera através da noção do fetiche do Estado protetor

⁵⁹ O processo de industrialização do país provocou o alargamento da presença social da classe operária, o que, conseqüentemente, também resultou no aumento da exploração do trabalho industrial. Deste modo, a organização operária autônoma poderia resultar em um conflito aberto entre as classes trabalhadoras e a burguesia que surgia no país.

enquanto instância neutra que atua no atendimento dos interesses do povo-nação, elemento inerente ao processo de autonomização do Estado capitalista. Deste modo, ousamos afirmar que o populismo pode ser interpretado como uma variante específica do bonapartismo.

Retomando o debate a respeito da construção de uma relação do tipo populista por parte do governo Lula com as classes populares, levantamos a questão: qual a particularidade apresentada pela política populista deste governo? Assim como argumentamos não ser possível instrumentalizar irrestritamente o conceito de bonapartismo para avaliar situações históricas particulares, também não podemos reproduzir mecanicamente os apontamentos de Saes (1985), que se embasaram na política populista no Brasil durante a década de 30 e 40, para fundamentar a nossa apreciação sobre a particularidade do populismo do governo Lula, sem que realizemos algumas mediações necessárias. Deste modo, é necessário realizar uma averiguação conjuntural na tentativa de responder o questionamento levantado.

3.5 – O governo Lula corresponderia a uma forma de neopopulismo?

No contexto da mundialização do capital e do espraiamento das políticas neoliberais na América Latina nas décadas de 80 e 90, uma nova roupagem da teoria populista ganhou forma: o neopopulismo, que buscava se adequar ao panorama político e econômico deste período e legitimar a ascensão de governos que tinham novamente como marca a ampla invocação popular.

As características atribuídas ao novo populismo seriam, além da sua moldagem ao neoliberalismo, a existência de uma liderança munida de carisma e de um discurso visando à transformação das condições sociais vigentes. De acordo com Coniff (2003, p. 32) o terreno para a ascensão de novas lideranças de caráter populista teria se dado pela falta de eficiência política, pela crise econômica e desemprego crônico da década de 80, de modo que as massas teriam buscado líderes com posturas anti-*status quo* e que demonstrassem a possibilidade de mudanças na situação vigente, bem como melhorias nas condições de vida dos mais pobres.

Carlos Menem, Alberto Fujimori e Fernando Collor de Mello são constantemente referidos como exemplos de governos neopopulistas que implementaram políticas neoliberais na Argentina, Peru e Brasil, respectivamente.

Porém, Hugo Chávez também é considerado como um caso *sui generis* do novo populismo latino-americano, devido à sua postura distinta das lideranças anteriormente citadas, por ser crítico à política neoliberal e assumidamente anti-imperialista, aproximando-se, assim, mais do populismo clássico (PATIÑO, 2007, p. 252).

Numa análise crítica a respeito das apreciações sobre a nova versão do populismo e do seu conseqüente caráter intrínseco à sociedade latino-americana, Saes (2001) aponta que com o fim dos regimes militares que vigoraram no continente durante as décadas de 60 e 70, intelectuais de cunho progressista apresentavam a esperança do que consideravam como democracias autênticas fossem, enfim, instauradas. Todavia, após o avanço do neoliberalismo na América Latina, estes mesmos intelectuais passaram a avaliar os regimes políticos que se desenvolveram no território como deficitários, sob a alegação de que tais regimes se nutriam dos mesmos valores populistas de outrora.

De acordo com Saes (2001, pp. 72-77) o maior problema destas análises acerca do “novo populismo” implica na sua descuidada conceituação, por rotular de maneira automática a política latino-americana enquanto populista. A falta deste cuidado analítico, ou o apego à análise tipológica herdada da teoria clássica do populismo, implica que as leituras que abordam a questão do neopopulismo desconheçam, ou desconsiderem que a personalização política nada tem de extraordinário nas sociedades capitalistas avançadas ou periféricas.

Para o autor, a estrutura geral do capitalismo, no plano jurídico-político, ressalta a igualização e atomização dos indivíduos como sujeitos individuais de direito, de modo que o Estado estabelece a autonomia da personalidade individual e, ao mesmo tempo, deposita nela a legitimidade de toda a manifestação política e cultural. Assim, os efeitos ideológicos da estrutura social capitalista tornam-se a base da valorização da autoexposição da personalidade individual, tornando-se a forma geral da política dominante no capitalismo (SAES, 2001, pp. 72-74) Segundo estes argumentos, o elemento comum do populismo – a personificação política – tem sua origem alicerçada nos fundamentos que embasam a sociedade moderna, não sendo uma anormalidade, mas sim um fenômeno que, embora histórico, é inerente ao capitalismo, não podendo ser caracterizado como de origem estritamente latino-americana.

Não descartando a existência de um “novo” populismo na América Latina, especialmente pelo fato de caracterizar tal fenômeno como correspondente à estrutura geral do capitalismo, Saes destaca que a política da década de 90 surpreendeu os estudiosos que relacionavam o “populismo” enquanto uma política de “integração/controlar das classes trabalhadoras” ao intervencionismo estatal. De acordo com o autor, no contexto do neoliberalismo, o discurso e a prática populista permaneceram, mas adaptaram-se a novos objetivos políticos que não figuram numa agenda desenvolvimentista.

Diferentemente do populismo clássico, o populismo neoliberal tem o papel de desmantelar o Estado, que por sua vez é visto como o principal responsável pela desigualdade social devido à sua ineficiência. Assim, a proposta neoliberal, que opera como pano de fundo deste discurso, pode ganhar uma feição aparentemente progressista, como uma forma de combate redistributivo. O discurso neoliberal teve sua ampla aceitação popular devido ao “efeito social perverso” do período referente ao intervencionismo estatal. Para Saes, esta intervenção se fez em benefício quase que exclusivo da burguesia de Estado, que despontava nesta época, e da burguesia monopolista privada, não gerando benefícios expressivos para a classe trabalhadora. Deste modo, o apelo do neoliberalismo ao desmantelamento do Estado pode assumir ares progressistas, ao se pautar na retórica de um “combate redistributivo”, embora a concretude dos fatos das gestões neoliberais desmintam tal aspecto.

O populismo de meados do século XX, diante de uma crise de hegemonia, imprimiu deliberadamente uma política de industrialização de cunho nacional. Posteriormente, durante a década de 60, a fração burguesa com interesses monopolistas retoma o leme político no interior do bloco no poder, inviabilizando a manutenção da política populista de viés clássico. Assim, para a burguesia monopolista promover seus interesses na América Latina, por meio da atuação de organizações multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, há a necessidade de emergir um populismo de caráter neoliberal (SAES, 2001, p. 79). Deste modo, tanto o populismo clássico, como o “novo” populismo figuram como táticas de organização do bloco no poder e inclusão subordinada da classe trabalhadora ao processo político, de legitimação eleitoral, diferenciando-se, apenas, pelas forças que imprimem sua hegemonia em determinada conjuntura e as políticas que adotam.

Se retomarmos os apontamentos críticos a respeito da característica assistencial e focalizada do Programa Bolsa Família – enquadradas nas preconizações das instituições multilaterais – e destacarmos a questão referente à inclusão via mercado das classes populares por meio deste programa, torna-se possível estabelecer uma correspondência entre a política populista do governo Lula e a conceituação exata de neopopulismo apresentada por Saes (2001).

Entretanto, como anteriormente apontado, os efeitos políticos proporcionados pela incidência do PBF nos estratos mais pauperizados da população brasileira apresentam questões mais profundas e complexas e que não podem ser reduzidas unicamente em torno do caráter neoliberal inerente à focalização das políticas sociais, tampouco se resumir à personalização política da imagem pública de Lula como algo inerente ao sistema capitalista. Embora a admissão destes pressupostos fundamente uma análise coerente no enquadramento do governo em questão como neopopulista, ainda assim não seria possível explicitar as especificidades de sua política populista, uma vez que, de acordo com estes elementos, podemos, por exemplo, enquadrar o governo de Fernando Collor e sua evocação aos descamisados, assim como o governo FHC e suas políticas focalizadas dentro do escopo do neopopulismo apresentado por Décio Saes (2001).

É fato que o governo Lula se manteve inserido os limites do capitalismo neoliberal periférico, entretanto, é possível identificar que durante sua gestão houve algumas mudanças no modelo neoliberal em vigência no Brasil, sobretudo devido ao deslocamento da fração hegemônica no interior do bloco no poder. Assim, a apreciação a respeito da especificidade do populismo do governo Lula deve levar em consideração as alterações que ocorreram no modelo político-econômico brasileiro e o papel desempenhado pelas classes sociais neste contexto.

3.6 – A particularidade da política populista de Lula e o projeto neodesenvolvimentista

Na conjuntura particular pré-eleição de Lula como presidente da República, havia uma grande insatisfação com os rumos neoliberais extremados do governo FHC por parte da grande burguesia interna. Neste contexto, o PT – devido à postura compromissada com os interesses capitalistas que demonstrou durante a campanha

eleitoral de 2002 – mostrou-se como uma alternativa viável para a contemplação dos anseios da burguesia nativa. Vale ressaltar que o vice-presidente de Lula, José Alencar, um dos ícones do empresariado brasileiro, também passou uma imagem de segurança para estes setores burgueses durante o referido pleito eleitoral (NOVELLI, 2010). Soma-se a este fato, a questão que já apontamos anteriormente, sobre o desejo por mudanças no *status quo* por parte das classes populares. Deste modo, esta fração da burguesia brasileira teve que aceitar fazer parte de uma frente com o movimento sindical e popular pelo fato de o PT ter sua origem no seio deste movimento⁶⁰.

Ademais, no desenrolar do primeiro mandato de Lula e no processo de sua reeleição, a manutenção desta frente, assim como o aprofundamento da política neodesenvolvimentista do governo, contou com o importante trunfo político referente ao maciço apoio das camadas mais pauperizadas do país, beneficiárias dos programas de transferência direta de renda e também de outras políticas sociais e econômicas do governo (BOITO JR., 2013, pp. 71-72).

Esta fração das classes dominadas, cuja principal característica consiste em sua desorganização política enquanto classe social, foi mantida desorganizada por meio do fetiche do Estado protetor, que neste caso particular, recebeu um substrato material por meio das políticas focalizadas que melhoraram suas condições de vida. Deste modo, este imenso contingente de pauperizados, foi precipitado na cena política brasileira enquanto classe-apoio do projeto de desenvolvimento do governo em favorecimento tanto dos interesses políticos, quanto dos interesses econômicos da burguesia interna, tornando-se o principal sustentáculo eleitoral do governo Lula em 2006.

O conceito de classe-apoio é utilizado por Poulantzas (1977, pp. 238-239) na definição das classes que “apoiam” o Estado capitalista por acreditarem na noção de um Estado protetor que se coloca acima das lutas de classes e seja capaz de corresponder aos seus anseios. O autor exemplifica a ocorrência de classes-apoio no contexto histórico do fenômeno do bonapartismo na França do século XIX, ilustrando que o apoio conferido pelos camponeses parcelares ao governo de Luís Bonaparte fundou-se, neste caso particular, unicamente num engodo ideológico pautado numa

⁶⁰ O delineamento desta junção de interesses distintos pode ser interpretado segundo a teorização poulantziana a respeito da debilidade política e ideológica da burguesia interna em imprimir às suas contradições com o capital estrangeiro uma política com projeto político próprio.

noção de compromisso do Estado com estes setores, sem que nenhuma medida política significativa fosse tomada com vistas a contemplação efetiva de seus interesses.

Como argumentamos anteriormente, o populismo corresponde a uma forma particular de bonapartismo. Assim, conforme os fundamentos teóricos apresentados sobre a caracterização das classes-apoio, é possível afirmar que este conceito também é aplicável a governos cujas práticas se adequam à política populista. No populismo, as classes-apoio também são envoltas na ilusão ideológica de um Estado que atenda suas demandas. A diferença proposta neste trabalho consiste no fato de que parte de suas demandas são realmente atendidas, conquanto sejam pertinentes à manutenção da dominação e dos interesses políticos das classes dominantes. Assim, a execução de uma política de cunho populista se fundamenta numa relação dialética referente à obtenção de apoio dos setores populares e desorganizados da população, à medida que certos interesses destes setores são atendidos dentro do limite imposto pela formação social capitalista em questão numa conjuntura determinada.

Neste ponto, destacamos que a argumentação aqui apresentada a respeito da caracterização das classes populares durante o governo Lula enquanto classe-apoio do projeto neodesenvolvimentista se embasa em análises recentes (BOITO JR., 2013 e PINHEIRO, 2006) a respeito da possibilidade do conceito de classe-apoio se estender também às classes trabalhadoras, de modo que nesta operacionalização do conceito, ele não se baseia apenas numa relação ideológica entre o Estado e as classes populares, mas também em elementos concretos no que tange ao atendimento de interesses imediatos dessas classes dominadas.

Considerando que as classes populares que foram beneficiadas pelas políticas sociais e econômicas do governo Lula estabeleceram uma relação populista com o referido governo, tornando-se classes-apoio do projeto neodesenvolvimentista que favoreceu politicamente a grande burguesia interna, retomamos o questionamento que fizemos anteriormente: qual seria a particularidade do populismo exercido pelo governo Lula?

De acordo com as explicações que realizamos a respeito da conceituação do populismo como resultante estrutural da autonomia relativa do Estado capitalista e a forma política adquirida pelo governo Lula, pode-se concluir que o referido governo

tem pontos de contato e afastamento tanto com o populismo de meados do século XX, quanto com o neopopulismo oriundo das práticas neoliberais, elementos que especificam sua particularidade.

A aproximação da política populista do governo Lula daquela exercida pelo “populismo clássico” consiste no fato de que este último foi indutor de um projeto político e econômico com vistas à autonomia do capitalismo nacional, responsável por fomentar a ascensão de uma burguesia industrial no país, integrando as classes dominadas de maneira subordinada neste processo, através da implementação de direitos sociais de caráter constitucional (SAES, 1985). O governo Lula, por sua vez, também conduziu um projeto político e econômico responsável por favorecer institucionalmente uma fração da burguesia brasileira, incluindo subordinadamente frações das classes dominadas neste processo. Entretanto, as semelhanças param por aí, uma vez que a fração burguesa favorecida pelo governo em questão – a grande burguesia interna – tem sua margem de ação limitada à conjuntura mundial, não ousando refutar as determinações do capital-imperialista. Além do mais, as políticas que favoreceram as classes dominadas corresponderam a medidas focalizadas que não alteraram a estrutura social brasileira, tampouco contribuíram para a ampliação dos direitos sociais de caráter universal.

Neste ponto, o tipo de política populista desenvolvida pelo governo Lula aproxima-se da conceituação do neopopulismo apresentada por Saes (2001). Esta aproximação se baseia na conjugação entre o estímulo à auto-exposição da personalidade individual como efeito típico da estrutura jurídico-política do Estado capitalista e o discurso ideológico do governo Lula. Este discurso articulou elementos heterogêneos como a noção do “Lulinha paz e amor” – inventada por ele mesmo em sua campanha de 2002 – sob o intuito de atenuar sua imagem atrelada às lutas sindicais de outrora; e a imagem do trabalhador migrante que ascendeu à presidência da República – conhecedor dos reais problemas brasileiros – que se preocupa em oferecer o padrão classe média ao trabalhador comum. Contudo, as comparações entre a política populista de Lula e a definição marxista do conceito de neopopulismo também se encerram nestas questões, uma vez que, diferentemente da ideologia alardeada pelo neopopulismo em vigor no espraiamento do neoliberalismo no Brasil, o discurso governamental foi marcado pelo enaltecimento do papel ativo do Estado

na retomada do crescimento endógeno em favor dos grupos econômicos nativos em consonância com uma efetiva política de distribuição de renda.

Deste modo, observa-se que o tipo de populismo identificado no governo Lula se encontra em um limiar entre a ideologia correspondente ao populismo de meados do século XX e o delineamento das políticas que vigoraram no populismo neoliberal. Esta constatação deriva do fato de que o governo em questão realizou mudanças na política econômica e social do país mantendo, contudo, o modelo neoliberal periférico em vigor.

De acordo com o debate que aqui buscamos realizar é possível retirar algumas conclusões que, embora genéricas, levam a um melhor discernimento a respeito da particularidade política do governo Lula. Inicialmente, a organização do bloco no poder no contexto destacado se deu mediante a aceitação da burguesia interna em ter seus objetivos operacionalizados por um governo cujo partido teve sua origem nos movimentos sociais e populares, fato que conduziu esta fração burguesa a uma forma particular de aliança econômica com estes setores organizados da classe trabalhadora⁶¹. Esta aliança foi relativamente profícua em termos econômicos para as classes que a compuseram, pois refreou os efeitos deletérios do neoliberalismo extremado da década de 90. Contudo, contraditória em termos políticos, uma vez que a luta política entre classes diametralmente opostas é irreconciliável no âmbito do Estado capitalista, uma vez que a função precípua deste tipo de Estado consiste em organizar o bloco no poder em torno de seus interesses políticos com vistas à manutenção de sua hegemonia e desorganizar politicamente as classes dominadas.

Surge, então, outra questão que merece ser destacada. Partindo do pressuposto de que as classes dominadas também não se constituem de maneira monolítica, ao serem compostas por diversas frações de classe – principalmente nos países periféricos onde é grande nível de miserabilidade, como no caso do Brasil –, a

⁶¹ De acordo com Poulantzas (1977, p. 235-236) o conceito de aliança implica numa noção de unidade e contradição, sendo possível que uma aliança se concretize entre as classes ou frações que compõem o bloco no poder ou entre uma destas e outra classe ou fração externa às classes dominantes. A aliança, de acordo com o autor, é viável apenas num campo determinado da luta entre as classes sociais, sendo inexequível em todos os níveis. Deste modo, podemos afirmar que no intuito de combater os efeitos deletérios do neoliberalismo da década de 90, a grande burguesia interna em sua luta contra a grande burguesia compradora, aliou-se aos setores organizados das classes trabalhadoras, que também eram prejudicados sobremaneira pela política neoliberal. Entretanto, a luta política entre a burguesia interna e a classe trabalhadora organizada se manteve.

incidência do processo de desorganização política, inerente à forma de Estado capitalista, também se deu de maneira particular durante o governo Lula.

Sem a intenção de realizar uma análise aprofundada, podemos inferir que no que se refere às frações organizadas das classes trabalhadoras, a incidência do processo de desorganização política orquestrada pelo governo Lula se deu de maneira particular. Podemos falar que alguns setores pertencentes a esta fração específica das classes dominadas foram politicamente desorganizados por meio de uma ilusão concernente à possibilidade de partilharem o poder do Estado, mediante a integração institucional de alguns de seus quadros na burocracia estatal. Entretanto, outros setores dos movimentos sociais e populares souberam se distanciar desta noção revisionista a respeito do papel do Estado e mantiveram-se politicamente organizados e combativos sem se afastarem da luta política de classes.

Já no que concerne às frações das classes dominadas sem tradição de organização política, não é adequado falar que houve um processo de desorganização, mas pode-se falar em mobilização eleitoral destas. Esta parcela da população, majoritária entre os trabalhadores brasileiros, como destacado no decorrer deste capítulo e nos capítulos anteriores, foram as principais beneficiárias das políticas sociais e econômicas implementadas pelo governo. Embora mantidas desorganizadas enquanto classe social, foram, em maior ou menor grau, “reorganizadas” pelas ações governamentais como classes-apoio do projeto político e econômico implementado, com maior destaque para a imensa massa de trabalhadores marginalizados beneficiários dos programas de transferência direta de renda. É inegável a funcionalidade política que estas camadas populares tiveram na implementação do neodesenvolvimentismo dos governos petistas.

Deste modo, a questão frequente neste capítulo, a respeito de como a política e a ideologia populistas que figuraram no governo Lula pode ser respondida assim: o referido governo desenvolveu um “populismo neodesenvolvimentista”, logo, diferente tanto do populismo clássico como do neoliberal, uma vez que tanto as frações das classes trabalhadoras que acreditavam numa noção reformista do Estado, quanto as classes dominadas desorganizadas foram suportes do projeto político e econômico implementado, fundamentado na autonomização do Estado capitalista com vistas à manutenção da hegemonia política da grande burguesia interna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado, segundo a interpretação marxista, origina-se das relações sociais de produção típicas de determinado modo social de produção, atuando como fato de abrandamento dos conflitos entre as classes de determinada formação social, de modo que sua existência explicita a impossibilidade de conciliação de interesses de classes antagônicas (ENGELS, 1984, p. 191). Por este enfoque, o Estado consiste em um órgão de dominação e submissão de uma classe por outra, sendo necessário para assegurar a existência de uma ordem que legalize esta subordinação (LENIN, 2010, pp. 27). Assim, a interpretação marxista apresenta o Estado como inerente às relações sociais de produção e não exterior a estas. Sem essa precisão teórica, pode-se incorrer no erro – tão criticado por Marx no que se refere às teses lassalleanas do programa do Partido Operário Alemão de 1870 – de se interpretar o Estado enquanto “um ser autônomo” e não como um *locus* central para a reprodução ou transformação de determinada formação social⁶².

Através da realização de um estudo sistemático e com base no materialismo histórico, amparando-se nas análises marxistas sobre o papel desempenhado pelo Estado e na teoria althusseriana, Nicos Poulantzas (1977) aprofunda os debates anteriores a respeito das características do Estado capitalista, asseverando que este atua como fator de ordem e coesão de determinada formação social: ao evitar que conflitos entre as classes dominantes e dominadas resultem em processos revolucionários ou de desagregação social; assim como ao atenuar as recorrentes disputas entre as próprias frações burguesas. O Estado assegura, assim, os interesses das classes dominantes como um todo, além de garantir a hegemonia de determinada classe ou fração no interior do bloco no poder.

Num jogo de subordinação de classes, o Estado capitalista cumpre uma dupla função: munido de direção hegemônica de classe, não representa diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas sim seus interesses políticos; pois condensa em si o poder político das classes burguesas e atua como fator de organização da luta política destas classes. Em consonância com isto, o Estado

⁶² MARX, K. Glosas Marginais Ao Programa do Partido Operário Alemão. In. Crítica do Programa de Gotha, 2014, p. 42.

capitalista permite, no interior de suas próprias estruturas, a concessão de certos interesses econômicos às classes dominadas. Desta forma, o Estado atua como organizador do bloco no poder – ao garantir os interesses fundamentais das classes dominantes – e desorganizador das classes populares – ao cooptar seus interesses econômicos e isolá-los de seus interesses políticos de classe, reorganizando-as enquanto sujeitos – passando a figurar como promotor do interesse geral do povoação.

Esta função geral do Estado, de atuar enquanto organizador do bloco no poder e desorganizador das classes dominadas, é inerente ao modo de produção capitalista e todo governo que atua circunscrito neste modo de produção cumpre com esta função, que se vincula à autonomia relativa do Estado frente às lutas de classes.

De acordo com teorização poulantziana, a autonomia relativa do Estado capitalista confere a este tipo de Estado uma característica essencialmente bonapartista. Contudo, mesmo que o bonapartismo seja inerente ao Estado capitalista, observa-se a existência de elementos singulares nas ações estatais que variam de acordo com o tipo de governo em exercício e com as especificidades da formação social em questão e a correlação de forças da conjuntura. Deste modo, é possível detectar tipos particulares de populismo como variantes do bonapartismo.

No caso brasileiro, a autonomia relativa do Estado capitalista se singularizou nas práticas políticas de governos populistas, que reforçaram através de suas ações a ideologia de um Estado que atua com neutralidade frente às aspirações sociais. Assim, as classes dominantes foram beneficiadas sobremaneira por esta política e ideologia de Estado e as classes dominadas incorporadas de maneira subordinada ao processo político brasileiro, por meio de uma cidadania regulada no populismo clássico, uma cidadania do individualismo de mercado no populismo neoliberal e, por fim, uma cidadania de bem-estar restrito no populismo neodesenvolvimentista.

O populismo seria uma maneira particular de conduzir a relação do bloco no poder com as classes dominadas, desorganizando-as por meio da concessão de benefícios e garantindo os interesses burgueses neste processo. Esta particularidade seria possível através do governo que se encontraria na gerência estatal. Segundo esta teorização, o populismo corresponderia a um tipo de governo com uma atuação específica e definida por uma conjuntura determinada; e o bonapartismo corresponderia à característica estrutural do Estado capitalista.

De acordo com a literatura debatida neste trabalho e a por meio da análise das particularidades conjunturais do governo Lula, podemos dizer que, no cumprimento da função geral do Estado, as políticas desenvolvidas, bem como a ideologia alardeada, garantiram-lhe a característica de um governo “populista neodesenvolvimentista”. O populismo neodesenvolvimentista do governo Lula se justifica pelo fato de que as políticas sociais e econômicas implementadas em favor das classes populares limitaram-se às determinações neoliberais e se articularam de maneira funcional ao projeto de desenvolvimento deste governo, que beneficiou sobremaneira a grande burguesia interna.

Conforme exposto anteriormente, a atuação do governo Lula diante das classes sociais brasileiras rendeu diversas análises, sendo estas tanto leituras críticas (as quais denotaram os limites de suas políticas sociais e econômicas, pelo fato destas se manterem circunscritas às determinações do modelo neoliberal periférico), quanto em defesa da atuação do governo (ressaltando o empenho do governo petista em seu projeto de desenvolvimento pautado no favorecimento de amplos setores sociais). Na realização de uma análise crítica, nos filiamos à primeira gama de interpretações citadas, destacando que mesmo que o governo em questão tenha realizado alterações na política econômica e social do país, ainda assim não rompeu com os entraves impostos pelo neoliberalismo.

No que se refere às políticas desenvolvidas para as classes dominadas, observamos que houve melhorias concretas nas condições de vida destes setores sociais. Todavia, não promoveram alterações de significativo impacto estrutural. As políticas de transferência de renda incluíram uma grande massa de trabalhadores pauperizados através da lógica do consumo. As demais políticas, como a ampliação do número de postos de trabalho, a promoção do acesso ao ensino superior privado e as políticas habitacionais, compatibilizaram-se com os interesses econômicos e políticos de diversos setores da grande burguesia interna. Assim, as concessões às classes populares garantiram um fundamento material à noção ideológica de um Estado protetor. Disto resultou o fato de que as camadas sociais beneficiadas por estas políticas passaram a ser eleitoralmente mobilizadas, vindo a apoiar o projeto neodesenvolvimentista do governo Lula.

O neodesenvolvimentismo, por sua vez, foi a retomada do compromisso do Estado brasileiro para com os grupos econômicos nativos, correspondentes à grande

burguesia interna, contudo, ainda de maneira limitada às determinações do neoliberalismo. Isto ocorreu duas décadas após a abertura da economia brasileira para a dominação do capital financeiro internacional, dominação que se consolidou na década de 90 sob os governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso.

O projeto neodesenvolvimentista focou no favorecimento do empresariado brasileiro ligado à produção primária, proporcionando um relativo crescimento econômico do país, uma vez que no mercado mundial havia demanda pela exportação de produtos nacionais. Embora beneficiasse setores da burguesia nativa, a política de exportação do governo Lula visava o arrecadamento de divisas em dólares, fator que manteria as contas do Brasil em ordem no que se refere ao pagamento das dívidas com o capital estrangeiro (BUGIATO e BERRINGER, 2010).

O neodesenvolvimentismo manteve-se, assim, atrelado à lógica do capital financeiro internacional e adequou-se à especialização regressiva, fator gerador do recuo do parque industrial brasileiro durante as décadas neoliberais.

É importante destacar que no período considerado, para além da centralidade no setor primário-exportador, houve também a manutenção do favorecimento institucional do setor de serviços, cujo crescimento foi beneficiado pelo aumento da renda e facilitação do crédito às classes populares, que passaram a adquirir bens e serviços que anteriormente não usufruíam. Além do notório crescimento do ramo varejista durante o governo Lula (FALEIROS, 2009; DIEESE, 2008), a mercadorização de serviços básicos, como a previdência, a saúde e a educação aumentaram a lucratividade da nova burguesia de serviços brasileira (BOITO JR., 2007).

Deste modo, a bibliografia consultada permite observar que, mesmo promovendo alterações no panorama social e econômico brasileiro, o projeto de desenvolvimento do governo Lula, ainda assim se manteve limitado aos padrões do modelo neoliberal periférico. Primeiramente, por priorizar os setores industriais brasileiros de baixa tecnologia, correspondendo à já mencionada especialização regressiva. Também por promover grande parte da inclusão das camadas populares por meio da lógica mercadológica do consumo, fator que beneficiou a burguesia de serviços, uma das principais favorecidas pelo movimento de retração do Estado diante do fornecimento de serviços básicos de caráter público⁶³. Mesmo o programa Minha

⁶³ Cf. Boito Jr., 2007.

Casa, Minha Vida, responsável por alterações infraestruturais no país, não se isenta da noção mercadológica por transformar o direito à habitação num ramo lucrativo aos setores vinculados à construção civil e ao mercado imobiliário.

A literatura em defesa do governo ressalta que o neodesenvolvimentismo se adequou ao capital globalizado, buscando, ao mesmo tempo, soluções para a equidade social. De certo modo, este tipo de argumentação não é falaciosa. Observamos que durante os oito anos do governo Lula bem como os quatro anos do governo Rousseff, houve a implementação de um projeto de desenvolvimento nacional em meio aos conflitos inerentes às lutas de classes, sejam estes conflitos referentes à contradição fundamental do modo de produção capitalista ou às contradições secundárias, como intraclasses burguesas.

Devido às limitações de nosso trabalho, não é possível discutirmos se o projeto de desenvolvimento petista foi premeditadamente planejado em meio às modificações e adequações institucionais pelas quais passou o Partido dos Trabalhadores, ou se foi resultado da conjuntura mundial, que teria limitado qualquer ação mais “ousada” por parte dos governos petistas. Desta forma, diversas questões ainda são deixadas em aberto, tanto pela restrição do tema de nossa pesquisa, quanto pela dificuldade encontrada em apreender o processo político em seu curso.

Assim, nos limitamos a apresentar algumas conclusões a respeito das particularidades do governo Lula a partir de uma leitura crítica do balanço bibliográfico realizado neste trabalho. Ressaltamos que no cumprimento da principal função do Estado capitalista, as políticas desenvolvidas pelo governo em questão foram responsáveis pela manutenção da reprodução do modo de produção capitalista brasileiro, com algumas alterações possíveis no interior do modelo neoliberal periférico.

Dentre estas alterações, houve uma reorganização do bloco no poder brasileiro – cujos interesses fundamentais das frações burguesas foram mantidos, entretanto, com destaque para a ascensão da grande burguesia interna no interior deste bloco – e a desorganização de alguns setores organizados das classes dominadas, por intermédio da ilusão de partilharem o poder do Estado com as classes burguesas que se beneficiavam do projeto político e econômico, uma vez que o governo em questão originou-se no seio destas camadas populares. Além do mais, a real melhora nas condições de vida das classes populares brasileiras, por meio da contemplação de

certos interesses econômicos imediatos destas frações dominadas, fez com que ocorresse uma “reorganização política” de camadas sociais politicamente desorganizadas enquanto classe-apoio do projeto neodesenvolvimentista, estabelecendo uma relação do tipo populista para com o governo Lula.

Apontamos, ainda, uma questão que embora apareça tangencialmente em nossa pesquisa, é importante ser destacada, uma vez que a redação do presente trabalho se deu no atual contexto de crise política brasileira. Conforme exposto, a progressiva inflexão dos governos petistas na implantação de políticas que favoreciam a burguesia nativa foi referente à determinada conjuntura, resultante dos conflitos existentes entre as próprias frações burguesas, da priorização dos interesses da burguesia interna por meio de políticas institucionalmente desenvolvidas pelos governos assinalados, assim como da integração subordinada das classes dominadas neste processo.

Entretanto, mesmo com a atuação direta por parte dos governos Lula e Dilma no atendimento dos interesses fundamentais da burguesia interna, observou-se no final do primeiro mandato de Rousseff o enfraquecimento do apoio ao governo por parte destes setores. Neste processo, tanto as frações burguesas que têm base de acumulação interna, quanto os setores burgueses diretamente vinculados ao capital estrangeiro, unificaram suas pautas, resultando num movimento de oposição que ocasionou num período de instabilidade política, culminando no impeachment da presidenta Dilma.

Teria a burguesia interna, por ser politicamente fraca e em certa medida dependente do capital estrangeiro, sido incapaz de manter sua hegemonia e, assim, sucumbido às constantes pressões da grande burguesia compradora pela retomada do leme hegemônico do bloco no poder brasileiro? O reordenamento ocorrido entre as frações de classe que compõem o bloco no poder brasileiro poderia ser justificado pela suposição de que a grande burguesia interna, ao abrir mão de seus interesses num curto prazo, teria se alinhado aos interesses da grande burguesia compradora, uma vez que esta união de forças seria mais profícua para pressionar as ações governamentais na supressão dos direitos sociais e trabalhistas, fator que traria ganhos para as classes dominantes como um todo?

Reiteramos que este problema não é o foco do presente trabalho. Tal problemática é impossível de ser discutida em poucas linhas, uma vez que o

aprofundamento de tais questões demandaria pesquisas futuras. Contudo, podemos afirmar que, de acordo com o campo teórico pelo qual conduzimos nossa pesquisa, bem como por meio da apreciação da bibliografia sobre as particularidades do governo Lula no cumprimento da função geral do Estado capitalista, este trabalho pode colaborar com elementos capazes de ampliar o entendimento e estimular o debate a respeito do delineamento político dos governos petistas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, G.R. *O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical*. In. Rev. Katálysis vol.10 no.1 Florianópolis Jan./June 2007.

ALMEIDA, W. M. *Ampliação ao Acesso do Ensino Superior Privado Lucrativo Brasileiro: Um Estudo Sociológico Com Bolsistas do Prouni na Cidade de São Paulo*. [Tese] São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, 2012.

ANANIAS, P. *O desafio de integrar as políticas sociais*. In. 2003-2010 O Brasil em transformação, vol. 2. 2010. São Paulo.

ANDERSON, P. *O Brasil de Lula*. In. Novos Estudos Cebrap, n. 91, 2011.

ANTUNES, R. *O Migrante e os Usineiros*. Folha de São Paulo, 12 de abril de 2007. In. A economia política do governo Lula. Rio de Janeiro, Editora Contraponto. 2007.

ARANTES, P.F.; FIX, M. *Minha Casa, Minha Vida', o pacote habitacional de Lula*. In. Correio da Cidadania, 30 de jun. 2009. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?...pcthabitacional310709...pacote-habitacio>. Acessado em: 25 de nov. 2016.

ARAÚJO, J.P. *Um Retrato do Brasil: balanço do governo Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BARREIRA, M., *Movimentos sociais e reforma agrária: um balanço crítico*, In. Revista Outubro, ed. 22, 2014. pp. 73-74. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/movimentos-sociais-e-reforma-agraria-um-balanco-critico-dos-governos-lula-e-dilma/>. Acessado em: 24 abr. 2016.

BATISTA, H.G; RODRIGUES, L. *BNDES triplica na Era Lula e retoma ação de desenvolvimento*. Jornal O Globo. 25 de março de 2011. Economia. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/bndes-triplica-na-era-lula-retoma-acao-de-desenvolvimento-2806488#ixzz47vLIsxxK>. Acessado em: 06 mai. 2016.

BNDES. *Relação Indicativa das Empresas de Construção (CNAE 41 e 43) Contratadas Pela Administração Pública Direta (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), Explicitamente no Âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC*. Jun. de 2009. Disponível em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/programas/Relacao_das_empresas_contratadas_no_PAC.pdf. Acessado em: 07 mai. 2016.

BOITO JÚNIOR, A. *A Hegemonia Neoliberal no governo Lula*. In. Revista Crítica Marxista, vol. 17, pp. 10-36, Campinas, 2003.

_____. *A burguesia no Governo Lula*. In. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

_____. *Estado e Burguesia no Capitalismo Neoliberal*. In. Revista de Sociologia e Política. Nº 28, Junho de 2007,

_____. *A burguesia brasileira no governo Lula*. In. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

_____. *Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder*. In. Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000, São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

_____. *O lulismo como bonapartismo: uma crítica às teses de André Singer*. In. Revista Crítica Marxista, vol. 37, pp. 171-81, Campinas, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC: *Número de brasileiros com graduação cresce 109,83% em 10 anos*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=17725:numero-de-brasileiros-com-graduacao-cresce-10983-em-10-anos>. Acessado em: 18 mar. 2016.

_____. Ministério do Planejamento: Publicações nacionais - *11º Balanço Completo do PAC - 4 anos (2007 a 2010)*. 2010. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/b701c4f108d61bf921012944fb273e36.pdf>. Acessado em: 23 mai. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário: *Matriz de Informação Social*. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php. Acessado em: 24 nov. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Bolsa Família: como funciona?*. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>. Acessado em: 24 nov. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. *Salário Mínimo*. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/salario-minimo>. Acessado em: 04 out. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Indicadores do Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012*. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/central-de-conteudos/publicacoes/idb-portugues.pdf>. Acessado em: 23 fev. 2016.

_____. PEC 369/2005, de 14 de fevereiro de 2005, *Proposta da Reforma Sindical*. Brasília, 2005.

_____. DECRETO Nº 4.796, de 29 de julho de 2003, *Institui o Fórum Nacional do Trabalho e dá outras providências*. Lex: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2003.

_____. Minha Casa Minha Vida atinge 3,857 milhões de moradias. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/05/minhacasaminhavidaaatinge3857milhoesdemoradias>. Acessado em: 25 de nov. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C. *O novo desenvolvimentismo*. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 de set. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>. Acessado em: 27 abr. 2016.

BRUNHOFF, S. *Crise capitalista e Política Econômica*. In. O Estado em Crise. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1977.

BUGIATO, C. *O papel do BNDES no financiamento dos negócios da burguesia interna brasileira*. In. 37º Encontro Anual da ANPOCS 2013, Caxambu – MG, 2013.

BUGIATO, C.; BERRINGER, T. *Governo Lula: autonomia externa ou subimperialismo?*. In. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina - Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, Londrina – PR, 2010.

CARDOSO, F.H.; FALLETO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARNEIRO, R.M. *Velhos e Novos Desenvolvimentismos*. In. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, dez. 2012.

CARVALHO, C.H.A. *O Prouni no governo Lula e o Jogo Político em Torno do Acesso ao Ensino Superior*. In. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, out. 2006.

CASALI A.M.D; MATTOS, M.J.V.M. *Análise de estudos e pesquisas sobre o sentido social do programa Universidade para Todos (PROUNI)*. Ensaio: Avaliação e Políticas

Públicas em Educação. [online]. 2015, vol.23, n.88, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362015000300007>. Acessado em: 20 mar. 2016.

CATANI, A.M.; GILIOLI, R.S.P. *O Prouni na Encruzilhada: Entre a Cidadania e a Privatização*. In. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, jan./jun., 2005.

CENTRO de Estudos Avançados Em Economia Aplicada - ESALQ/USP. *PIB do Agronegócio - Dados de 1995 a 2015*. 2016. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pib/>. Acessado em: 14 mar. 2016.

CHAGAS B.P.; CARVALHO, C.A.; MARQUESAN, F.F.S. *Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento*. In. O&S - Salvador, v. 22 - n. 73, Abr./Jun., 2015.

CONNIFF, M. L. *Neo-Populismo en América Latina. La década de los 90 y después*. Revista de Ciencia Política, vol. XXIII, núm. 1. Pontificia Universidad Católica de Chile: Santiago, Chile, 2003.

CURADO, M. *Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula*. In. Economia & Tecnologia. Curitiba, Ano 07, Volume Especial – 2011.

DATAFOLHA, Instituto de Pesquisa. *Eleições*. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/>. Acessado em: 22 de fev. 2016.

DE LA TORRE, C. *Redentores populistas en el neoliberalismo: nuevos e viejos populismos latino-americanos*. Revista Española de Ciencia Política. Núm. 4, Abril, 2001.

DELGADO, G. *Reconstrução da economia do agronegócio – anos 2000.*, 2010. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigoensaio/reestrutura%C3%A7%C3%A3o-da-economia-do-agroneg%C3%B3cio-anos-2000>. Acessado em: 25 abr. 2016.

_____. *Desigualdade social no Brasil*. In: CORECON-RJ (org.). Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico. 2003-2010. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

DEMIER, F. *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): Autonomização relativa do Estado, Populismo, Historiografia e Movimento Operário* [tese]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, 2012.

DIEESE. *Nota à imprensa*. São Paulo: São Paulo, 11 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acessado em: 15 dez. 2015.

_____. *Cesta básica nacional: salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acessado em: 15 dez. 2015.

_____. *Análise setorial do comércio varejista*. In. Nota Técnica, n. 74, agosto, 2008. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acessado em: 12 de dez. 2016.

DINIZ, E. *Voto e Máquina Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

FALEIROS, J.P.M. *Comércio varejista: uma análise do comportamento do volume de vendas sob uma perspectiva não linear*. In. Revista do BNDES, n. 32, dezembro, 2009.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro, Editora Contraponto. 2007.

FONSECA, P.C.D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. In. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2015.

FONTES, V. *Entrevista*. In. As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUTEMA, F. *Indústria quer barrar reforma sindical no Congresso*. Jornal Folha de São Paulo. 15 de março de 2005. Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foiha/dinheiro/ult91u94393.shtml>. Acessado em: 15 fev. 2016.

GADOTTI, M.; PEREIRA, O. *Pra que PT – origens, projeto e consolidação do partido dos trabalhadores*. São Paulo. Editora Cortez.1989.

GALVÃO, A. *Reformas ou contra-reformas? As reformas sindical e tabalhista do governo Lula*. XXVI. Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.

_____. *O Movimento Sindical no governo Lula: Entre a Divisão e a Unidade*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

GERMANI, G.; DI TELLA, T.; IANNI, O. *Populismo y contradicciones de clase em Latinoamérica*. México D.F.: Ediciones Era, 1973.

GONÇALVES, R. *Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado*. In. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

_____. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la Cárcel*. V. 5. Ediciones Era: México D.F., 1999.

IANNI, O. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

IASI, M. *O PT entre a negação e o consentimento*. In. *As Metamorfoses da Consciência de Classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IBGE. *Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física – Brasil*. 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/>. Acessado em: 26 abr. 2016.

_____. *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acessado em: 17 fev. 2016.

_____. *Sistema nacional de Índices de Preços ao Consumidor*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaulttab.shtm. Acessado em: 14 de out. 2016.

IBOPE. *Giro Ibope: Levantamento Inédito do Ibope Opinião Mostra o Perfil dos Eleitores de Lula desde o Primeiro Pleito Enfrentado pelo Presidente, em 1989*. Disponível em: <http://www4.ibope.com.br/giroibope/2edicao/atualidades.htm>. Acessado em: 30 nov. 2014.

INEP. *Censo da Educação Superior de 2010*. 2010. Disponível em: <portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acessado em: 27 jan. 2016.

JARDIM, M. C. *A construção social do mercado de trabalho no setor de construção civil nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): consensos e conflitos*. In. *Revista Sociedade e Estado - Volume 30 Número 1 Janeiro/Abril*, 2015.

KECK, M. E. *PT – A lógica da diferença*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

LACLAU, E. *Política e Ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Que fazer: problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUCE, M.S. *A superexploração da força de trabalho no Brasil*. In: REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 32, p. 119-141, junho-2012.

MACHADO, E. *Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais*. In: Lutas Sociais nº 21/22 - 2º sem. 2008 e 1º sem. 2009.

MARINI, R.M. *Dialética da Dependência, 1973*. In: Stédile, João Pedro, Traspadini, Roberta (orgs.). Ruy Mauro Marini. Vida e obra. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

MARQUES, R.M., MENDES, A. *O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal*. In: Revista de Economia Política, vol. 26, n. 1 (101), 2006.

MARQUES, R.M., MENDES, A. *Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula*. In: Revista Katálysis, vol. 10, n.1, Florianópolis, 2007.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MATTOS, M.B. *Entrevista*. In: As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

MERCADANTE, A. *O Governo Lula e a construção de um Brasil mais justo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

MONTEIRO, C.A. *A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil*. In: Estudos Avançados, vol.17 n. 48 São Paulo Mai/Ago, 2003.

MORAIS, L; SAAD-FILHO, A. *Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula*. In: Revista de Economia Política, vol. 31, nº 4 (124), outubro-dezembro, 2011.

MORA, M. *A Evolução do Crédito no Brasil Entre 2003-2010*. In. Texto para discussão- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2015.

MST. *Reforma Agrária X Agronegócio*. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/6713>. 15 abr 2009. Acessado em: 12 mai. 16.

NERI, M.C; VAZ, F.M.; SOUZA, P.H.G.F. *Efeitos macroeconômicos do programa bolsa família: uma análise comparativa das transferências sociais*. In. Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania. Brasília : Ipea, 2013.

NOSSA, L. *Lula afirma que CLT precisa ser flexibilizada*. O Estado de São Paulo, 18 de maio de 2007, Nacional, p. A12.

OLIVEIRA, A. U. *O governo Lula dá adeus à reforma agrária*. 24 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4790&Itemid=1. Acessado em: 14 mar. 2016.

_____. *A Questão Agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula*”. In: Oliveira et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010 – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, J.C.P. *As dimensões corporativas do Programa Minha Casa, Minha Vida, o dilema do limite entre uma a política social e a política econômica*. In. Anais XVI ENAPUR – Espaço, Planejamento e Insurgências. Belo Horizonte, 2015.

PATIÑO, L.G. *El neopopulismo en El Contexto de la Democracia Latinoamericana*. In. Revista Facultad de Derecho Y Ciencias Políticas, vol. 37, n. 106. Medellin, Colombia. Enero-Junio, 2007.

PAULANI, L.M. *Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula*. In. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 4 (92), outubro-dezembro, 2003.

PINHEIRO, J. *Ação Política, Ideologias e Interesses: o município de São Paulo - 1989/1996*. Doutorado, PCU-SP, 2000.

_____. *Três Tipos de Candidatura no Pleito Presidencial de 2002: oposicionista, governista e continuísta*. In. Revista Lutas Sociais (PUCSP), vol. 9/10, p. 9-18, São Paulo, 2003.

_____. *Uma cena decepcionante*. In. Revista Lutas Sociais (PUCSP), vol. 15/16, São Paulo, 2006.

POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POULANTZAS, N. *The Crisis Of Dictatorships*. London: NLB, 1976.

_____. *Las Clases Sociales en el Capitalismo Actual*. México, DF: Siglo Veintiuno Editores, 1976.

_____. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *As Bases do Plano Alternativo de Governo: síntese popular*. São Paulo, 1989. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal>. Acessado em: 16 nov. 2014.

_____. *Uma Revolução Democrática no Brasil*. São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal>. Acessado em: 16 nov. 2014.

_____. *União do Povo: Muda Brasil*. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal>. Acessado em: 16 nov. 2014.

REGO, W.L. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ROMANHOLI, A. J., *O programa “Minha casa, minha vida”: continuidades, inovações e retrocessos*. In. *Temas de Administração Pública*. Vol. 4, n. 7. Araraquara, 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6181>. Acessado em: 25 de nov. 2016.

SADER, E. *Lula Ano I*. In. Tavares Soares, L.; Sader, E.; Gentili, R.; Benjamin, C. *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Editora Viramundo, 2004

_____. *Lula, PT e os Movimentos Sociais*. 2005. Disponível em: https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/taller/sader_310105.htm. Acessado em: 15 abr. 2016.

_____. *A construção da hegemonia pós-neoliberal*. In. *Dez anos de governos pós-neoliberais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SAES, D. *Formação do Estado burguês no Brasil*. [tese de livre-docência]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1982.

_____. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: T A. Queiroz Editor, 1985.

_____. *Estado e Democracia: ensaios teóricos*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

_____. *República do Capital – Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SAMPAIO, JR. P.A. *Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. In. Revista de Serviço Social. Soc. São Paulo, n.112, p. 672-688, out/dez. 2012

SECCO, L. *História do PT 1978 – 2011*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SENNET, R. *O declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SICSÚ, J; PAULA, L.F.; MICHEL, R. *Por que Novo Desenvolvimentismo?*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque_novo_desenvolvimentismo.pdf. Acessado em: 30 out. 2015.

SILVA, A.O. *Nem reforma, nem revolução: a estrela é branca*. In. Revista Espaço Acadêmico, n. 114, 2010.

SILVA, L. I. L. *Carta ao povo brasileiro*. São Paulo, 22 jun. 2002. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal>. Acessado em: 16 nov. 2014.

SINGER, A. *Os Sentidos do Lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SITCOVSKY, M. *Dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores: pós-neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, transferência de renda e hegemonia*. In. Revista Praia Vermelha, v. 23 n. 1, Janeiro/Junho, Rio de Janeiro: 2013.

TRAGTENBERG, M. *A falência da Política*. São Paulo: Editora UNESP, 2009

VALDEZ, R. *A internacionalização do BNDES no governo Lula*. [Dissertação de Mestrado]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEFFORT, F.C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEISSHEIMER, M.A. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

WRIGHT, E.O. *Classe, Crise e Estado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.